

# CAMINHOS AGROECOLÓGICOS DO RIO DE JANEIRO



Caderno de experiências agroecológicas



ARTICULAÇÃO DE  
AGROECOLOGIA DO  
RIO DE  
JANEIRO



**CAMINHOS AGROECOLÓGICOS DO RIO DE JANEIRO**  
**Caderno de experiências agroecológicas**

**1ª edição**

Rio de Janeiro

2014



Caminhos agroecológicos do Rio de Janeiro: caderno de experiências agroecológicas / --1 .ed.-- Rio de Janeiro, 2014.  
249 p.

Organização e redação: Grupo de Trabalho de Construção do Conhecimento Agroecológico da Articulação de Agroecologia do RJ (Alexandre Gollo, Guilherme Strauch, Mônica Cox de Britto Pereira, e Thiago Michelini Barbosa).

Colaboradores: Paulo Petersen e Claudemar Mattos.

Editor: AS-PTA.

Co-editor: Pacs.

ISBN 978-85-87116-17-8

Os editores agradecem a todos e todas que participaram do processo de sistematização das experiências que deu origem a essa publicação; agricultores e agricultoras, técnicos e técnicas, em seus distintos territórios e no âmbito de suas organizações, instituições e movimentos.

Essa publicação é fruto do esforço coletivo!







## Sumário

Olhares sobre a agroecologia emergente no Rio de Janeiro .....	10
Introdução .....	16
Palmeira Juçara: uso da biodiversidade como ferramenta da conservação da Mata Atlântica e desenvolvimento local .....	32
Cristiana Reis, Eduardo Darvin Ramos da Silva, Fernanda Horiye, Luciano Maciel Corbellini	
A agrofloresta promovendo a qualidade de vida: a experiência da Família Ferreira - Paraty-RJ .....	45
Danielle dos Santos Sanfins, Jorge Alves da Silva Ferreira, José Ferreira da Silva Neto	
Protagonismo juvenil e manejo da Palmeira Juçara em comunidades quilombolas (AMOQC) .....	53
Fábio José dos Reis Oliveira, Ronaldo dos Santos, Luciano Marciel Corbellini	
Mutirões de planejamento e organização de assentamentos: a experiência do Assentamento Roseli Nunes - Pirai-RJ .....	64
Andréia Matheus, Patrícia Dias Tavares, Nívia Regina da Silva	
Rede Ecológica: uma experiência de organização de consumidores conscientes .....	74
Miriam Langenbach	
De ambientalistas a agroecologistas: uma leitura sobre a inserção do Verdejar na interação entre comunidades e o ambiente na Serra da Misericórdia-RJ .....	84
Luiz Carlos M. Marins (Poeta), Rafael Santos Nunes, Luiz C. Nicácio da Silva	
Plantando a semente: trajetórias, rumos e reflexões da agroecologia numa universidade carioca .....	92
Daniele C. F. Pinheiro, Gabriel Pereira da Silva Teixeira, Vinicius dos Reis Soares, Marcia Vargas Cortines Peixoto	
Um espaço de formação na Baixada Fluminense – a escolinha de agroecologia de Nova Iguaçu .....	102
Maria Conceição Rosa (Mariella)	
Semeando agroecologia na cidade - Notas sobre a construção da Rede da Agricultura Urbana do Rio de Janeiro .....	110
Marcio Mattos de Mendonça, Denis Monteiro	
Práticas alternativas em saúde: valorização de conhecimentos, autonomia e organização em saúde no MST .....	121
Ivi Tavares A. Castellero, Julia da Silva de Farias, Francisco Martinez, Iranilde de Oliveira Silva	

Geração participativa de conhecimentos entre pesquisadores e agricultores familiares na região serrana fluminense: a experiência da Embrapa com o núcleo de pesquisa para agricultores ..	133
Renato Linhares de Assis, Adriana Maria de Aquino	
FUNBOAS - Valorizando a agricultura familiar, fortalecendo a agroecologia.....	143
Natalia Ribeiro, Denise Spiller	
Tapinoã: a importância do conhecimento tradicional na conservação de sementes crioulas ..	154
Vera Regina Câmara	
Experiência Agroecológica da Articulação de Agroecologia Serramar.....	165
Claudemar Mattos, Jaime Lima Franch, Maria Inês da Silva Bento, Thiago Michellini Barbosa	
O processo de criação de uma casa de sementes livres - Escola da Mata Atlântica: da semente ao fruto .....	172
Carlos Henrique Nicolau da Silva, Tadzia Maya, Tainá Mie	
A escolinha de agroecologia: reconstruindo conhecimentos de forma participativa .....	182
Juvenal José da Rocha, Alcimaro Honório Martins	
Iniciativas de destaque na transição agroecológica identificadas pela Cooperativa CEDRO no Programa de Assessoria Técnica, Ambiental e Social à Reforma Agrária no Rio de Janeiro – dezembro/2005 a agosto/2009.....	192
Alexandre Magno Lopes Gollo	
Juventude e Participação: Uma experiência de valorização das práticas de saúde popular em Campos dos Goytacazes-RJ .....	202
Viviane Ramiro da Silva, Alcimaro Honório Martins	
Cooperativa CEDRO: 10 anos de ATER pública não Estatal no Rio de Janeiro .....	215
Alexandre Magno Lopes Gollo	
Sistematização Campo e Campus – jovens rurais/quilombolas protagonizando o fortalecimento da agricultura familiar e a construção do conhecimento agroecológico no RJ .....	223
Lia Maria Teixeira, Carmen Oliveira Frade, Monica Aparecida Del Rio Benevenuto, Iranilde de Oliveira Silva, Andréia C. Matheus, Fernanda Oliveira, Patrícia Dias Tavares, Luciana Moreira, Marina Praça	
ABIO – Associação de Agricultores BIOLÓGICOS do RJ: duas iniciativas no pioneirismo da organização de produtores e consumidores de alimentos orgânicos .....	233
Conclusão.....	245



## Olhares sobre a agroecologia emergente no Rio de Janeiro

O processo que originou este livro pode ser comparado a uma troca de óculos. Mas não por que precisávamos de lentes de maior grau para enxergar melhor o que antes víamos embaçado. Esses novos óculos seriam mais daqueles que utilizamos para assistir filmes 3D, pois eles possibilitam a visualização de novas luzes, sombras e, igualmente importante, permitem que nos vejamos como participantes da realidade.

O fato mais significativo nessa “troca de óculos” foi que ela se deu como resultado de uma decisão coletiva, conjuntamente executada pelas organizações vinculadas à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), que empreenderam o esforço de identificação e leitura de variadas expressões da Agroecologia no estado do Rio de Janeiro. Para conduzirem esse exercício de reinterpretação do papel e do lugar da perspectiva agroecológica na agricultura fluminense, tomaram como referência um conjunto amplo e diversificado de experiências sociais em curso nas várias regiões do estado. Em sua diversidade, essas experiências são rurais e urbanas, de produção e de consumo, agrícolas e não agrícolas. São protagonizadas por atores portadores das mais variadas identidades socioculturais (agricultores(as) familiares, assentados(as), quilombolas, caiçaras, agricultores(as) urbanos(as), consumidores(as), etc.) e afiliações institucionais (organizações e movimentos

da agricultura familiar e da reforma agrária, ONGs, cooperativas de serviço e de consumo, instituições oficiais de ensino, de pesquisa e de extensão rural).

O traço de união que agrega essa impressionante diversidade em um todo coerente não pode ser encontrado em delimitações normativas, que procuram categorizar a complexa realidade da produção de base familiar entre a “agroecológica” e a “não agroecológica”. Essa é a primeira das conclusões-chave que emergem quando a realidade é enfocada pela perspectiva tridimensional empregada pela AARJ. No lugar das classificações maniqueístas e esterilizantes que encaram o mundo em preto e branco, o enfoque agroecológico procura situar as experiências particulares em diferentes matizes do espectro das cores que correspondem a níveis diferenciados de avanço na construção da sustentabilidade socioambiental. Nesse sentido, expressa a natureza eminentemente processual das lutas sociais. A coerência entre as experiências aqui relatadas está exatamente no fato de que são, antes de tudo, expressões de lutas imersas em contextos socioeconômicos, culturais, políticos e ideológicos hostis, com raízes históricas longínquas, mas que foram mais recentemente remoldados pelo projeto da modernização conservadora e pela globalização neoliberal.

Pelo seu caráter essencialmente local, e algumas vezes social e geograficamente isolado, essas experiências permanecem pouco visíveis e não costumam ser encaradas como expressões relevantes de força transformadora. De fato, vistas individualmente, aparentam ser inofensivas ao status quo. No entanto, segundo a nossa mirada em 3D, a existência empírica dessa multiplicidade de experiências autônomas, localmente enraizadas e construídas de baixo para cima representa a manifestação efetiva de resistência aos padrões de desenvolvimento impostos de cima para baixo.



Analisadas em conjunto, essas expressões localizadas de resistência revelam-se, portanto, como poderosas forças sociais. Sua vitalidade sobrevém de cotidianos alimentados pela criatividade popular na busca de soluções locais para problemas que também se manifestam globalmente, dentre os quais se destacam a insegurança alimentar e nutricional, a degradação e a poluição ambiental, o desemprego, a pobreza, a erosão cultural, o patriarcado, etc.

Interpretações convencionais tendem a encarar essas soluções locais como resíduos de um passado que será inexoravelmente superado pelo roteiro imposto pelo paradigma da modernização. Mas, ao situá-las no âmbito de processos permanentes de construção social imersos no mundo contemporâneo, percebemos que essas iniciativas particulares integram um repertório amplo, eclético e executado segundo arranjos específicos às peculiaridades locais. Essa percepção corresponde também a um ponto de ruptura com a visão bidimensional da realidade: a nova imagem realça o valor da diversidade e das especificidades locais, opondo-se às soluções generalizantes transferidas de fora.

A luta por autonomia frente aos atores hegemônicos que dominam o mercado, a política e a produção de valores culturais parece ser o princípio fundador desse repertório de práticas sociais que se desviam da normalidade pregada pela modernização. Saber e inovação local, racionalidade ecológica, criatividade, cooperação, solidariedade, produção artesanal, cuidado e campesinidade figuram como elementos norteadores desses processos locais de luta pela reinvenção do destino. Contrariam-se assim as narrativas hegemônicas mais centradas em noções como maximização produtiva, artificialização, competitividade, difusão tecnológica, produção em série, eficiência econômica e empreendedorismo mercantil.

Em termos práticos, as experiências sistematizadas pela AARJ demonstram que a luta por autonomia manifesta-se em várias esferas da existência: no âmbito do manejo produtivo, na organização para a comercialização, no encurtamento dos processos que encadeiam a produção e o consumo, na revalorização de saberes e práticas culturais, na afirmação de identidades socioculturais, no empoderamento das mulheres, na construção do protagonismo juvenil, na reconstrução da cultura da paz e do cuidado em comunidades urbanas conflagradas, etc.

O reencontro com a natureza também aparece como elemento estruturante e como pano de fundo do conjunto dessas práticas emancipatórias. Por meio dessa reconciliação, a produção econômica e a reprodução social são ressituidas, material e simbolicamente, como dinâmicas de coprodução entre o humano e a natureza. Nessa concepção, a noção de desenvolvimento enfatiza processos endógenos que canalizam os saberes e o trabalho em direção aos potenciais ambientais localmente disponíveis. Dessa forma, o ideal de sustentabilidade socioambiental vai se materializando nas experiências através da construção de alternativas técnicas, econômicas e sócio-organizativas que conjugam produção e distribuição equitativa de riquezas, redinamização da vida cultural e conservação do meio ambiente.

Está justamente nesse arranjo da perspectiva agroecológica a chave para a compreensão das estratégias locais adotadas para desativar os mecanismos geradores de dependência impostos pela lógica da mercantilização de parcelas crescentes do mundo natural e do mundo social. Vem daí também a força social emergente capaz de contrapor com suas respostas concretas o modelo único de desenvolvimento propagado pelos agentes do mercado globalizado em aliança com setores hegemônicos do estado.

A grande virtude do esforço analítico realizado pela AARJ foi a de construir a percepção coletiva de que essa força social associada aos princípios agroecológicos é, no Rio de Janeiro, muito mais ampla e diversificada do que até então poderíamos supor. A partir dessa constatação, novas questões surgem no horizonte da articulação, dentre as quais:

- Como canalizar essas forças emergentes em processos transformadores que extrapolem a escala local sem que isso signifique a criação de aparelhos hierárquicos com baixa sensibilidade às diversidades?
- Como imprimir sinergia entre os grupos protagonistas dessas experiências sem retirar-lhes a autonomia que sustenta sua existência e vitalidade?
- Como enfrentar o agronegócio no campo político-ideológico sem lançar mão de propostas universalizantes, e que se mostram incapazes de incorporar as estratégias e projetos inscritos nas diversificadas formas nas quais as populações locais enfrentam seus problemas e constroem suas identidades?

Questões como essas se colocam no presente momento como o principal desafio político-metodológico para que a Agroecologia que emerge das comunidades como práticas alternativas isoladas se convertam em práticas convergentes contra-hegemônicas em escalas crescentes da luta social.

Esse desafio vem sendo apresentado como objeto de reflexão da AARJ, assim como de outras articulações estaduais e regionais do campo agroecológico vinculadas à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Essa reflexão se faz tanto mais necessária quanto mais evidente

se tornam as limitações das tradições político-organizativas de nossos movimentos e organizações sociais, naquilo que se refere à valorização da experimentação social e das estratégias contra-hegemônicas que ela implicitamente suscita.

O aprofundamento desse debate incide também sobre a essência da proposta agroecológica como enfoque científico portador de conceitos e métodos para a leitura e a ação sobre a realidade. Estamos, pois, em um momento em que as conclusões mais profundas da “troca de óculos” precisam ser tiradas para que a ciência da Agroecologia vá ao encontro do movimento agroecológico, um movimento emergente por excelência.

**Paulo Petersen**

Diretor-Executivo da AS-PTA

Presidente da Associação Brasileira de Agroecologia

## Introdução

### **Introdução: aprendendo com a sistematização da diversidade de experiências agroecológicas**

Este conjunto de artigos materializa o esforço coletivo da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro – AARJ em avançar na dinâmica de construção do conhecimento agroecológico dentro do estado, valorizando o processo de sistematização de experiências em agroecologia como sendo um dos pilares fundamentais para atuação em rede. A publicação desses artigos é resultado de intensos processos de articulação, intercâmbios e vivências entre as experiências nele retratadas, onde a aprendizagem e a construção coletiva figuram como os principais benefícios do trabalho, assim como a qualificação do debate político acerca da Agroecologia e a maior dinamização do movimento agroecológico fluminense. Dar visibilidade às suas experiências e potencializar a construção do conhecimento agroecológico no estado foram os principais motes deste trabalho, assim como os processos de reflexão que envolveram as sistematizações nos mostraram o quanto a construção coletiva foi importante para a consolidação da rede de âmbito estadual.

A AARJ procura pautar sua atuação política a partir das práticas agroecológicas vivenciadas no dia-a-dia dos seus protagonistas, que no caso

do Rio de Janeiro engloba uma grande diversidade de atores, movimentos e organizações. Esta metodologia de atuação e abordagem se efetivou de fato quando a rede percebeu que era preciso saber onde se encontravam estas experiências, em qual contexto sócio ambiental se localizavam, como se organizavam, e quais inovações sinalizavam, procurando a partir destas informações e dos processos relacionados à sua obtenção, qualificar seu debate político e avançar na construção do conhecimento acerca da agroecologia.

Neste sentido, a AARJ vem nos últimos anos realizando esforços de mapeamento, identificação e sistematização de experiências em agroecologia no estado do Rio de Janeiro, tendo como referências principais as estratégias de atuação e os princípios apontados pela Articulação Nacional de Agroecologia – ANA e pela Associação Brasileira de Agroecologia – ABA-Agroecologia. Já em 2006 foram identificadas e selecionadas 32 experiências de agroecologia no RJ, através do processo ocorrido durante o encontro estadual preparatório ao II ENA – Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em Recife. Ao final de 2007, parte destes esforços de sistematização foi viabilizada pelo projeto *“Desenvolvimento participativo de metodologias e processos de construção de conhecimento agroecológico no estado do Rio de Janeiro”*, financiado pelo CNPq/MDA e sob a coordenação da Universidade Federal Fluminense - UFF. Nesse processo, as estratégias de mapeamento, identificação e sistematização de experiências utilizadas pela AARJ se valeram de metodologias participativas, onde o diálogo de saberes e os intercâmbios entre as iniciativas formaram a base de todo o trabalho de articulação e consolidação da rede estadual. Partiu-se do princípio que o desenvolvimento de processos relacionados com a construção do conhecimento agroecológico no Rio de Janeiro criaria as condições para o fortalecimento da AARJ, e também para sua atuação como movimento.

Valendo-se da estratégia de utilizar o processo de sistematização como catalisador de dinâmicas mais profundas de análise e reflexão acerca das próprias experiências, a partir de seus próprios protagonistas, a AARJ, via projeto CNPq/MDA, estimulou uma espécie de “mutirão” estadual de sistematização de experiências em agroecologia, e que foi reforçado através do processo de sistematização de experiências em CCA – Construção do Conhecimento Agroecológico, ocorrido em 2009<sup>1</sup>. Nesta ocasião participaram da oficina nacional algumas experiências ligadas à AARJ. Como consequência desta participação formou-se um Grupo de Trabalho ligado à rede fluminense, dedicado exclusivamente a fomentar o tema relativo à Construção do Conhecimento Agroecológico, cabendo ao mesmo deflagrar o “mutirão” de sistematização de experiências no âmbito do Rio de Janeiro. Este trabalho consistiu primeiramente na organização e realização de uma Oficina Estadual de Sistematização, no âmbito da AARJ, em outubro de 2009, onde participaram representantes de 25 experiências em agroecologia do estado do Rio e 01 de São Paulo. A oficina trabalhou os princípios e fundamentos da sistematização, com o objetivo principal de estimular uma reflexão e uma análise crítica acerca das experiências ali representadas, vislumbrando a geração de artigos descritivos e analíticos sobre os processos e as práticas, para posteriormente comporem uma publicação<sup>2</sup>.

É salutar ressaltar que a dinâmica da oficina estadual possibilitou uma intensa troca de saberes entre os atores e articuladores das experiências presentes, os exercícios desenvolvidos viabilizaram uma análise coletiva dos principais pontos de inovação que as iniciativas abordavam, assim

---

1 - Esse processo foi deflagrado em todas as regiões do Brasil em 2009, numa iniciativa da ABA- Associação Brasileira de Agroecologia e da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia, com apoio da EMBRAPA, como estratégia preparatória ao III Seminário Nacional sobre Construção do Conhecimento Agroecológico (III SNC-CA), realizado de forma integrada ao VI Congresso Brasileiro de Agroecologia (Curitiba, novembro de 2009).

2 - Materiais de referencia utilizados nessa oficina: Chavez-Tafur, Jorge. Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências, AS-PTA, Brasil, 2007; e Freire, A.G. et al. A sistematização no fortalecimento de redes locais de inovação agroecológica. Revista Agriculturas, v. 3 nº 2, julho de 2006.



como os desafios colocados em seus caminhos. A prática da construção coletiva do conhecimento agroecológico estimulou um processo estadual de sistematização de experiências, refletido no “mutirão” que se seguiu após a oficina. Ao final do processo o Grupo de Trabalho – Construção do Conhecimento Agroecológico da AARJ <sup>3</sup> recebeu 22 artigos elaborados sob o prisma dos protagonistas das experiências, através de processos locais participativos de aprendizagem, reflexão e construção.

Portanto, a gênese desta publicação está baseada fundamentalmente nos processos de construção participativa, que buscam não somente descrever uma determinada prática ou iniciativa, como também dar significado político às mesmas. Esses processos sinalizam os avanços e desafios inerentes à dinâmica da transição agroecológica no estado do Rio de Janeiro, assim como a necessidade de articulação para o fortalecimento de um movimento agroecológico a partir de experiências concretas dos agricultores familiares camponeses e das populações tradicionais, dos consumidores e grupos de estudantes, das associações, organizações e instituições, enfim, de pessoas e de coletivos comprometidos com uma agricultura participativa desenvolvida em bases ecológicas.

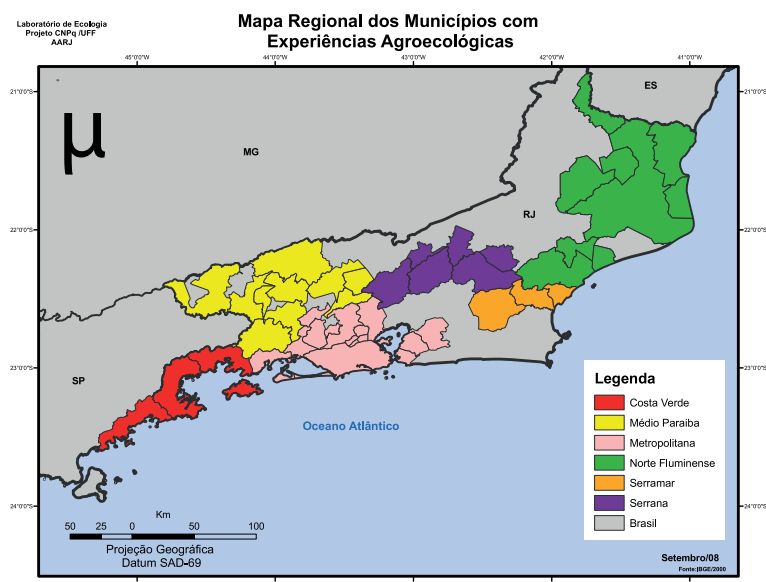
### **Um encontro com algumas das expressões da agroecologia no Rio de Janeiro**

A organicidade da articulação de agroecologia no estado do Rio de Janeiro, em sua dinâmica de efetivação autônoma, não se restringe à delimitação política administrativa das regiões de governo. Extrapola essa divisão, ao estabelecer novas conexões e territorialidades na pro-

---

3 - O GT Construção do Conhecimento Agroecológico da AARJ, responsável pela organização e edição do material, foi composto por: Alexandre Gollo; Guilherme Strauch; Mônica Cox e Thiago Michellini.

moção de eventos, reuniões e intercâmbios entre as famílias, organizações e instituições que desenvolvem a agroecologia fluminense. Em alguns casos de identidade institucional ou cultural, a abrangência estadual também é extrapolada, como acontece com o Centro Nacional de Agrobiologia da EMBRAPA, assim como com a Rede Juçara, a qual incorpora experiências desenvolvidas em Ubatuba-SP, e em Paraty e Angra dos Reis – RJ, numa mesma dinâmica de territorialidade. Dessa forma, a organicidade da AARJ vem se expressando em regiões agroecológicas assim denominadas: Costa Verde, Vale do Paraíba, Metropolitana, Serramar e Norte Fluminense, conforme visualizamos no mapa abaixo:



No presente trabalho, o agrupamento das experiências sistematizadas procura refletir essa lógica de organicidade, a qual revela identidades que tanto se determinam pela proximidade física, quanto pelos processos de construção histórica relacionados à resistência em torno das lutas pela terra, bem como às opções por uma vida mais saudável, à troca de saberes nas inovações em manejo agroecológico, à conservação das sementes e da biodiversidade, às experiências de formação em espaços formais e informais, ou à busca de soluções para o abastecimento via comercialização direta de produtos saudáveis.

Esses laços de identidade atuam no fortalecimento das experiências individuais e coletivas, dando vida à articulação pela agroecologia nas suas diferentes escalas e dimensões de atuação. Levando-se em consideração a dimensão temporal – período de existência das experiências – percebe-se que a sequência de apresentação dos textos se pauta em critérios arbitrados pela coordenação de edição, de forma a contemplar a diversidade de artigos enviados em resposta à demanda de auto-sistematização, como parte do processo de mapeamento das experiências agroecológicas em desenvolvimento no estado.

### **Regiões Costa Verde e Vale do Paraíba Sul Fluminense**

A denominada região da Costa-Verde, que tem em sua trajetória a força das comunidades tradicionais - quilombolas, indígenas, caiçaras – legítimos herdeiros de uma região que permaneceu praticamente intocada até os anos 1970, quando foi aberto um trecho da BR 101 (Rodovia Rio-Santos) – vivenciou uma progressiva marcha de especulação imobiliária, extração predatória da biodiversidade, expulsão de habitantes e de comunidades nativas, passando pela instalação de áreas de preservação ambiental no limítrofe das regiões de conflito pela posse da terra.

Nessa região as experiências agroecológicas apresentadas se relacionam à possibilidade de fortalecimento da agricultura familiar em convivência com a conservação ambiental, ao manejo agroflorestal e outras estratégias de sustentabilidade, bem como ao fortalecimento da identidade cultural dos povos tradicionais na luta pela garantia dos direitos territoriais, expressando-se através dos fóruns interestaduais como a Rede Juçara – que se propõem a ampliar o cultivo e uso da referida Palmeira (*E. edulis*) como ferramenta de conservação da Mata Atlântica. Com isso contribuem para o debate atual e necessário sobre o manejo ecológico dos recursos naturais, realizado justamente pelas populações tradicionais. As experiências dessa região nos conduzem também ao fortalecimento da identidade cultural dos povos tradicionais, em sua luta pela garantia dos seus direitos territoriais, expressando a dimensão sóciopolítica da Agroecologia nas ações sociais coletivas exercidas pelo Fórum das Populações Tradicionais.<sup>4</sup>

As experiências da família Ferreira, da Associação de Moradores do Quilombo Campinho da Independência - AMOQC e do Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica (IPEMA) envolvem ainda temas como manejo da biodiversidade, protagonismo juvenil, formação e extensão em agroecologia, e o acesso aos mercados institucionais, nos revelando estratégias e conquistas, assim como as lutas e questões atuais colocadas para o enfrentamento pelas experiências.

Já na região do Vale do Paraíba, o processo de ocupação das terras pelas fazendas de café, e depois pelos mega projetos de especulação fun-

---

4 - O Fórum de Populações Tradicionais é um espaço de fortalecimento e articulação em rede, criado na região sul do estado do Rio de Janeiro e litoral norte de São Paulo em 2007, onde as comunidades tradicionais se reúnem para discutir questões comuns, tais como: o território, turismo, educação, cultura, pesca, agricultura, agroecologia, mercado solidário, etc. Ver <http://forumtradicionais.blogspot.com>

diária e de desenvolvimento industrial, tanto dizimou as populações nativas quanto promoveu a degradação ambiental e da agricultura camponesa, na sequência de apogeu e declínio da cultura do café.

A experiência da organização de trabalhadores rurais sem terra - MST, num processo de estudo e planejamento coletivo, em parceria com grupos de estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em atuação pelo Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental, do INCRA, é registrada para o Projeto de Assentamento Roseli Nunes, situado em Pirai/RJ, tendo como foco o método do planejamento para o desenvolvimento sustentável e a referência da implantação dos sistemas agroflorestais de produção. Nessa experiência, evidencia-se que a transição para a agroecologia começa com a quebra do latifúndio.

## **Região Metropolitana**

Justamente de onde se poderia mais facilmente supor que as experiências agroecológicas inexistissem – face à insistência das estatísticas da alta taxa de urbanização, da segurança/violência como principal questão do estado, e da preponderância da expressão industrial e do setor de serviços – insurgem experiências que traduzem respostas de resistência camponesa; de alertas sobre o desordenamento na ocupação espacial; de resistência cultural na agricultura urbana; e de estudo e formação em distintos centros acadêmicos.

A EMATER-RIO de Nova Iguaçu apresenta a premiada experiência da “Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu”<sup>5</sup>, resgatando o histórico de lutas pela terra na região, abordando a ocupação e a organização fundiária-

---

5 - Em agosto de 2009 a experiência recebeu o prêmio Baixada, na categoria Meio Ambiente, concedido pelo Fórum de Cultura da Baixada Fluminense, e em novembro de 2010 recebeu o prêmio CREA RJ de Meio Ambiente.

ria vivenciadas pelas famílias na baixada fluminense, destacando o papel das organizações e instituições parceiras na construção da proposta pedagógico-metodológica, sua integração aos Conselhos de Desenvolvimento Rural e ao processo de comercialização direta nos municípios que abrange, fortalecendo as feiras municipais da agricultura familiar.

Com o título “Semeando a agroecologia na cidade”, a Rede de Agricultura Urbana registra a presença da utopia de quem não se dá por vencido por estar confinado entre construções de laje e cimento. Quintais inesperados ocupam ínfimos espaços, alimentam a alma e temperam a vida de quem não desistiu do verde. O Verdejar apresenta sua estratégia de convivência entre a violência urbana e a preservação ambiental no alto da Serra da Misericórdia, num nem sempre pacificado Complexo do Alemão: seu artigo “de ambientalistas a agroecologistas” é, em essência, um poema urbano-agroecológico.

Os estudantes universitários de postura crítica, aqueles que descobriram que não podem se limitar às matérias que são repassadas em salas de aula e por isso se reúnem/ se articulam aos grupos de estudos extra-acadêmicos (GAE/UFRJ, MÃE/UFE, Agrocrioulo/UENF, entre outros) podem encontrar estímulo e identidade de trajetória no texto que é apresentado pelo Grupo Capim Limão da UFRJ. “Plantando a semente, na trilha da agroecologia” foi também a trajetória do departamento de Geografia da UFE, que durante anos numa disciplina optativa tem se proposto a repensar “o papel da universidade, na formação de técnicos e acadêmicos despertos para um trabalho interdisciplinar”.

Em todas essas experiências, a relação interinstitucional é propulsora de novas descobertas e de encorajamentos demonstrando, em conjunto, que a prática da agroecologia pressupõe e determina o fim dos isolamentos.

## Região Serrana

A região serrana do Rio de Janeiro tem como característica marcante a expressão de complexos sistemas agroprodutivos, implantados ao longo de um processo de colonização/ ocupação territorial que alia fortes características camponesas e alta produtividade, com predominância do uso dos insumos agroquímicos – e consequentemente com todos os seus riscos. Ela inspira atenção tanto pela instabilidade climática e geológica, fortemente evidenciada na região no início de 2011, quanto pela fragilidade social dos trabalhadores que atuam sob condição de meeiros e de arrendatários, dando vida à referida alta produtividade alcançada.

Não obstante o símbolo de ter sido a cidade de Petrópolis a sede do 1º Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa – EBAA, em início dos anos 1980 e ao fato de que, pelo menos desde essa época, a temática da agricultura orgânica e da agroecologia vem sendo pautada de forma progressiva entre agricultores, extensionistas e pesquisadores, a expressão das experiências em agroecologia nessa região transparecem, neste trabalho, apenas em duas sínteses, quais sejam: a dos núcleos de organização da ABIO – Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (experiência que tem abrangência estadual) e a do Núcleo de Pesquisa e Treinamento a Agricultores – NPTA, uma unidade avançada para integração de três Centros de Pesquisa da Embrapa no RJ (Agrobiologia, Alimentos e Solos) com o propósito de promover a transição agroecológica de sistemas de cultivos familiares.

A experiência do NPTA da Embrapa, localizado em Nova Friburgo, conjuga características de experimentação agrônoma tradicional com princípios de metodologias participativas. O artigo registra uma abordagem sobre a evolução dos processos agroecológicos na região,



bem como a trajetória interinstitucional de construção da proposta, aproximando agricultores familiares da formulação e condução da pesquisa agronômica.

## **Região Serra Mar**

As experiências emergem localizadas entre a “desnaturalizada” região do vale do rio São João e a bacia do rio Macaé. A retificação do São João, associada a obras de drenagem, moldaram o cenário para a ocupação socioeconômica que sucedeu a essas intervenções.

As referidas ações de desnaturalização, paralelamente à construção da Ponde Rio-Niterói, intensificaram o interesse da especulação imobiliária sobre a região, com a instalação de grileiros e o fortalecimento de latifundiários, cuja parcial retomada de terras proporcionou a inserção de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (Aldeia Velha, Imburo, Cambucaes, Sebastião Lan, Visconde – para citar alguns exemplos).

Predominantemente com essas famílias assentadas é que se iniciou o trabalho da Articulação de Agroecologia Serra Mar, que entre outros temas se pauta pela troca de experiências na formação teórica e prática sobre o manejo agroflorestal, numa integração de agricultores e de técnicos em um processo metodológico autêntico, de construção participativa e interinstitucional, demonstrando a possibilidade de convivência entre o social e o ambiental.

A ação da Articulação Serra Mar, iniciada em 2004, se ampliou na identificação de novas experiências por toda a região de governo denominada Baixada Litorânea, nos revelando ícones da resistência cultural

ao processo de desenvolvimento pautado pela degradação ambiental, como resultado dos mega-interesses econômicos.

“A história de Tapinoã - A importância do conhecimento tradicional na conservação de sementes crioulas”, uma experiência apresentada pela EMATER RIO de Araruama, é uma referência de fortalecimento da identidade comunitária e valor da expressão cultural de origem africana, destacando os serviços de preservação de sementes crioulas, resistindo em meio a tantas transformações espaciais e sociais.

Num contexto dinâmico, o Projeto de Assentamento Aldeia Velha – área retomada pelo INCRA ao latifúndio – é emancipado e dá vez ao ingresso de sitiantes em áreas repassadas pelos antigos assentados. “Visitando e morando em Aldeia Velha”, estudantes de diferentes regiões se depararam com uma rica cultura rural, e registram essa história no artigo “O processo de Criação de uma Casa de Sementes Livres”, um fruto da Escola da Mata Atlântica, pautada na pedagogia do diálogo de saberes.

Novos tempos se anunciam com a incorporação de mecanismos de incentivo à preservação ambiental, a exemplo do caso do “Fundo Socioambiental de Boas Práticas em Microbacias – FUNBOAS”. Em artigo encaminhado pelo Consórcio Intermunicipal Lagos São João apresentam-se os fundamentos e a metodologia de ação na comunidade de Cambucaes (projeto de Assentamento do INCRA), no município de Silva Jardim. A experiência traz uma importante contribuição ao debate atual sobre os mecanismos de incentivo à preservação ambiental, justamente por trabalhar com uma perspectiva diferenciada à do PSA – Pagamento por Serviços Ambientais, já que utiliza a compensação pelos serviços ambientais prestados pelas famílias camponesas através da viabilização de práticas agroecológicas.

## Região Norte

Registra-se o desafio e o valor de resistir a dupla “latifúndio-mono-cultivo”. No artigo “Escolinha de Agroecologia: re-construindo conhecimentos de forma participativa”, os agentes da Comissão Pastoral da Terra oferecem um resgate histórico sobre a evolução do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, analisando suas influências e consequências e apresentando a iniciativa do Projeto da Escolinha no foco de “fortalecer a reforma agrária e os pequenos agricultores tradicionais da Região Norte Fluminense”.

Novamente confrontam-se modelos dominantes, capitalizados, com a busca de alternativas, através de articulações interinstitucionais e da ampliação de massa de trabalhadores em condição de conquistar direitos, a partir do processo da reforma agrária. Neste tópico, a falência da agroindústria canavieira fluminense, acentuada no início dos anos 1990, possibilitou a concentração de assentamentos de reforma agrária e a ampliação do universo de famílias assentadas na região do entorno de Campos dos Goytacazes.

Trata-se, no entanto, de um público que apesar do estágio de fragilidade social e econômica, atende predominantemente às indicações do sistema hegemônico nas orientações para o manejo produtivo. Seguem na referência da lógica da mecanização, do uso de insumos químicos e só não intensificam mais essas formas de manejo por conta dos custos proibitivos vivenciados no sistema de produção que ocupam e desenvolvem. O trabalhador rural que sempre foi subordinado, precisa de apoio para iniciar um autônomo processo de tomada de decisão; reside aí, portanto, um dos valores da Escolinha de agroecologia.

No artigo “Iniciativas de destaque na transição agroecológica identificadas pela Cooperativa CEDRO no Programa de Assessoria Técnica, Ambiental e Social à Reforma Agrária no Rio de Janeiro – Dezembro/2005 a Agosto/2009” este tema é abordado a partir de foco em duas unidades de produção familiar, nos municípios de Macaé e Conceição de Macabu. A despeito das trajetórias de luta em prol da agroecologia, Gilmar “Barbudo” ainda não possuía lote para trabalho no PA prefeito Celso Daniel/ Macaé (em dezembro de 2010) e “Maria Baixinha” faleceu em agosto de 2010 sem ter conseguido regularização na terra que ocupava, por isso trabalhava desde 1996 em Capelinha/ Conceição de Macabu.

Ainda na região norte, o artigo do “Movimento Popular de Saúde Alternativa na Região Norte Fluminense” retrata uma experiência de organização comunitária que ocorre desde 1997, com apoio da Comissão Pastoral da Terra e a iniciativa de mulheres que partilham saberes e constroem estratégias de mobilização e de organização para promoção da cidadania e da saúde.

Essa experiência extrapola às áreas de reforma agrária e inclui quilombolas e trabalhadores sazonais do corte de cana de açúcar. O artigo descreve desde o ambiente até o método de atuação, pelo processo de articulação com grupos de saúde alternativa, como a Rede Fitovida, fortalecendo a concepção de que as práticas de promoção de saúde e de autonomia, seja de conhecimentos ou financeira, estão na essência das pretendidas transformações agroecológicas.

Por fim são apresentados cinco artigos que refletem atuação em âmbito estadual ou mesmo inter-estadual, na promoção da transição para a agroecologia: “Rede Ecológica – uma experiência de organização de consumidores conscientes”; “ABIO – Associação de Agricultores Bio-

lógicos do Estado do Rio de Janeiro: pioneirismo na organização de produtores e consumidores de alimentos orgânicos”; “Cooperativa CEDRO – 10 anos de ATER pública não Estatal no Rio de Janeiro”; “Práticas Alternativas em Saúde -valorização de conhecimentos, autonomia e organização em Saúde no MST” e “Sistematização Campo e Campus – jovens rurais/quilombolas protagonizando o fortalecimento da agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro”.

O artigo sobre o projeto Campo-Campus, elaborado no período da sua primeira fase, já despontava como uma das mais preciosas ações da Articulação de Agroecologia do RJ; sempre com a articulação de parcerias, o envolvimento na formação em agroecologia de jovens pertencentes a variadas comunidades do estado, representa um conjunto de boas sementes de envolvimento e participação comunitária, e o alinhamento do Instituto de Educação da UFRRJ no processo maior de facilitação à reflexão e formação crítica dos participantes.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST apresenta em artigo sua proposta de organização metodológica para o curso de formação continuada em saúde a partir das condições vivenciadas nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária. Agroecologia e saúde compõem a referência de mudanças pretendidas pela organização do MST.

O texto da Cooperativa CEDRO revela o desafio de uma cooperativa de trabalho, a serviço de programas institucionais que apresentam a transição agroecológica como uma de suas diretrizes, ao promover efetivas ações de mudança nos paradigmas da extensão rural. As limitações de pessoal/ profissional, as concepções sobre o que é a transição agroecológica, a difícil prática das relações cooperativas e uma interpretação sobre a percepção dos agricultores com o trabalho, são

elementos que estão na essência da análise desenvolvida pela equipe de campo em 2009.

Por fim as duas pontas do comércio dos produtos agroecológicos são representadas pelos textos da organização dos consumidores – Rede Ecológica e pela organização dos produtores – ABIO. No caso da Rede Ecológica, além do resgate do histórico e registro de método e estrutura, o texto é uma declaração veemente a favor da vida, pela produção e consumo de produtos saudáveis, e pela relação de comércio justo entre consumidores e produtores. No caso da ABIO, destaca-se o pioneirismo na organização dos agricultores, em duas grandes conquistas: o espaço da Feira da Glória e o Sistema Participativo de Garantia, este último um procedimento estabelecido pela legislação atual de atesto de conformidade sobre produtos orgânicos, que privilegia a participação dos agricultores ao invés de empoderar empresas contratadas “para dizer que se está falando a verdade”, analogia possível no caso da lógica da certificação de produtos.

Apresentamos um breve panorama dos textos reunidos nessa coletânea, desdobrados da Oficina Estadual de Sistematização coordenada pela AARJ em outubro de 2009, e que propiciaram uma oportunidade de conhecimento de algumas das expressões da agroecologia no Rio de Janeiro. Esse material foi reunido no processo de organização do 2º Encontro de Agroecologia do Rio de Janeiro, realizado na UFRRJ em agosto de 2010<sup>6</sup>, através do qual acreditamos nos servir tanto de retrato para compartilhar os avanços já efetivados, bem como os desafios que nos impõem a construção participativa do conhecimento agroecológico no estado do Rio de Janeiro.

---

6 - Organizado pela AARJ e apoiado pelo projeto “Desenvolvimento participativo de metodologias e processos de construção de conhecimento agroecológico no estado do Rio de Janeiro”, CNPq/MDA/UFF.

# Palmeira Juçara: uso da biodiversidade como ferramenta da conservação da Mata Atlântica e desenvolvimento local

Cristiana Reis<sup>1</sup>, Eduardo Darvin Ramos da Silva<sup>2</sup>,  
Fernanda Horiye<sup>3</sup>, Luciano Maciel Corbellini<sup>4</sup>

O Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica (IPEMA), desde 2005 vem desenvolvendo ações e projetos para o desenvolvimento comunitário e uso sustentável do Bioma junto aos agricultores familiares e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e caiçaras) localizadas no município de Ubatuba, litoral norte do estado de São Paulo. São 39 famílias envolvidas diretamente no manejo sustentável da palmeira juçara para produção de polpa e sementes a partir de seus frutos. O desenvolvimento da cadeia produtiva de ambos os produtos visam a geração de renda, segurança alimentar e repovoamento da espécie, em áreas no entorno e de sobreposição do Parque Estadual da Serra do Mar e Parque Nacional da Serra da Bocaina.



Área de coleta na comunidade do Sertão do Ubatumirim.

---

1 - Engenheira Florestal - IPEMA - Email: [crisipema@gmail.com](mailto:crisipema@gmail.com)

2 - Biólogo – IPEMA

3 - Engenheira Florestal - IPEMA - Email: [feflorestal@yahoo.com.br](mailto:feflorestal@yahoo.com.br)

4 - Biólogo – IPEMA



A palmeira Juçara (*Euterpe edulis* – Mart.) é uma espécie de extrema importância para a biodiversidade, pois seus frutos servem de alimento para mais de 70 espécies de animais e aves, sendo considerada espécie chave para a conservação de florestas no Bioma Mata Atlântica. O alto valor comercial do palmito mantido durante décadas, fez dele um dos produtos florestais mais explorados no Bioma. O extrativismo predatório e ilegal do palmito levou à sua inserção na lista oficial de espécies ameaçadas de extinção (Instrução Normativa nº 6, de 23 de setembro de 2008, MMA).

No município de Ubatuba o quadro de risco de extinção da espécie só não é mais grave devido ao papel exercido por algumas comunidades que garantiram sua preservação em seus territórios. Fato este constatado através da experiência de cinco anos de projeto, onde as áreas potenciais de coleta da Juçara e populações remanescentes estão associadas à presença humana, mais especificamente, comunidades tradicionais que mantêm vínculos e usos dos recursos naturais e seus territórios de origem.

Ubatuba, assim como todo Litoral Norte do estado, sofreu um forte processo de urbanização a partir da expansão econômica no eixo Rio-São Paulo e abertura de empreendimentos de infra-estrutura, contribuindo para o aumento da pressão exploratória sobre os recursos naturais e promovendo uma crescente degradação social e ambiental na região. Além destes fatores, nos últimos anos o impacto também é registrado pelo incentivo a diversas modalidades de turismo e pela aquisição de terras para instalação de casas de veraneio e sítios de lazer, resultante da alta especulação imobiliária por conta da beleza local.

Por outro lado, 80% do território de Ubatuba é ocupado pelo Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo de Picinguaba (PESM/ NP), e em

menor porção pelo Parque Nacional da Serra da Bocaina. Estas duas Unidades de Conservação (UC's) são de proteção integral conforme estabelecido no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e se sobrepõem em algumas áreas, bem como sobre os territórios originais das comunidades locais. Muitas famílias dependem da utilização dos recursos naturais para sua sobrevivência, seja através de práticas agrícolas ou de extrativismo. Como lidar com esses aspectos após a criação destas UC's?

As restrições ambientais e a pressão de uso sobre tais recursos levaram a um crescente agravamento da situação de vida de muitas famílias e, por consequência, geraram conflitos socioambientais e territoriais. A partir do momento em que as áreas das comunidades tiveram seus territórios sobrepostos pelas UC's, o uso tradicional dos recursos locais por estas foi muito dificultado ou mesmo impedido de ocorrer, o que implicou na ruptura do modo de vida tradicional e na transmissão dos saberes locais a cerca do uso da biodiversidade e práticas agrícolas. Este quadro levou a maioria das comunidades a buscarem outras alternativas econômicas para sua sobrevivência, principalmente ligadas ao turismo e construção civil.

Este conflito de interesses sobre a Mata Atlântica - conservação pelas UC's e manejo dos recursos pelas comunidades - é ponto chave para discussão do desenvolvimento local. Diante deste contexto, ressaltamos a importância de se promover o desenvolvimento social das comunidades rurais e tradicionais envolvidas, com base no resgate e valorização da cultura local e o manejo sustentável dos recursos naturais. Para isso, se devem buscar meios de garantir o acesso a terra e ao uso da agrobiodiversidade como garantia de ampliar as possibilidades de conservação ambiental da Mata Atlântica conjugada a melhoria de vida das populações tradicionais.

O trabalho desenvolvido tem como foco a promoção e difusão do manejo sustentável da juçara por meio da produção de polpa alimentar e consolidação da cadeia produtiva como forma de garantir a recuperação da espécie e conservação das florestas. A concretização disto se dá através do desenvolvimento de técnicas de manejo da palmeira “em pé” e sistemas agroflorestais, sendo estimulada a produção de outros produtos que vêm sendo associados à polpa, como a farinha de mandioca e a banana, além de plantios consorciados com espécies nativas da mata atlântica potenciais para plantios em agrofloresta, como cambuci, cambucá, grumixama, jatobá e espécies madeireiras, medicinais, etc.

O trabalho é traçado sob a estratégia de fomentar o protagonismo social nas comunidades tradicionais, com o fortalecimento dos grupos e associações, capacitação em agrofloresta e manejo florestal sustentável, viabilizando a conquista pelas comunidades de sua sustentabilidade socioeconômica, ambiental e de segurança alimentar.

### **Manejo Sustentável da Palmeira Juçara: produção de polpa e sementes**

O início deste trabalho, em 2005, teve como objetivo a difusão e capacitação no manejo dos frutos da palmeira juçara para produção de polpa e sementes, além da implantação e manejo de sistemas agroflorestais, resgate e valorização da agricultura tradicional, bem como o licenciamento ambiental. A partir de 2007, com o avanço das ações, dos resultados alcançados e da crescente adesão e fortalecimento das comunidades, ampliamos nossa atuação e passamos a focar na capacitação e articu-



Oficina de beneficiamento de produtos da agrofloresta.

lação para o desenvolvimento da cadeia/arranjo produtivo da polpa de juçara em Ubatuba.

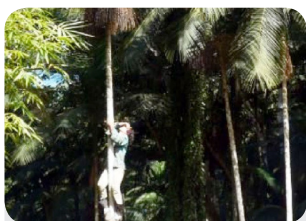
Foram realizados cursos e oficinas abordando temáticas diversas, além das relacionadas ao manejo sustentável da juçara e seu beneficiamento, assim como visitas técnicas, mutirões, reuniões periódicas de planejamento e avaliação com as comunidades, participação em eventos, encontros e trocas de experiências.

Atualmente trabalhamos na organização/formalização de cinco grupos de produtores, tendo em vista a estruturação de empreendimentos familiares e comunitários voltados à produção sustentável de polpa, sementes e mudas de juçara, e demais produtos da agricultura familiar e agroflorestal. Outros grupos encontram-se mais focados na produção e plantio de mudas da espécie e sistemas agroflorestais devido, entre outros fatores, a ausência de estoques de juçara suficientes para uma relevante produção de polpa em seus sítios.

Uma das premissas é o respeito às particularidades de cada comunidade e suas potencialidades na atividade, assim como o dinamismo de suas organizações. Estas peculiaridades são demonstradas pelos diferentes estágios de envolvimento e atuação de cada uma.

O despertar para a atividade é contínuo e a cada safra da juçara, novas famílias e comunidades são envolvidas. Em 2009, por exemplo, houve a inserção de 17 famílias e 01 comunidade que estão em uma etapa inicial de capacitação e organização. A inclusão de novas famílias e o fortalecimento dos grupos já envolvidos no manejo da palmeira demonstra a importância deste recurso florestal para a agricultura familiar no Bioma da Mata Atlântica.

O manejo dos frutos da Juçara teve sua colheita regularizada no Parque Estadual da Serra do Mar/Núcleo Picinguaba (PESM/NPic), a partir da aprovação pela Fundação Florestal do Estado de São Paulo do *Plano de Manejo para Colheita de Frutos de Juçara no interior e entorno do Núcleo Picinguaba do PESM*, conforme previsto no zoneamento estabelecido no Plano de Manejo do PESM/NP, nas Zonas Histórico Cultural Antropológica (ZHCA). Nesta zona é onde estão as comunidades tradicionais e através do Plano de Uso Tradicional (PUT) permite-se o manejo dos recursos naturais dentro de uma Unidade de Conservação de Uso Integral.



Coleta dos frutos da palmeira juçara.

A coleta dos frutos é feita principalmente pela escalada manual com uso de pecunha. Para evitar a perda de qualidade dos frutos, e consequentemente da qualidade da polpa, a colheita é feita, de preferência, na parte da manhã e a despolda na tarde do mesmo dia.

O processamento dos frutos ocorre tanto nas comunidades envolvidas como na Planta Piloto de Capacitação e Beneficiamento dos Frutos. Para o processamento da polpa, após a lavagem e higienização dos frutos, estes são despoldados num equipamento elétrico (despoldadeira) com adição de água de acordo com a consistência de polpa desejada. Então a polpa é embalada e levada ao freezer para congelamento logo após envase.

As sementes recém despoldadas, lavadas e secas à sombra, são um importante produto do manejo dos frutos e destinada ao repovoamento da espécie. A semeadura pode ser feita diretamente no local tanto a lanço como por enterrio, ou utilizada para a produção de mudas. A produção e comercialização de mudas e sementes, alternativas

para o uso da palmeira, possuem um mercado potencial, porém, as atividades são regulamentadas pela Lei Nacional de Sementes e Mudanças 10.711/03 que exige uma série de procedimentos que dificultam a entrada de pequenos produtores neste ramo.

Atualmente, temos enfrentado uma dificuldade logística visto que a unidade de beneficiamento dos frutos se localiza a 35 km da comunidade mais próxima. Isso dificulta o transporte dos frutos entre os locais de coleta e o beneficiamento, além de tornar a atividade insustentável e inviável financeiramente, sem o apoio do projeto. Por isso, uma das medidas prioritárias para a consolidação da cadeia produtiva é a estruturação e formalização dos grupos de produtores, e a construção de unidades de beneficiamento nas comunidades. No entanto, isto também esbarra numa série de exigências legais e burocráticas relacionadas a adequação e registro dos estabelecimentos de processamento e de registro do produto, relacionados tanto a normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância e Inspeção Sanitária (ANVISA) quanto o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A organização das equipes de coleta e de beneficiamento dos frutos é um tema trabalhado constantemente. A cada safra os grupos mostram-se mais envolvidos e organizados, como podemos ver quando comparamos as safras de 2008 e 2009 no município de Ubatuba (Tabela 1).

O beneficiamento da polpa é realizado na “Planta Piloto de Capacitação e Beneficiamento dos Frutos da Palmeira Juçara”, na sede da APTA-UPD Ubatuba que já possui licença de funcionamento expedi-



Beneficiamento dos frutos da  
Planta Piloto na APTA - UPD  
Ubatuba.

da pela Vigilância Sanitária do Município, de forma a garantir o fornecimento do produto regularizado no mercado local e na merenda escolar.

<b>Tabela 1: dados de monitoramento comparativos das safras de 2008 e 2009 em Ubatuba, SP</b>			
	<b>Safra 2008</b>	<b>Safra 2009</b>	<b>Total</b>
Colheitas	30	40	70
Frutos coletados (Kg)	1478	3754	5232
Polpa produzida (L)	810	1871	2681
Rendimento (L/Kg)	0,54	0,50	0,51
Semente gerada (Kg)	831	2102	2933
Média de cachos por pé 1	1,4	1,5	1,46
Média de cachos bons por pé 2	1,2	1,4	1,34
Média de fruto coletado por pé (Kg) 3	2,4	3,42	3,04
Cachos sem interesse para polpa	450	337	774
Fonte: IPEMA			

Considerando que a polpa de juçara é um produto inovador em termos de utilização da biodiversidade e geração de renda para o desenvolvimento local, demos início à prospecção de estratégias no mercado através da experimentação e parceria com consumidores e comerciantes no município. A estratégia de comunicação e comercialização desenvolvida, desde então, se deu com o aprimoramento gradual da apresentação visual da embalagem para polpa, além dos banners, cartazes e folders de divulgação. Foi mantida a identidade visual adotada inicialmente no projeto buscando a referencia local focada na **identidade e territorialidade caiçara e quilombola da Mata Atlântica**.

A estratégia de mercado local está baseada na identificação de pontos de comercialização no município em que o proprietário seja aberto e disposto a colaborar em parceria com os objetivos do projeto. Após a seleção destes estabelecimentos iniciou-se a articulação com proprietários para realizar a comercialização da polpa e difundir a proposta de uso sustentável da espécie e os valores agregados ao produto de caráter socioambiental. Atualmente existem 03 pontos em que a polpa vem sendo comercializada regularmente durante o ano todo e com perspectiva de ampliação de pontos de venda até o fim de 2010.

Nos estabelecimentos em que a polpa já está sendo comercializada estamos disponibilizando material de divulgação, além de sementes e mudas. Outros produtos vêm sendo articulados para comercialização junto à polpa de juçara, tais como cambuci, acerola, banana e farinha de mandioca. A comercialização também é realizada pelos próprios produtores através da venda direta aos consumidores. Esta inserção no mercado vem ocorrendo de maneira bastante positiva, onde o consumidor tem valorizado o trabalho desempenhado por estas comunidades, estimulando e fortalecendo a atividade.

Junto a isto, focado na inclusão da polpa na **alimentação escolar**, ponto este prioritário do projeto, começamos a articular os produtores locais em mercados institucionais como o Programa da Aquisição de Alimentos para Fortalecimento da Agricultura Familiar (PAA/CO-NAB) e Merenda Escolar por meio do CAE/ Conselho de Alimentação Escolar. Sua admissão na alimentação das escolas de ensino público está garantida por duas ferramentas importantes: a Lei Nº 11947, de 16 de junho de 2009 e a Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009. A entrada da polpa da juçara na merenda escolar ocorreu no mês de junho de 2010.



Além de beneficiar os produtores de juçara e contribuir para a introdução de um novo hábito alimentar – associado a valorização da árvore “em pé” - a qualidade nutricional dos frutos da juçara impressiona e justifica, ainda mais, sua entrada na merenda escolar. Estes dados estão sendo obtidos através do projeto de pesquisa “*Processamento e Sistema de Garantia de Qualidade da Cadeia de Produção da Polpa de Juçara (Euterpe Edulis)*”, desenvolvido pelo Departamento de Agroindústria Alimentos e Nutrição da ESALQ/USP, projetos FAPESP 2008 e 2006. <sup>5</sup>

A consolidação do trabalho vem sendo fortalecida com a articulação de uma rede de parcerias, envolvendo instituições governamentais e não governamentais, para a inserção da cadeia produtiva da polpa e sementes em políticas e programas públicos. A **Rede Juçara** integra 14 organizações nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro com projetos e ações voltados ao uso sustentável da palmeira, com foco no uso dos frutos. A articulação desta rede tomou maior dimensão a partir do projeto “*O Uso Sustentável da Palmeira Juçara como Estratégia para Conservação da Mata Atlântica*”, com apoio do Programa PDA Mata Atlântica do Ministério do Meio Ambiente e executado de forma articulada entre as organizações que integram a rede no sul e sudeste do Brasil. As ações em rede abrem uma perspectiva mais ampla na construção e articulação de políticas públicas e na estruturação de uma estratégia de desenvolvimento comunitário e conservação do bioma, tendo como eixo a cadeia produtiva da palmeira juçara e o protagonismo comunitário.

As articulações regionais também tem sido um fator importante para potencializar as ações locais, das quais destacamos algumas parcerias. A AMOC (Associação dos Moradores do Quilombo do Campinho)

---

5 - Pesquisa de Pós-doutorado - ESALQ/USP.

que atua em Paraty e Angra dos Reis no estado do Rio de Janeiro bem como em Ubatuba, fomentando o protagonismo juvenil no manejo da juçara, e a Akarui (Associação para Cultura, Meio Ambiente e Cidadania), OSCIP que envolve produtores rurais na produção de mudas, recuperação de áreas degradadas e produção de polpa de juçara nos municípios de São Luis do Paraitinga e Natividade da Serra, configuram um novo cenário regional. Isto se dá com a consolidação de um pólo de ações e experiências com o uso sustentável da palmeira, integrando projetos e instituições governamentais e de pesquisa também parceiras como o PESM, Fundação Florestal, ESALQ/USP e UNITAU.



Reunião da Rede Juçara.

## **Desafios: Desenvolvimento Socioambiental da Mata Atlântica**

Tendo em vista o histórico de atuação exposto e as experiências geradas ao longo deste processo, na reflexão e análise desta trajetória foi identificada uma série de desafios que se impõem para a efetivação e desenvolvimento de práticas de uso sustentável da biodiversidade e do desenvolvimento socioambiental na Mata Atlântica. Hoje, temos uma legislação ambiental extremamente complexa, fundamentada numa visão estritamente preservacionista e que praticamente desconsidera a possibilidade de uma relação sustentável entre sociedade e ambiente. Na prática, esta legislação expressa um caráter altamente restritivo e fiscalizatório, que em maior parte incide sobre agricultores familiares/comunidades tradicionais e em muitos casos desconhece e/ou desqualifica os conhecimentos e práticas utilizadas historicamente por estes. No mesmo rumo vemos a legislação relacionada a regulamentação e

fiscalização de estabelecimentos de produção agroindustrial e registro de produtos. Uma legislação concebida num modelo de desenvolvimento industrial em grande escala, que tem se mostrado insustentável, atendendo aos interesses de corporações e grandes empresas de alimentos, inviabiliza pequenos produtores de obterem uma licença de funcionamento, selos para comercialização e registro de seus produtos e estabelecimento. Acaba por relegar aos pequenos produtores o papel de meros fornecedores de matéria prima a baixos valores, sem autonomia na cadeia e capacidade de influir na regulação de preços.

Talvez ainda seja cedo para afirmar o real potencial que a polpa de juçara representa em termos de mercado, mas tudo indica que este produto atingirá cada vez mais uma maior importância e escala nos empreendimentos rurais e no mercado nacional e internacional. Diante disto se impõe o desafio de construir uma cadeia produtiva que contemple os benefícios sociais e ambientais potenciais, aliados ao manejo dos frutos da juçara e de destaque ao papel da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais na construção deste processo e na conservação ambiental.

Diante destes desafios o IPEMA tem buscado fomentar esta discussão no âmbito das redes articuladas e com inserção política nas esferas públicas competentes. A interface com instituições parceiras em municípios próximos reforça a tendência do desenvolvimento de programas regionais, neste caso, necessitando de um maior envolvimento e apoio efetivo dos governos municipais, estadual e federal com políticas de fomento e apoio as ações em andamento, cujo objetivo principal seja a promoção de experiências concretas com o uso sustentável dos recursos naturais e de empreendimentos sustentáveis protagonizados por comunidades tradicionais e agricultores familiares na Mata Atlântica.

## Parceiros

Associações e organizações comunitárias das comunidades do Quilombo do Cambury, Quilombo da Fazenda, Sertão do Ubatumirim, Aldeia Boa Vista, Bairro do Corcovado e Praia Grande do Bonete, Rede Juçara, Prefeitura Municipal de Ubatuba, NP/ PESM, FF, APTA/ UPD Ubatuba, Akarui (OSCIP), UNITAU (Universidade de Taubaté), Departamento de Nutrição da ESALQ/USP, e AMOC.

## POLPA DE JUÇARA

UM PRODUTO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE UBATUBA  
Conservação: Geladeira ou Freezer, Conservação Gelado no Câmbio, Gelado ou Geladinho e Saco Gelado



Cartaz de divulgação do projeto. Logotipos de parceiros: IPDA, Prefeitura Municipal de Ubatuba, Ubatuba Turismo, e outros.

Cartaz de divulgação do projeto.

# A agrofloresta promovendo a qualidade de vida: a experiência da Família Ferreira - Paraty-RJ

Danielle dos Santos Sanfins<sup>1</sup>, Jorge Alves da Silva Ferreira<sup>2</sup>, José Ferreira da Silva Neto<sup>3</sup>

## Um pouco da história...

A família Ferreira chegou ao bairro do Sertão do Taquari em Paraty no ano de 1987, para trabalhar na produção de banana, que na época tinha grande predominância no mercado. A partir desse trabalho o agricultor José Ferreira teve a oportunidade de conhecer um senhor dono de terras da região que lhe ofereceu um sítio em troca de trabalho e dessa forma pode realizar seu sonho de ter uma terra para plantar e tirar o sustento da família.

No começo não foi muito fácil, José Ferreira e sua esposa Carmelita, quando chegaram ao sítio, localizado a uma hora de trilha do bairro Sertão do Taquari, não tinha nada construído, fizeram um pequeno barraco para moradia e começaram a plantar banana e café para vender.

---

1 - Agrônoma. Email: [ellerural@yahoo.com.br](mailto:ellerural@yahoo.com.br)

2 - Agricultor. Email: [jorgeagrofloresta@yahoo.com.br](mailto:jorgeagrofloresta@yahoo.com.br)

3 - Agricultor. Email: [ferreiraecologia@hotmail.com](mailto:ferreiraecologia@hotmail.com)

Iniciaram uma roça com pouca diversidade, plantavam milho, mandioca, feijão e inhame que contribuía no sustento da família. A renda com a venda da produção de banana e café era pouca devido às despesas com transporte e o pouco que tinham era gasto no mercado. Devido essas dificuldades foi preciso que José Ferreira saísse para trabalhar fazendo “bicos” para sustentar a família que estava crescendo, pois em 1997 nasceu o quarto filho: Jonatan.

O trabalho na roça sempre teve a ajuda dos filhos maiores Jorge, Tiago e Catiana que desde muito jovens aprenderam a lidar com a terra. Na época esse trabalho era muito cansativo, pois utilizavam enxada para manter a área limpa onde cultivavam em sistema de monocultura, trazendo muita insatisfação por passarem a maior parte do tempo capinando e, além disso, o cultivo não dava o retorno esperado.

A esposa Carmelita, sempre muito dedicada aos trabalhos da casa, se preocupava com as dificuldades financeiras e para ajudar na renda da família começou o trabalho com vendas e algumas vezes na semana descia a trilha para vender roupas e cosméticos, quando sobrava tempo ia com os filhos trabalhar na roça. Estava difícil viver somente da terra e era preciso encontrar outra alternativa para manter a família no sítio.

### **A mudança e os avanços**

No ano de 1999, José Ferreira conheceu o agrônomo Rodrigo Barcelar (formado pela “escola do GAE” da UFRRJ), que na época trabalhava na Secretaria de Agricultura de Paraty e incentivava a agroecologia na região. Nesse mesmo ano foi convidado por ele a fazer uma visita ao Vale do Ribeira em São Paulo para conhecer umas experiências com sistemas agroflorestais, junto com Ernest Goest. Essas experiências trouxe-

ram um novo conceito de agricultura para a família, aprenderam que não era necessário capinar e sim roçar, pois dessa maneira mantinham o solo protegido e garantiriam sua fertilidade. Aprenderam também que plantar em sistemas agroflorestais era mais benéfico tanto para o meio ambiente como para a família, por plantarem diversificado e exigir menos mão de obra. Com esses conhecimentos adquiridos José Ferreira junto com seus filhos iniciou os primeiros experimentos em agrofloresta no sítio.

Em março de 2000 é novamente convidado para fazer visita as experiências do Vale do Ribeira dessa vez junto com seu filho Tiago e alguns agricultores de Paraty; foi um momento importante, por poder interagir com os agricultores da região e trocar experiências.

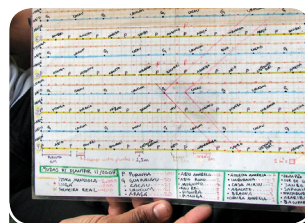
Após essa viagem Zé Ferreira se aproximou do movimento agroecológico que iniciava em Paraty, começou a participar de mutirões promovidos pela Secretaria de Agricultura, durante a Residência do agrônomo Claudemar Mattos, onde teve a oportunidade de estar em contato com estudantes do Grupo de Agricultura Ecológica (GAE) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e conhecer mais os trabalhos da agroecologia. A partir daí passou a sair para fazer cursos com o intuito de aprender mais sobre agroecologia e aplicar no sítio o aprendido.

Com as experiências adquiridas, Zé Ferreira junto com seus filhos decidiu implantar sistemas agroflorestais em uma grande área de pasto que haviam aberto para criar gado, mas como esse tipo de criação requer uma grande área não se tornava sustentável para a família, além de observarem que o pisoteio do gado causava degradação do solo. Nessa área tiveram trabalho no controle da braquiária e perceberam que a única forma de controlá-lo seria sombreando, introduziram então o Ingá, uma leguminosa de crescimento rápido, resistente a podas drás-

ticas e com boa produção de biomassa. Testaram várias espécies de Ingá e observaram que algumas não tinham todas essas características, então selecionaram as que seriam mais importantes para a finalidade.

Durante esse tempo a família começou a receber visitas de estudantes, de agricultores e de alguns técnicos para conhecerem os sistemas agroflorestais do sítio; estes também traziam suas experiências e ajudavam na implantação de novos SAF's. O filho Jorge aproveitava essas visitas para aprender um pouco da parte botânica com os estudantes e técnicos, assunto que sempre o interessou e no qual passou a se aprofundar e aprender cada vez mais de forma autodidata. Esse conhecimento foi de suma importância para a identificação das espécies nativas da floresta o que facilitou as coletas de sementes para a produção de mudas e a implantação de um viveiro que contribuiu para o reflorestamento do sítio e de outras propriedades da região como, Fazenda Goura e Pousada da Bromélia.

No ano de 2004 Jorge iniciou um trabalho de acompanhamento do desenvolvimento das espécies dos SAF's, onde demarcou algumas espécies e mediu circunferência, diâmetro e altura de forma avaliar como estava o desenvolvimento das espécies a cada ano. O acompanhamento foi realizado até 2007 e foi montada uma planilha que atualmente está sendo trabalhada para concluir a pesquisa avaliando todos os fatores negativos e positivos que influenciaram no desenvolvimento das espécies, para observar o que erraram e o que acertaram em cada experimento de SAF implantado.



Do planejamento à intervenção:  
um dos SAF'S da área de Brachiaria  
implantado em 2006 com Ingá e  
mandioca e manejado  
em 2009, com poda drástica do  
Ingá para plantio de feijão.



## A sustentabilidade da família

Com os conhecimentos agroecológicos aflorados e sendo colocados em prática, os frutos vieram e logo no primeiro ano em que iniciaram os experimentos já começaram a perceber a melhoria na sustentabilidade do sítio, pois com a melhoria da diversidade dos produtos foi possível aumentar a colheita e diminuir os gastos no mercado. Nesse período a esposa Carmelita teve a oportunidade de participar de um curso de fabricação caseira de doces, compotas e conservas onde aprendeu a conservar sem o uso de produtos químicos utilizando o processo de cozimento do produto dentro do vidro em “banho maria”, de maneira a obter o vácuo e garantir a conservação dos produtos, por um prazo de validade que chega até dois anos.

Como no sítio não existe luz elétrica essa experiência foi de grande importância para o armazenamento da colheita e dessa forma pode aproveitar frutas, legumes e grãos produzidos e que se perdiam em quantidades, como: goiaba, mamão, jabuticaba, jussara, milho verde, guandu, chuchu, feijão e inhame garantindo diversidade na mesa durante o ano inteiro, além de poder vender o excedente, gerando nova fonte de renda para a família.

Além das compotas e conservas Carmelita também fez um curso sobre remédios caseiros, onde aprendeu a manipular as ervas medicinais e a produzir seus próprios “remedinhos”. Com os conhecimentos aprendidos e com a diversidade de plantas no sítio não demorou muito e ela colocou logo em prática os seus novos saberes, conciliando também com o que já conhecia.

Começou a produzir xaropes, xampus, tinturas, repelentes naturais, sabonetes e diversos outros produtos que foram de grande ajuda para



Mostruário de produtos:  
doces, compotas e conservas  
preparadas no sítio.

a saúde da família e de várias outras pessoas, pois quando os amigos e moradores das regiões próximas conheceram os produtos e começaram a fazer uso gostaram muito do resultado, então Carmelita passou a descer a trilha, uma vez na semana, para vender os produtos complementando a renda da família e deixando para trás as vendas de roupas.

## A promoção da troca de saberes

Com o aumento do interesse de pessoas em conhecer as experiências da família Ferreira, no ano de 2004 o amigo e agrônomo Claudemar Mattos, propôs que fosse realizada uma Vivência Agroflorestal no sítio, com o intuito de reunir estudantes, técnicos e agricultores com interesse em aprender e trocar experiências sobre agroecologia e sistemas agroflorestais. A I Vivência Agroflorestal do Sítio São José foi então realizada no mês de novembro de 2004 com a presença de estudantes do GAE da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, alguns agricultores da região e técnicos. Nessa vivência foi implantado um sistema agroflorestal.

A vivência deu tão certo, que no ano seguinte foi realizada novamente, mas dessa vez com estudantes de outros estados, envolvendo maior número de pessoas. O interesse só aumentou e a vivência passou a ser realizada todos os anos no mês de novembro, recebendo grupos de estudantes de diversas universidades como: Grupo MAE da Universidade Federal Fluminense – UFF; Capim Limão da Universidade Federal



V Vivência Agroflorestal  
realizada em 2008.



Primeiro SAF implantado no sítio em estágio avançado de desenvolvimento.

do Rio de Janeiro – UFRJ; Grupo Yebá da Universidade Federal de Lavras – UFLA, entre outros. Atualmente a família tem um programa de estágio onde recebe pessoas, estudantes da área, ou não, que possuem interesse em praticar a agroecologia, vivenciando as atividades do dia-a-dia da família, como: plantar, colher, beneficiar produtos e manejar as áreas.

## As dificuldades vivenciadas e o aprendizado

Apesar da qualidade de vida ter sido garantida ao longo desses anos, a família não obteve a produtividade esperada, devido ao clima do local ser muito úmido. Por causa dessa umidade a produtividade com os grãos fica comprometida; principalmente no que refere à colheita e ao armazenamento, sendo fases com muitas perdas por apodrecimento e por ataque de fungos.

Além da baixa produtividade causada pelos fatores climáticos, atualmente a família observa uma dificuldade de produtividade nos primeiros SAF's implantados, pois o espaçamento utilizado entre as árvores de grande porte e as frutíferas foi muito pequeno o que resultou num sombreamento das frutíferas dificultando a produção das mesmas.

### Preservação Ambiental

Desde que a família começou a trabalhar dentro dos princípios da agroecologia, uma das preocupações foi a recuperação da floresta, que fora suprimida antes da época em que entraram no sítio.

A implantação dos SAF's foi uma das formas que encontraram de repor espécies nativas da mata atlântica como a palmeira Jussara, ameaçada de extinção devido ao corte indiscriminado para comercialização de seu palmito.

Durante o período de 2000 a 2005 foram produzidas, no próprio sítio e plantadas 31.844 mudas de espécies arbóreas e frutíferas, sendo que 80% foram de espécies nativas da mata atlântica, tais como: araribá, jatobá, canela, cambucá, guapuruvu, pitanga, sassafrás, diversidade de ingás, entre outras.

A solução para esse problema tem sido o manejo de algumas árvores, com poda ou até mesmo a retirada de algumas das plantas que se repetem em grande número nos SAF's.

Com essas dificuldades foi possível perceber que é muito importante a observação e o estudo aprofundado das espécies a serem colocadas na área, conhecendo e avaliando seu porte, para que se dimensionem os espaçamentos, de forma a que as espécies adquiram harmonia entre si, sem comprometer futuramente o seu desenvolvimento e a sua produtividade.

Atualmente o Sítio São José possui doze SAF's cada um com uma característica diferente e a partir das observações tem sido possível avaliar aos erros e acertos dos sistemas implantados, servindo de aprendizado tanto para a família como para os estudantes, técnicos e agricultores que visitam o sítio no intuito de conhecer mais sobre os Sistemas Agroflorestais.

# Protagonismo juvenil e manejo da Palmeira Juçara em comunidades quilombolas (AMOQC)

Fábio José dos Reis Oliveira<sup>1</sup>, Ronaldo dos  
Santos<sup>2</sup>, Luciano Marciel Corbelline<sup>3</sup>

## Direitos Territoriais e Resistência dos Quilombolas

As comunidades Remanescentes de Quilombos, cujas primeiras existências são datadas do século XVI, sempre estiveram às margens do projeto de desenvolvimento nacional. Inicialmente, os quilombolas eram considerados “bandidos”, por se tratar de grupos que viviam na ilegalidade, pessoas que se rebelavam contra o regime escravocrata, fugindo da condição de escravizado, e passando a fazer parte da crescente “rede de negros fujões”, o que representava cada vez mais, uma grande ameaça à soberania nacional. Outras maneiras menos lembradas de formação dos quilombos são aqueles “que se originaram de fazendas falidas, das doações de terras para ex-escravos, das compras de terras pelos escravos alforriados, da prestação de serviços de escravos em guerras como a do Paraguai, Balaiaida entre outras, das terras de Ordem Religiosas deixadas a ex-escravos, dentre outras situações”.

---

1 - Eng. Florestal, Coordenador Técnico do Projeto Protagonismo Juvenil - Email: [fabio\\_reis27@yahoo.com.br](mailto:fabio_reis27@yahoo.com.br)

2 - Coordenador Executivo da CONAQ - Email: [rscampinho@yahoo.com.br](mailto:rscampinho@yahoo.com.br)

3 - Biólogo, Coordenador Rede Juçara - Email: [lucianomcorbelline@gmail.com](mailto:lucianomcorbelline@gmail.com)

A manutenção dos territórios quilombolas representa a manutenção da identidade cultural das comunidades negras rurais nos mais distintos contextos socioambientais no território nacional. A criação do artigo 68 do ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias), em ocasião da promulgação da constituição de 1988, e também centenário da abolição, representou um passo fundamental para o reconhecimento dos povos quilombolas, trazendo a questão quilombola novamente para a pauta de discussão da sociedade brasileira, não mais se tratando de um grupo perseguido em condição de marginalidade, mas um povo excluído do processo de desenvolvimento social e econômico do país, agora na condição de um novo sujeito de direito.

Hoje, com cerca de 3.500 comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas pelo estado brasileiro, e mais de 5.000 estimadas pelo movimento quilombola em todo o território nacional, lutam para manter seus territórios étnicos, sua identidade cultural, a implementação de políticas públicas e a promoção da qualidade de vida dos distintos grupos que compõem as comunidades: juventude, griôs, artesãos, agricultores, mulheres e lideranças locais.

Os avanços das comunidades quilombolas na luta por reconhecimento e por direitos têm provocado uma grande reação por parte do setor ruralista que historicamente tem suas bases sustentadas pelo racismo e pelo capitalismo. O ano de 2003 foi um marco na história do movimento quilombola, pois no dia 20 de novembro o Presidente da República publicou o decreto 4887/2003 regulamentando os procedimentos para o processo de reconhecimento, demarcação e titulação dos territórios quilombolas. Esse decreto foi criado de forma participativa através de um grupo de trabalho que incluía organizações representativas do governo e da sociedade, entre elas a CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas). Logo, o

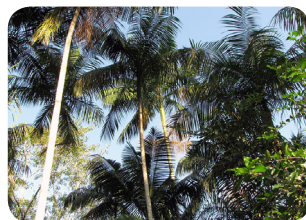
resultado final desse grupo de trabalho representou um avanço significativo para o movimento, bem como uma grande ameaça para o agro-negócio. A estratégia do movimento quilombola é ampliar suas bases de sustentação e fortalecer politicamente suas organizações, fazendo a formação de seus quadros e subsidiando com informações para uma atuação mais qualificada.

### Articulação em rede regional e o protagonismo juvenil

Nos municípios de Angra dos Reis e Paraty (RJ), bem como em Ubatuba (SP), várias comunidades quilombolas vem conseguindo resistir às ameaças da região. Essas comunidades mantiveram historicamente uma relação cultural, comercial, política, e até mesmo de migração para moradia e casamento entre si. Porém, essa relação foi interrompida devido à situação que cada uma dessas comunidades, isoladamente, passou a viver nas últimas décadas, por conta dos grandes projetos nacionais desenvolvidos na região, como a criação de diversas unidades de conservação, a construção da rodovia Rio-Santos e da usina nuclear em Angra dos Reis, e a conseqüente especulação imobiliária.

Dentro da idéia da reorganização política das comunidades quilombolas, a partir de 2005, renasce uma rede de articulação das comunidades quilombolas do litoral sul fluminense e norte paulista, fortalecendo uma identidade territorial comum, como uma nova estratégia política de luta. É a partir desse contexto que se organiza o *Protagonismo Juvenil no Fortalecimento das Comunidades Quilombolas e Promoção da Palmeira Juçara*, projeto aprovado junto ao Programa de Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente – PDA/MMA, com o intuito de estimular e envolver a juventude quilombola nos processos de organização comunitária em curso e intercâmbio cultural perma-

nente através de uma campanha da valorização da palmeira juçara não só como parte importante do ecossistema, mas também como alternativa para a soberania alimentar nos cinco territórios envolvidos nessa construção: Quilombos do Campinho da Independência, do Cabral, e de Santa Rita do Bracuí, no Sul Fluminense, e os Quilombos da Fazenda e de Cambury, no Litoral Norte Paulista, além do Instituto de Permacultura da Mata Atlântica - IPEMA.



O projeto teve início no final de 2007, com previsão de conclusão prevista para o final de 2010, e orienta o foco de sua ação no Protagonismo através de três linhas: Juventude, Organização Comunitária Quilombola e Manejo da Palmeira Juçara. Essas estratégias de atuação aconteceram a partir da consolidação e difusão da agroecologia através da formação de agentes locais nas comunidades quilombolas envolvidas, estimulando o repovoamento da palmeira juçara em sistemas agroflorestais, o enriquecimento produtivo da vegetação de capoeira e o manejo florestal comunitário.

Para tanto, formou-se em cada comunidade as equipes de agentes locais, cada uma com no mínimo cinco jovens, que passaram a ser identificados como Protagonistas, os quais contaram com uma ajuda de custo pela sua participação. A efetivação dos objetivos propostos neste projeto requer um esforço centrado na capacitação e animação permanente dos agentes locais escolhidos pelas comunidades. Nos módulos do curso de formação foram abordados os princípios, fundamentos e técnicas que possibilitam a formação de agentes de desenvolvimento comunitário de base sustentável. À partir de uma abordagem teórica mais ampla fundamentada na agroecologia e no desenvolvimento sustentável, foram desenvolvidas atividades e experiências práticas sobre



temas mais pontuais e específicos que possibilitassem integrar tais conhecimentos a realidade sócio-ambiental de cada comunidade.

O programa do curso preconiza a participação de todos os atores envolvidos na condição de sujeitos e não espectadores do processo, rompendo com o sistema de aula expositiva baseada puramente no repasse de técnicas. Tal programa aconteceu de forma flexível quanto ao número de módulos e conteúdos, abordando temas como: Movimento Negro/Quilombola: Sua Trajetória e Perspectivas, Desenvolvimento Rural sustentável, Manejo da Palmeira Juçara, entre outros. Os instrutores fundamentalmente têm como principal papel atuarem como mediadores entre o grupo, estimulando e problematizando a

reflexão dos temas e saberes necessários para a construção de conceitos e princípios para o manejo da agrobiodiversidade e formação de lideranças comunitária.



Essa dinâmica de formação abriu um leque de possibilidades que permitiu a integração de temas transversais, como os de comunicação e

turismo de base comunitária, contribuindo para ampliação das áreas de ação e fortalecimento dos intercâmbios culturais, não só Quilombola, mas favorecendo a interação destes com os Caiçaras e com os Indígenas Guaranis, através da participação nas atividades do Fórum de Comunidades Tradicionais<sup>4</sup>. A articulação desses três grupos étnicos na região, em prol da garantia dos seus respectivos territórios, tem abordado temas de grande relevância para manutenção da identidade cultural desses grupos. O Turismo de base comunitária propõe um tu-

---

4 - O FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS é um espaço político constituído por legítimos representantes das comunidades tradicionais Quilombolas, Caiçaras e de Índios Guaranis, situados no território compreendido entre o sul de Angra dos Reis, o município de Paraty e o norte de Ubatuba (SP), lutando pela garantia dos direitos e a manutenção da identidade cultural dessas comunidades.

risimo onde seja reconhecida e valorizada a cultura local, bem como a Comunicação, as quais a partir do contato com as ferramentas para produção áudio visual, refletem-se sobre a democratização da comunicação e sua função social, além da grande mídia, sempre à partir do protagonismo e da autogestão das comunidades.

Vale ainda ressaltar as contribuições da construção da cultura de redes, ao buscar a interação em âmbito estadual com a Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro – ACQUILERJ e com a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, e a nível interestadual com a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – CONAQ, com a Rede Juçara e a Rede Mocambo<sup>5</sup>. Tais articulações têm favorecido as trocas de experiências e compreensão da dimensão dos demais movimentos sociais, assim como de processos políticos governamentais que influenciam as dinâmicas de construção local.

### **Manejo da palmeira Juçara como estratégia de conservação em territórios tradicionais da Mata Atlântica**

O manejo dos frutos da palmeira juçara (*Euterpe edulis* Mart.) para obtenção tanto da polpa alimentar como das sementes, pode ser considerado como uma importante estratégia de conservação desta espécie e das florestas nativas, além do potencial sócio-econômico e contribuições para soberania alimentar das comunidades na Mata Atlântica.

O estímulo para manejo dos frutos, ao invés da extração do palmito, pode contribuir consideravelmente para reduzir a pressão sobre esta



5 - Sites: [www.redejuçara.org.br](http://www.redejuçara.org.br) e [www.redemocambo.org.br](http://www.redemocambo.org.br)

espécie, e favorecer na resolução de conflitos socioambientais relacionados ao uso de recursos naturais por comunidades em áreas de interesse para conservação.



Esta palmeira até então era conhecida e usada apenas para a produção de palmito, através de um processo de exploração sem controle, e que representou uma opção de renda para muitas famílias de agricultores e comunidades excluídas, mas que levou esta espécie ao risco de extinção nesta região, e em praticamente todo o domínio da Mata Atlântica. A partir da perspectiva de utilização de seus frutos para a produção de polpa, de forma similar a do açaí (*Euterpe oleracea*) produzido na Amazônia, esta espécie passou a possuir uma posição de destaque, conferida pela multifuncionalidade do ponto de vista ecológico e sócio-econômico.

Um aspecto positivo do manejo da juçara para a produção da polpa do fruto, em relação ao manejo para palmito, é que a retirada do palmito implica na morte da planta, que leva de 5 a 8 anos para chegar a um estágio de corte, enquanto que a coleta de fruto pode ser feita aproximadamente a partir dos 7 anos, e possibilita a coleta ano após ano com a mesma planta, pois não é necessário cortá-la. Outro fator relevante é que os frutos depois de serem despulpados fornecem como produto não só a polpa para ser consumida como alimento, mas também uma grande quantidade de sementes viáveis que podem ser utilizadas para incremento das populações dessa espécie, e repovoamento de áreas onde ela foi extinta, inclusive em locais aonde não há mais capacidade de repovoamento natural e implantação em diferentes sistemas produtivos.

A partir das ações do protagonismo Juvenil ocorreu um incremento nas atividades de promoção da palmeira juçara, que já vinha ocorrendo em Paraty desde 2006 como ação da Associação de Moradores do Quilombo Campinho da Independência - AMOQC e em Ubatuba, por incentivo e empenho do Instituto de Permacultura da Mata Atlântica – IPEMA, desde 2005, parceiro nessa empreitada, contribuindo para a construção das possibilidades de manejo e da criação de identidade sócio-ambiental dos produtos provenientes dessas iniciativas. Tal identidade pretende expressar os valores culturais dos povos da Mata Atlântica, e a geração de serviços ambientais decorrentes dessa estratégia de conservação. Com mais ânimo e mobilização para realização das atividades, os jovens são protagonistas em todas as fases do ciclo produtivo da polpa, proporcionando o encontro de gerações, uma vez que os responsáveis pelas áreas de coleta são pessoas de mais idade, e a grande maioria nunca tinha atentado para o uso dos frutos, contribuindo também, para integração das mulheres aos mutirões para coleta e despoldamento dos frutos.

Os produtos obtidos - polpa e sementes - recebem os devidos tratamentos para cumprirem distintas funções que, no caso específico da polpa, é a de contribuir para soberania alimentar e geração de renda nas comunidades. A polpa produzida no dia de trabalho inicialmente é repartida em três partes: uma parte é dividida entre os integrantes das atividades de coleta e despoldamento; uma segunda é destinada aos responsáveis pelas áreas de coleta, proporcional a quantidade de frutos coletados em sua área, e a terceira é mantida em um fundo coletivo destinado a divulgação e venda em distintas ocasiões.



Na safra de 2009 iniciou-se o diálogo com a Coordenação da Nutrição da Merenda Escolar da Prefeitura Municipal de Paraty-RJ, o que já havia ocorrido anteriormente em Ubatuba por intermédio do IPEMA, com o intuito de oferecer a polpa da juçara em forma de complemento alimentar, acompanhada com banana e outros produtos oriundos da agricultura familiar da região na merenda escolar do município. No primeiro momento focando as possibilidades existentes junto ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e posteriormente reconhecendo a Lei 11.947 (Lei da Alimentação Escolar). Nesse contexto, a polpa da juçara representa a ponta da lança para inclusão dos demais produtos agroecológicos na alimentação dos estudantes, e acesso as políticas públicas que contribuam para melhorias, tanto da organização produtiva como da qualidade de vida das famílias envolvidas nessa articulação.

A construção de redes de economia solidária e consumo ético crescem em todo o mundo, e na atualidade representam importantes mercados potenciais para a comercialização de produtos oriundos de manejo sustentável gerados por grupos étnicos. A partir da articulação da rede de quilombos e parceiros, este projeto tem também como foco estabelecer um referencial ético comum para o produto (polpa), uma vez que incorpora as dimensões social (étnica), ecológica e solidária. Por isso, irá estimular e se constituir na base de princípios e valores que nortearão futuramente o processo de produção e comercialização, para a estruturação de uma cadeia produtiva que se insira nos sistemas de economia popular e solidária, contribuindo para as dinâmicas de desenvolvimento local.

Nesta perspectiva o produto polpa de juçara, a ser expresso através das ações desta experiência, agrega em si outros valores incomuns na economia de mercado convencional, apresentando aos potenciais consu-

midores um produto que representa não apenas qualidade nutricional e sabor, mas inclusão social, valorização étnica e cultural, recuperação de nascentes e matas ciliares, bem como a recomposição e conservação de florestas no bioma Mata Atlântica.

## **Desafios em curso**

As estratégias de conservação da Mata Atlântica a partir do protagonismo social e manejo da agrobiodiversidade envolvem reconhecer as práticas tradicionais, e se adequar às novas possibilidades de uso dos recursos naturais nos territórios ocupados pelas comunidades tradicionais, e também por coletivos da agricultura familiar.

O manejo da palmeira juçara para a produção de polpa alimentar e obtenção de sementes, neste momento, representa a ponta de lança para a transição agroecológica nos mais distintos sistemas de produção e de manejo de produtos florestais não madeireiros na região da Costa Verde. Para tanto, é fundamental para consolidação das possibilidades de manejo no Bioma e para a garantia dos territórios em questão a implementação e a integração de políticas públicas que contribuam para o fortalecimento da organização das relações produtivas. Essas necessitam estar aliadas ao entendimento mais amplo e diferenciado da legislação ambiental, e que seja reconhecedor da importância do manejo dos recursos naturais já desenvolvidos pelas populações tradicionais do território.

O Protagonismo da juventude nos processos comunitários em curso e intercâmbio cultural como um dos eixos para articulação política dos territórios quilombolas passa por reconhecer os diferentes momentos vividos por cada comunidade, e respeitar o tempo de cada um desses

jovens diante da consolidação dos valores culturais e visão de mundo em construção. Assegurar a participação desses jovens após o término do projeto em tais processos é o grande desafio, que representa impactos positivos nas relações familiares e comunitárias, e que deverá proporcionar a permanência dos jovens nos seus territórios com geração trabalho de renda.

# Mutirões de planejamento e organização de assentamentos: a experiência do Assentamento Roseli Nunes - Pirai-RJ

Andréia Matheus<sup>1</sup>, Patrícia Dias Tavares<sup>2</sup>, Nivia Regina da Silva<sup>3</sup>  
Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente – SPCMA/MST

## Introdução

O texto e contexto apresentados a seguir referem-se a uma das experiências desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e se fundamenta na necessidade de planejamento e organização permanente das áreas de assentamentos de reforma agrária.

Historicamente as áreas da reforma agrária foram pensadas sem considerar a realidade do local, tanto quanto aos recursos naturais, quanto às características sócio-culturais das famílias, num quadro a ser revertido e que demanda novas formas de organização que possibilitem a consolidação participativa dos assentamentos.

A experiência de aplicação da metodologia “Mutirões de Planejamento e Organização de Assentamentos”, cuja implementação é feita de forma articulada com outras instituições – como o Grupo de Estudos Terra,

---

1 - Email: [adreasmatheus@yahoo.com.br](mailto:adreasmatheus@yahoo.com.br)

2 - Email: [patricia\\_floresta@yahoo.com.br](mailto:patricia_floresta@yahoo.com.br)

3 - Email: [nivia1917@gmail.com](mailto:nivia1917@gmail.com)



Ensino e Reforma Agrária-GETERRA e o Grupo de Agricultura Ecológica-GAE, da UFRRJ, parceiros no exercício do Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental – ATES, do INCRA-RJ, tem se revelado um importante instrumento para o “novo” assentamento.

Foi concebida para ser uma metodologia que facilite a tomada de decisões pelas famílias assentadas, apontando para construção do assentamento baseado nos princípios da agroecologia e da cooperação, que traga novas perspectivas e estimule um processo de planejamento participativo, levando em consideração os aspectos sociais, culturais, econômico e ambiental.

As famílias se apropriam do planejamento sobre o local onde moram. São elas que definem os caminhos para desenvolver as ações conjuntas, pensadas para a construção e desenvolvimento do “novo” assentamento. Desta forma participam homens, mulheres, idosos, jovens e crianças visto que a construção está pautada em novos valores para a sociedade e sua relação com o ambiente.

A formação, capacitação e planejamento, para permitir às famílias condições de definir as ações que serão implementadas a curto, médio e longo prazo, imprimem um ciclo de crescimento do trabalho, para o qual se mostra fundamental a identificação e o acionar de novas parcerias que irão potencializar o desenvolvimento do assentamento, junto às famílias.

## **A Experiência e o Método**

A presente experiência está sendo realizada no assentamento Roseli Nunes, localizado no Município de Piraí-RJ. Consiste em um méto-

do de trabalho para auxiliar e orientar a Assistência Técnica Social e Ambiental - ATEs para a execução do Plano de Desenvolvimento de Assentamento – PDA (um conjunto de estudos contratados pelo INCRA para instituir os Projetos de Assentamento), bem como as demais atividades executadas que têm por base a agroecologia, cooperação e novos valores socioculturais.

A execução é subdividida em etapas, que contemplam: formação, capacitação e atividades de campo, com coletas de dados qualitativos e quantitativos, tanto do assentamento, quanto da sua região de inserção. Todo o levantamento de informações e planejamento das ações se dá em forma de reuniões, assembléias, oficinas e entrevistas.

Para facilitar os trabalhos e a sistematização dos dados a “equipe” que envolve as famílias assentadas, os profissionais da ATEs, os parceiros e os setores<sup>4</sup> do MST, são divididos em grupos de trabalho<sup>5</sup>, a saber: **Territorial** - identifica as questões referentes à composição física e geográfica do assentamento, deverá analisar os dados de solo, clima, relevo, hidrografia, vegetação, fauna, flora e localização; **Social** - identifica as informações relacionadas às dimensões sócio-cultural das famílias; **Político** - identifica o nível de organização política do assentamento; **Econômico** - identifica o perfil produtivo do assentamento, levando em consideração a composição e a utilização dos meios de produção no atual estágio do assentamento.

Dessa forma, os Mutirões têm por propósito construir, junto às famílias do “novo” assentamento, uma nova forma de pensar o modelo produtivo, com base em práticas mais sustentáveis, bem como com a

---

4 - O MST é organizado por setores: Produção, Cooperação e Meio Ambiente; Educação; Saúde; Gênero; Frente de Massas; Comunicação; Formação, dentre outros.

5 - CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil “Construindo o Planejamento Participativo do Assentamento – Processo de Planejamento e Organização do Assentamentos/PPOA”

valorização e o restabelecimento das relações sócio-culturais, de forma a promover a inserção de trabalhadores na sociedade. Entende-se que para além do acesso a terra, a reforma agrária envolve um processo de reestruturação fundiária, melhor distribuição de terra e renda, aprofundando na questão da mudança do modelo tecnológico aplicado na agricultura.

### **Caracterização da Região e da Comunidade Roseli Nunes**

O Vale do Médio Paraíba do Sul, aonde se localiza o assentamento Roseli Nunes é uma região marcada pela predominância de grandes propriedades rurais, que atravessaram distintos ciclos de exploração e assim transformaram a sua realidade geoambiental.

O principal ciclo econômico foi o do Café que, como consequência do modo de produção, levou à exaustão dos solos e ao abandono das áreas, após a queda da produtividade e a decadência do setor; foi seguido pelo ciclo da pecuária, e mais recentemente passou a ter uma economia baseada na indústria, em virtude da instalação das metalúrgicas e da construção da Rodovia Presidente Dutra.

Ao observar esse histórico, nota-se porque as áreas destinadas aos assentamentos de reforma agrária, na maioria das vezes, apresentam passivos ambientais provocados pela intensa exploração dos recursos naturais, como é o caso na área em que se instalou o assentamento Roseli Nunes.

O assentamento Roseli Nunes, localizado no município de Pirai – RJ, é composto por 45 famílias totalizando 137 pessoas. A maioria das famílias veio do meio urbano, tendo como origem as cidades de Volta

Redonda, Barra Mansa e Barra do Piraí, além da baixada fluminense, onde viviam “nos morros”, ou seja nos bairros mais pobres dessas cidades, caracterizando o retorno dessas famílias para o campo. Apenas pequena parte das famílias são oriundas da Zona Rural, tendo sua origem no mesmo município do assentamento ou em áreas circunvizinhas.

Apesar de estarem em condição de acampamento e sem recursos financeiros, as famílias mantêm produção para subsistência em áreas pequenas e localizadas principalmente no entorno das barracas. O assentamento adiante leva a possibilidade da produção de alimentos para o consumo familiar e comercialização, uma etapa que virá com a liberação de recursos para ampliar a produção.

O fato dos agricultores estarem produzindo constitui uma forma relevante para que ampliem os seus conhecimentos empíricos, num resgate cultural proporcionado pelo acesso à terra. Percebe-se o fortalecimento da relação de troca entre os assentados, reforçando a prática da experimentação e a valorização dos conhecimentos já acumulados. A partir daí pode-se identificar o trabalho que eles realizam como agroecológico, observando-se a recuperação do ambiente e o manejo de recursos existentes na própria área.

### **A Experiência do Assentamento Roseli Nunes – Pirai/RJ**

A aplicação dessa metodologia envolveu setores/militantes do MST que atuam nas diversas áreas, profissionais da equipe ATES do campo do MST e parceiros institucionais do assentamento.

A primeira etapa foi fundamental para conhecer o histórico das famílias através da metodologia da linha do tempo, aplicada junto aos núcleos de organização interna. Procurou-se compreender

o território através do desenho do mapa do assentamento, pelas famílias nos núcleos e de realização de caminhada pela área junto com pessoas indicadas pela comunidade.

As caminhadas transversais também facilitaram a visualização dos sistemas produtivos que foram posteriormente debatidos em reuniões, por núcleos. Nessa etapa foi observada tanto a lógica da produção, sem uso de insumos químicos sintéticos, quanto uma preocupação com a recuperação ambiental e com os recursos hídricos.

Foi colocado pelas famílias que apesar das condições do atual estágio do assentamento, existe produção, mesmo que em pequena quantidade. Existem as criações de: porcos, galinhas, bezerros; e as plantações de: abóbora, jiló, aipim, feijão, abobrinha, couve, taioba e outras hortaliças.

Utilizam como insumos o esterco de gado e de galinha; lixo orgânico (buraco com lixo, na lógica da compostagem); urina de vaca. Dizem que *“Tem que começar com aquilo que dá rápido”*. Possuem a proposta de plantar ainda girassol, fumo, gergelim. Dizem que *“Tem que fazer as experiências, os lugares são diferentes. Agroecologia é experimentação”*.

A **segunda etapa** foi construída a partir dos elementos observados na primeira etapa e das demandas colocadas pelas famílias; foram realizados espaços de formação em agroecologia, cooperação e em legislação am-

O Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATEs é uma conquista dos movimentos sociais, na lógica de que as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária demandam por serviços de acompanhamento diferenciado, pela extensão rural.

Sua ação inicial nos Assentamentos é destinada à produção de documentos para balizar as ações do INCRA, o que requer sensibilidade redobrada para que não se produzam meras peças burocráticas, mas sim registros e sínteses que expressem aos reais interesses e potencialidades das famílias em questão.

biental, com debates sobre as diferentes formas de aplicação de métodos agroecológicos no assentamento, facilitando-se “conhecer” as produções já existentes. Além disso, esses espaços também traziam a necessidade de compreender o território e organização interna onde se encontram e as formas/jeitos que podem ocupá-lo, desde as habitações até a produção.

Para subsidiar o debate, houve um estudo sobre as experiências de organização de assentamentos que o MST desenvolveu em outros estados, destacando os princípios e a realidade de cada uma delas.

Também foram realizados debates no sentido de fortalecer as práticas agroecológicas e de cooperação já encontradas na comunidade, apontando a necessidade de apoiar novas experiências, através do processo de planejamento que ajude a definir as questões: “onde?”, “como?”, “responsáveis?”, pontos esses fundamentais para a viabilidade das mesmas, dando-se prosseguimento nas etapas que seguem.

A **terceira etapa** consistiu da coleta de dados referentes à qualidade e ao tipo do solo da área, para a elaboração de mapas de solo e mapeamento litológico, além da qualidade de habitat. Foi realizada a coleta de dados qualitativos e quantitativos com relação aos recursos hídricos para o mapeamento, a fim de estabelecer uma referência do início da experiência, e futuro acompanhamento, estabelecendo parâmetros para avaliar os estágios e avanços do processo de recuperação da área a partir dos princípios agroecológicos.

Uma das ações desdobradas do Mutirão foi o estudo da qualidade e fertilidade do solo. A perspectiva foi realizar com as famílias um processo de reflexão e debate sobre a qualidade e recuperação do solo, ressaltando-se a importância do questionamento da produção do conhecimento e seu uso, levando em consideração os agricultores como sujeitos



Reunião para elaboração participativa do mapa do solo.

importantes no processo de construção do conhecimento, em um diálogo entre conhecimento científico e conhecimento dos agricultores. Foi feito um mapeamento participativo do solo, cuja elaboração foi uma ferramenta para evidenciar a percepção espacial dos agricultores e as categorias de solos definidas por eles. Durante a avaliação participativa os agricultores tiveram oportunidade de expor os

motivos da degradação dos solos no assentamento. Segundo eles, o estado de degradação é consequência de uma série de atividades anteriores e a avaliação geral é de que a terra do assentamento está desgastada, fraca e em algumas partes muito seca e dura. *“O que degradou muito a terra foi o fogo, a terra não pode ficar nua, e colocar fogo enfraquece o solo. O mato é o cabelo da terra”* (agricultor núcleo Zumbi). No entanto, apontam que a terra pode ser recuperada e melhorada. Essa perspectiva é bem presente entre assentados. *“As terras do assentamento são 90% terra fraca, mas com ponto de recuperação, ela com tratamento melhora, ela não tão ruim, está judiada do eucalipto, a vegetação aqui mostra que ela pode ficar terra boa”* (agricultor núcleo Roseli). A definição de solo de boa qualidade, segundo os agricultores, envolve uma terra com presença de água (umidade), solta, macia, esterçada (presença de matéria orgânica) que tenha adubo da natureza e não fique nua para segurar a água, e sim a terra descansada com bastante cobertura vegetal.

Os agricultores apontaram a partir daí, ações para recuperação, que serão detalhadas na quinta e na última etapa adiantes – na proposta de implantação de uma agrofloresta numa terra bem degradada, bem como uma área coletiva do assentamento.

Na **quarta etapa**, as famílias colocaram quais são os sonhos individuais

e coletivos, através de reuniões com as mulheres, jovens, crianças, e em núcleos realizaram desenhos nos mapas. Nesse momento apareceram sonhos importantes ligados ao acesso a educação, saúde, produção e comercialização, cultura e lazer para todos. A partir desses elementos as famílias fizeram propostas de como ocupar o território, a forma/jeito e a proposta de produção a partir de princípios agroecológicos.

Na **quinta etapa**, de posse de todos os elementos das etapas anteriores foi o momento de pensar em como consolidar os sonhos, ou seja, quais as ações a serem desenvolvidas e qual é o caminho a ser percorrido. Nesse sentido as famílias em assembléias e nos núcleos fizeram as propostas deflagrando o processo de planejamento das ações, bem como o mapeamento de parceiros.

Dentre as propostas, as famílias apontaram a necessidade de estabelecer uma área coletiva para que pudessem realizar experimentos de práticas agroecológicas, que concilhassem a recuperação da área e a produção para sustento das famílias e para comercialização. Queriam aplicar conhecimentos destacados nas fases anteriores e descobrir novas práticas, em uma área que pudesse servir como referência para o assentamento e para a região, já que outros assentamentos da região apresentam as mesmas características.

Para proporcionar mais segurança na nova forma de trabalho foram realizadas **visitas de troca de experiências**. Destacou-se a visita a um agricultor e experimentador da região de Parati, chamado Zé Ferreira, referência na produção agroecológica. As famílias conheceram diversas experiências de SAFs (sistemas agroflorestais), que segundo elas foi importante visualizar e praticar, associando-se a uma “nova” forma de produzir, facilitando a compreensão acerca da agroecologia. Trocas de



experiências aconteceram também nas visitas as Comunas da Terra<sup>6</sup> em São Paulo, Nesses assentamentos as famílias passaram por uma nova dinâmica de organização de assentamentos, tendo muito presente a cooperação e as práticas agroecológicas.

A **última etapa** do mutirão foi o início de uma experiência prática e consistiu na implantação de uma área demonstrativa com enfoque na recuperação ambiental, com adoção de princípios agroecológicos. Na área selecionada foi implantado um SAF - Sistema Agroflorestal sob regime de Mutirão, utilizando-se de adubação verde, espécies nativas da região além de espécies exóticas, bem adaptadas, a destacar algumas frutíferas e plantas de características melíferas, dado o interesse pela criação de abelhas.

Toda a proposta prática e os textos gerados foram pensados e discutidos de forma voltada a facilitar a implementação pelas famílias, junto com parceiros como professores da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, GETERRA, GAE, ATES e assessores.

A experiência com o Sistema Agroflorestal está no princípio e será mantido um acompanhamento da área experimental e de atividades posteriores para o desenvolvimento sustentável do futuro assentamento, com planejamento de ações continuadas com as famílias e colaboradores.



Área de implantação do SAF no  
PA Roseli Nunes.

---

6 - A Comuna da Terra tem a sua centralidade num público diferenciado do campesinato tradicional, ela procura entender a dinâmica urbano-rural, é um espaço de resistência dos trabalhadores/as e está fundamentada no vínculo das pessoas com o trabalho, a propriedade social da terra, a produção agroecológica, a cooperação em diversos aspectos e o desenvolvimento das questões sociais básicas. CONCRAB – *Novas formas de assentamento de reforma agrária: A Experiência da Comuna da Terra*.

# Rede Ecológica: uma experiência de organização de consumidores conscientes

Miriam Langenbach<sup>1</sup>

## Introdução

A Rede Ecológica é um grupo informal de consumidores no Rio de Janeiro, que compram juntos diretamente de produtores agroecológicos, alguns do estado do Rio de Janeiro, e outros de regiões mais distantes.



Ponto de venda em Niterói-RJ

Mas como aconteceu isto? Nós, consumidores, fomos nos dando conta de que quando íamos ao supermercado, não tínhamos noção de onde e de quem vinham os produtos, que interferências tinham sofrido.

Não sabíamos nada sobre as condições ambientais e sociais nas quais estes produtos foram confeccionados. Nosso guia para as compras era a publicidade nos dizendo o que seria bom. A lógica que a norteia transmite a visão de que a natureza é uma mercadoria, a ser utilizada cegamente, sendo o principal alvo proporcionar lucro para alguns poucos.

---

1 - Consumidora integrante da Rede Ecológica - Email: [miriaml@radnet.com.br](mailto:miriaml@radnet.com.br)

## Um pouco da história e dos fundamentos da Rede Ecológica

Nos anos 70 tivemos uma oportunidade rara, de aprender o que era consumo consciente com uma associação de consumidores chamada Coonatura, que surgiu no Rio de Janeiro, nossa cidade. Sua proposta, além de encampar lutas ecológicas, foi trazer produtos orgânicos diretamente de agricultores do Brejal, estimulados pela garantia de compra, a plantar sem veneno.

Ao longo dos 20 anos de seu funcionamento fomos aprendendo que era possível para nós, consumidores, fazermos compras diferentes das do sistema habitual. Infelizmente a Coonatura fechou suas portas no início deste milênio.

E porque a compra é tão importante do ponto de vista do consumo consciente? Um dos grandes problemas dos produtores é a comercialização, já que não conseguem, ou sofrem para se adequar a um sistema de baixos preços, devoluções, pagamento depois de meses da entrega, característica do formato dos supermercados. E também não conseguem atender à escala exigida.

Por sua vez, os consumidores, ficam desejando comprar produtos agroecológicos que ficam sempre inviáveis, por serem tão caros. Uns querem vender, outros comprar. O que impede? A intermediação joga os preços nas alturas.

Este é o panorama. Mas o que existe de modo mais profundo? Os consumidores foram domesticados para comprar de acordo com as diretrizes de grandes corporações, que definem o futuro do planeta, na medida em que se tornaram donos da cadeia produtiva, das sementes, da água. Assim essas corporações dominam na prática os consumidores, isto é, a população, tornando-a dependente e submissa. Como se contrapor?

Um dos instrumentos cotidianos que temos à nossa disposição são nossas compras e precisamos nos perguntar: elas beneficiam a quem? A estes grandes grupos ou aos agricultores familiares agroecológicos? Nos demos conta que poderíamos intervir, sim, buscando os produtores, estabelecendo com eles outro tipo de relação.

Uma relação de fraternidade: campo e cidade se dando as mãos! Este é o nosso lema. Mas o que é isto? Para nós, que somos da cidade, o campo é um mundo desconhecido. Como fazer?

O primeiro passo é buscarmos, nós, consumidores, nos juntarmos, em pequenos grupos para, a partir daí, fazer o contato com produtores, conhecê-los, saber o que produzem, como vivem, e quais são as suas dificuldades. E o que foi ficando claro: os agricultores que estão na terra plantando sem veneno, em realidade são os grandes ecologistas de nossos tempos, pois cuidam da limpeza da terra, da água, do ar, cuidam da nossa saúde, e como são muito apegados à natureza e à vida rural, permanecem no campo. Não engrossam as fileiras problemáticas que chegam à cidade.

E de que precisam nossos agricultores, já que sua vida não é nada fácil e que contam com pouquíssimo apoio? Nossos agricultores, em primeiro

lugar, precisam de consumidores “olho no olho” ou à distância, dizendo como gostam dos produtos, como estão gratos por sua atuação, pagando pontual e rapidamente, atendendo aos preços solicitados, agindo como interlocutores na busca de soluções para os seus problemas.

Aos poucos, à medida que campo e cidade começam a se conhecer, surgem amizades e tro-



João Pimenta, agricultor, assentado pela Reforma Agrária, em Seropédica: interação com consumidores faz diferença!

cas solidárias. Fidelidade, o desejo de apoiar de outros modos, para além da compra. Tudo isto vai animando os agricultores, lhes dando uma sensação de solidez, de poder contar com aliados e parceiros. A cidade vai se tornando, também para eles, mais familiar e suave.

O que resulta disto? Consumidores compram a preços muito bons, produtos de qualidade, que preservam o meio ambiente, e os produtores são pagos com preços justos, bem diferentes dos que recebem no sistema habitual. O fato de sermos um coletivo, possibilita este tipo de compra, vantajosa para os 2 lados. Se estabelece um outro circuito, que em realidade está nas mãos dos consumidores e produtores. Rompe-se o circuito vicioso anterior, e passa-se a um círculo virtuoso.

Mas será que é tão fácil? Não é nem tão fácil, nem tão difícil. É muito viável, desde que haja consciência do consumidor, de que ele não pode adentrar pela Rede Ecológica, como se estivesse indo a um supermercado, no qual chega, tem tudo a disposição, pessoas a servi-lo e o anonimato.

### **A estrutura e o funcionamento da Rede Ecológica**

Na proposta da Rede Ecológica, os consumidores estruturam o lado da cidade para receber os produtos. O que é isto? Montamos ao longo de 9 anos de existência, uma estrutura de certo modo leve, que busca num local de referência, que é uma feira ecológica (feira da Glória), os produtos encomendados anteriormente pela internet. Motoristas autônomos distribuem estes produtos pelos 8 núcleos (Urca, Santa Teresa, Vila Isabel, Freguesia, Humaitá, Botafogo, Recreio (bairros do Rio de Janeiro) e Niterói, em espaços comunitários cedidos por algumas horas por escolas, igrejas, associações de moradores, etc.

Ao longo dos anos, estes espaços temporários, no qual os consumidores vão buscar suas compras encomendadas, vão se tornando um momento de interação de consumidores, que precisam participar para que a entrega aconteça de modo harmonioso. Cada espaço tem sua forma de interagir, mas em comum existe o espírito de cooperação e solidariedade, e as definições coletivamente estabelecidas, pelo próprio núcleo ou em assembléias.

O que significa a proposta de compras coletivas da Rede Ecológica? Que os produtores não precisam se preocupar com a estrutura urbana, de venda e entrega. Sua parte tem a ver com produzir, e encaminhar para a cidade itens que estejam em bom estado.

A nós, da Rede Ecológica, cabe organizar o recebimento, a distribuição e o pagamento aos produtores. E ao assumirmos este papel, necessariamente precisamos funcionar de modo auto-gestionário, isto é, nós nos organizando para não centralizar em alguns poucos as tarefas. Isto nem sempre é fácil, levamos anos até ficar claro para vários de nossos associados, que sem a participação de toda(o)s a proposta se inviabiliza.

Assim, atualmente existe a categoria de associado, que envolve o pagamento de uma taxa mensal durante, no mínimo, um ano, e que cobre os gastos de logística necessários para a chegada dos produtos. Além da mensalidade, todos os consumidores da Rede Ecológica têm que ter algum nível de participação, sem o que a proposta se inviabiliza. A participação mínima proposta atualmente aos consumidores da Rede Ecológica é fazerem trabalhos voluntários durante 6 horas por ano, ajudando em algumas atividades cruciais.

Não compramos apenas produtos frescos, mas também produtos como arroz, feijão, castanha do Pará, queijos, palmitos, gergelim, linhaça, etc.

Assim, em realidade a maior parte do que comemos cotidianamente, vem de grupos de agricultores familiares agroecológicos e diminuímos drasticamente nossa ida aos supermercados. Entretanto, para viabilizar a compra do mês, faz-se necessário um mutirão na véspera da entrega, ao qual mais de uma dezena de consumidores vem, quando conferem e separam os produtos, que no dia seguinte serão levados para os oito núcleos atualmente existentes.

No dia seguinte, na entrega nos núcleos, precisa-se novamente de ajuda de vários voluntários. Os responsáveis pelas entregas são remunerados, assim como a responsável por receber as encomendas, o financeiro, a responsável pelo mutirão. Mas os demais são voluntários. Este casamento entre trabalhos remunerados e uma forte participação voluntária é que viabiliza as compras coletivas da Rede Ecológica. E podermos ir além.

Temos várias comissões, que tratam de assuntos que vão além das compras coletivas propriamente, reforçando o consumo consciente de outras formas. Toda a parte de comunicação é muito importante na Rede Ecológica, e se apóia fortemente na internet, que tem tido um papel essencial. Assim, temos um site [www.redeecologicario.org](http://www.redeecologicario.org) que fala dos vários aspectos da Rede.

Todas as semanas por duas vezes nos comunicamos com os consumidores por internet, para encaminhar a lista de produtos (a segunda vez é uma ultima chamada para lembrar os esquecidos) e junto vão informações sobre fatos que estão acontecendo com a Rede, campanhas, informes sobre a agroecologia, etc. A equipe, formada de mais de 30 pessoas também discute por internet questões do dia a dia. A transparência é um de nossos princípios, de modo que o máximo de pessoas possa acompanhar a vida da Rede Ecológica.

Além da comissão de comunicação, existe a comissão de cuidados com o núcleo, acompanhamento aos produtores, em que há representantes próximos dos produtores; finanças; logística; conscientização dos consumidores; tecnologia da informação; segurança alimentar. Além disto, há a representação junto a Articulação Estadual de Agroecologia e a região metropolitana. Vocês podem observar que a ação da Rede Ecológica extrapola as compras.

### **Autogestão e (re) educação através da relação de consumo**

O que isto provoca? Uma revolução nos costumes. Em que sentido?

Primeiramente é uma experiência concreta de auto-gestão, em que cada pessoa percebe que toda (o)s intervém. E além disto, passamos a refletir e agir de modo diferente em questões como: quais alimentos são importantes? Será que muito do que compramos é necessário? Ou faz parte da estratégia de marketing das grandes empresas, oferecendo variedade do mesmo, sem nenhum conteúdo alimentar mais significativo, mas com uma fachada bonita e gostosa quimicamente engendrada? Não queremos isto! O que é bom para nossa saúde? Para a saúde do planeta?

Passamos a nos reeducar – coletivamente, mas ao mesmo tempo no ritmo de cada um – do ponto de vista alimentar, de nosso paladar e saúde, de nossas escolhas. Aprendemos receitas gostosas para os produtos no nosso blog em [ecosdarede-receitasecológicas.blogspot.com](http://ecosdarede-receitasecológicas.blogspot.com)

Nos re-educamos também em relação ao manejo do lixo, diminuindo ao máximo as embalagens (os produtos frescos vem a granel em geral), nos familiarizando com a compostagem, para transformar um lixo problemático em adubo.



E nos re-educamos a enxergar nossos produtores como parceiros e amigos, e não serviçais. Cada vez mais os agricultores se confirmam como grandes ecologistas de nossos tempos. Saem de uma posição de desvalorização na nossa sociedade, na qual muitos se envergonham de sê-lo e querem sair do campo, querem que seus filhos saiam. Com nossos produtores isto não acontece. Tem orgulho de serem agricultores, porque percebem sua importância para manter a vida humana no planeta, além de amarem a vida no campo. E o fato de nós estarmos juntos faz uma grande diferença.

### **Concluindo: os atores e os caminhos para novas relações com o mercado.**

Vamos citar alguns produtores, enfatizando nosso agradecimento: cronologicamente, conforme vimos anteriormente, os produtores do Brejal, uma comunidade nas montanhas, próxima a Petrópolis, que iniciou a agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro; o pessoal da APAT, de Tombos, Minas Gerais, que desde 2002, a partir do I Encontro Nacional de Agroecologia, nos traz a cada mês delicioso fubá, feijão vermelho, multimistura e muitos outros produtos; os produtores do Serorgânico, com o qual a parceria é muito estreita, já que seu surgimento se deveu ao estímulo provocado pelas nossas compras.

A família Freitas, a Joana, Rubia e Rubenilto, que há anos estão envolvidos com a Rede, tanto na sua estrutura, quando nos trazendo produtos de limpeza e confeccionando cadernos ecológicos. Até itens como fraldas de pano vão passar a fazer parte dos produtos cuja compra incentivamos! A variedade é grande, ao redor de 150 itens, mas não pretendemos ir estendendo isto indefinidamente. Sabemos dos limites de nossa estrutura que não deverá se tornar uma loja. Não poderá ficar

pesada. Enfatizamos o satisfazer-se com o bom, justo e limpo, aceitar as estações do ano, e isto nos faz desenvolver a fidelidade e a aceitação de limites, algo alheio a muitos consumidores. Somos constantemente estimulados a buscar e aderir ao que se oferece de momento, sempre querendo mais, dentro de um esquema individualista e empobrecedor.

Fica claro por esta descrição que o consumo consciente praticado pela Rede Ecológica pode, na medida em que maior numero de grupos busquem se organizar desta forma, mudar a correlação de forças, atualmente existente em nosso planeta. Esta favorece inteiramente os grandes proprietários, o agronegócio, as corporações, que nos entopem de agrotóxicos, transgênicos, monocultura biológica e mental, nos desviando da possibilidade de sustentabilidade.

Gostaríamos de destacar que além das compras coletivas, outras formas de comercialização são fundamentais: primeiramente, as feiras ecológicas e da agricultura familiar. Elas são importantes pela relação direta entre consumidores e produtores que ali acontece. Mas sem dúvida exigem o trabalho dos produtores irem, venderem, se organizarem para vir à cidade, além dos riscos que a compra não planejada traz. As feiras ecológicas precisam se expandir, exatamente pela possibilidade de trocas entre consumidores e produtores. Mas as compras coletivas podem ser um complemento importantíssimo, já que os produtores investiram em transporte, na sua vinda, então podem deixar em locais mais ou menos próximos à feira, produtos que aí serão assumidos de uma forma participativa pelos consumidores.

As lojas e mercados de economia solidária e os mercados de produtores constituem outros mecanismos que caminham na mesma direção. A perspectiva da merenda escolar, para a qual pelo menos 30% por lei deverão vir da agricultura familiar, pode ganhar também cada vez mais

fortemente a ênfase nos produtos sem agrotóxicos, fortalecendo este movimento por um campo de muitos e que seja valorizado.

A Rede Ecológica se insere na proposta da agroecologia e da economia solidária, que buscam novos caminhos e formas de organização que possibilitem tornar possível um outro mundo, e dentro de um outro paradigma, mais simples, mais justo, mais sustentável. A Rede Ecológica está junto!



# De ambientalistas a agroecologistas: uma leitura sobre a inserção do Verdejar na interação entre comunidades e o ambiente na Serra da Misericórdia-RJ

Luiz Carlos M. Marins (Poeta)<sup>1</sup>, Rafael Santos Nunes<sup>2</sup>, Luiz C. Nicácio da Silva<sup>3</sup>

## Apresentação

O Verdejar durante seu tempo de atuação no bairro do Engenho da Rainha, zona norte do município do Rio de Janeiro, fundamenta seu trabalho em princípios que visam consolidar uma prática de desenvolvimento sócio-ambiental, em diretrizes agroecológicas, pelas quais a população em foco torna-se protagonista e agente de sua própria mudança.

O histórico dos conflitos com o qual o Verdejar se confronta se estabelece a partir da “evolução urbana” desencadeada no início do século XX, pautada pelos projetos do então Prefeito Pereira Passos e até de período anterior, quando a

O “Verdejar: proteção ambiental e humanismo” é uma ONG, que tem como meta a preservação ambiental e o humanismo; atua no bairro do Engenho da Rainha, comunidade Sérgio Silva na Serra da Misericórdia zona norte do Rio de Janeiro-RJ.

<http://goo.gl/3JJjhA>

1 - Email: [poetaserrano51@hotmail.com](mailto:poetaserrano51@hotmail.com)

2 - Email: [rafaelsncarvalho@gmail.com](mailto:rafaelsncarvalho@gmail.com)

3 - Email: [quarksnicacio@gmail.com](mailto:quarksnicacio@gmail.com)

área ainda era considerada uma zona rural, voltada para o abastecimento da capital.

A região que hoje é o perímetro central da zona norte da cidade, durante as primeiras décadas do século passado, foi elevada à categoria de área urbana proletária, o que deflagrou um processo de descaracterização de suas feições rurais, com conseqüente incorporação à dinâmica da cidade.

Foi pressionada pelo avanço da indústria e dos transportes urbanos, em conjunto com a migração da população pobre do centro da cidade para o subúrbio, instalando-se um paulatino processo de transformação de ordem social e econômica, de alto custo ambiental que promoveu, de forma incisiva, uma reconfiguração da organização do espaço urbano, destacadamente no âmbito social.

Atualmente, a desordem na utilização do espaço urbano, ocasionada pelo processo de favelização do seu entorno, e o descabido crescimento imobiliário conferem, à região, características caóticas e desarmônicas.

### **Uma nova postura a interagir com os conflitos sócio-ambientais**

O Verdejar, nas suas ações, se propõe a promover através da agricultura urbana, da educação ambiental e da agroecologia uma pedagogia de envolvimento pelo trabalho e consciência que compõe a construção de uma nova percepção entre proteção ambiental, agricultura e cidade.

Propõe-se a assumir uma postura de “protagonista-de-elo”, proporcionando à população espaços de interação entre conhecimentos básicos, que possibilitem desencadear mudanças significativas nos seus

hábitos e modos de viver, onde a questão ambiental com ênfase na agricultura urbana e na agroecologia são os fundamentos que sustentam essas ações.

Na prática, o Verdejar cuida de uma área em recuperação, inserida entre dez distintos bairros, inclusive o Complexo do Alemão, que é formado por onze comunidades, com cerca de 100 mil habitantes e que ostenta o menor IDH do município do Rio de Janeiro (IBGE,2009); Realiza mutirões de reflorestamento com ampla divulgação e convite à participação das comunidades.

Com essas ações do Verdejar, somam-se os esforços para conter a expansão urbana desordenada em pelo menos duas das comunidades, fato que mereceu registro em jornal grande circulação, em matéria publicada em 2009, que registrou que naquele ano, apenas três comuni-

dades da cidade do Rio não se expandiram sobre áreas verdes; estando entre elas, as comunidades Sérgio Silva e Nova Maracá – na primeira, encontra-se instalada uma horta comunitária, que foi a primeira “ferramenta” utilizada pelo Verdejar para criar um limite ecológico à expansão urbana.

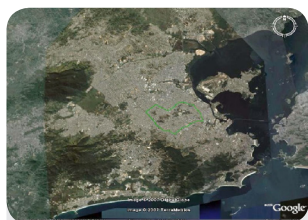


Imagem de satélite, destacando a região da serra da Misericórdia.

Lidar com estes conflitos constitui o principal desafio da instituição que, por sua singulari-

dade, incorpora-se ao cotidiano do coletivo como impulsionadora das ações efetuadas tornando-se ao mesmo tempo “desafio e motivação” ao trabalho, tamanho é o paradoxo da questão ambiental em meio urbano.

## **O desafio da construção do protagonismo comunitário e da organização social.**

Um dos maiores desafios é a mobilização de moradores locais. Os motivos podem variar desde o descrédito a esse tipo de trabalho até a falta de afinidade voluntária ou ainda a falta de identidade com a causa. Não são desafios particulares ao trabalho do Verdejar. Como lidar com essa situação?

A princípio, a horta agroecológica do Verdejar começou com a função de limitar a expansão da comunidade sobre as áreas de interesse ambiental; após o sucesso na fase de implantação, a horta passou a ser um local de experimento de cultivo agroecológico no meio urbano, com a participação da comunidade.

Através desta prática, a ONG iniciou o resgate de conhecimentos ancestrais sobre plantas espontâneas, alimentícias e medicinais, de cultivo extremamente vantajoso por serem nativas da região tropical e de fácil cultivo, sem necessidade de insumos, como são as verduras européias, hoje largamente comercializadas.

Ampliava-se o grupo de Trabalho, ao mesmo tempo em que se iniciava a participação do grupo em encontros de experiências em agroecologia, inspirando a instalação da primeira área com agrofloresta na Serra da Misericórdia, com a intenção de acelerar o processo de regeneração das áreas degradadas do maciço.

Além da função de recuperação da mata nativa, a implantação de um sistema agro-florestal-SAF na área revelou outro grande benefício, que é o de interagir para a redução da carência alimentar da população economicamente mais fragilizada, que circunda todo o maciço da Serra da Misericórdia.

Outra iniciativa é a manutenção de um horto comunitário, onde se produzem mudas da mata nativa, além de árvores frutíferas, que são utilizadas no reflorestamento e no SAF. As comunidades do entorno interagem com doações de mudas, que produzem em suas casas e levam para o horto para as etapas de crescimento e destinação aos plantios.

Apesar do Verdejar ter conquistado o reconhecimento pela população local, ainda existem problemas constantes, como moradores que ateiam fogo no lixo, religiosos que acendem velas na área verde, dentre outros problemas próprios do meio urbano. A ONG atua com trabalho totalmente voluntário, obtendo recursos através da colaboração de comerciantes locais e da aprovação de alguns projetos.

### **De ambientalistas a agroecologistas**

A partir de 2005, após parceria com a ONG AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia e com o Grupo de Agricultura Ecológica – GAE/UFRRJ, o Verdejar se insere no movimento agroecológico, optando por vivenciar uma alternativa à preservação ambiental de forma independente à política partidária, caminho pelo qual trilhou o movimento ambientalista.

O Verdejar percebeu que a agroecologia, envolve homem e o meio ambiente, através de respeito mútuo, produção de alimentos saudáveis, promoção da saúde, e estímulo ao trabalho cooperativo.

Após a participação em eventos agroecológicos, como o III Congresso Brasileiro de Agroecologia, o II Encontro Nacional de Agroecologia e visitas a experiências de âmbito nacional: em Barra do Turvo-SP e Campina Grande- PB, os membros do Verdejar ficaram entusiasmados



com a prática de recuperação agroecológica, e implantaram o primeiro Sistema Agroflorestal-SAF na serra da Misericórdia, onde antes era um lixão da comunidade.

Essa área se desenvolve e em breve irá servir de “corredor ecológico” interligando a dois fragmentos de mata, resultado de um trabalho de sucessão e manejo que controlou o capim Colonião (*Panicum maximum*) e beneficiou o solo a ponto de já ser possível a implantação de árvores nativas mais exigentes.

Além da preservação, o SAF já oferece alimentos para os membros do Verdejar, comunidades, visitantes, associados, sem contar as refeições nos dias de mutirão e reuniões.

Atualmente, a instituição participa das articulações de agroecologia, metropolitana, estadual e do município do Rio de Janeiro, tendo levado a palavra da agroecologia a outros eventos como o Fórum Social Urbano.

A agroecologia, atualmente, permeia todas as ações e diretrizes do grupo, através da educação ambiental em escolas e comunidades, sempre pautando a questão da agricultura em pequenos espaços, a alimentação saudável, o uso de ervas medicinais e a segurança alimentar e nutricional.

Nas oficinas promovidas também abordam um contraponto ao agro-negócio, divulgando a possibilidade de cultivo consorciado à floresta, respeitando a biodiversidade e preservando a natureza, ao invés de lutar contra ela e/ou de cobrar pelo seu desfrute.

## Verdejar em 2010

O trabalho de recuperação da área da Serra da Misericórdia funciona na forma de mutirões mensais, onde dispomos de voluntários e companheiros para sua execução. Nestes encontros, as trocas de experiências são algo incomensurável, nesse ínterim, utilizando-se de uma metodologia de trabalho compartilhado entre o coletivo dando ao processo dinamismo de diálogo e execução.

Normalmente os mutirões são divididos em 3 frentes de trabalho: manejo da horta agroecológica, manejo da Agrofloresta e produção de mudas no Horto. Tendo como foco principal a disseminação de princípios voltados a uma alimentação saudável, enfatizando a segurança alimentar e nutricional, com troca de informações processadas em forma de oficina.

Em 2010, através de um edital da Secretaria Municipal da cultura, a instituição executará um projeto de educação ambiental em duas escolas do entorno da Serra da Misericórdia, desenvolvendo um trabalhando focado no tema do Meio ambiente e na comunicação, utilizando-se de vídeos, fotografia e teatro de bonecos, como ferramentas de aprendizado e de disseminação de conhecimento.

Através de trabalhos como este, no exercício dos objetivos da instituição, temos como meta principal a conscientização da população do entorno, no que concerne à importância e à preservação da Serra da Misericórdia e de todo o seu Patrimônio Natural.



Nos anos de 2002 e de 2006, através de um financiamento, o Verdejar realizou um curso de práticas agrícolas oferecendo bolsas de estudo a jovens da comunidade Sérgio Silva, durante quatro meses, tendo alguns jovens continuado o trabalho após o término do curso, como complementação da renda familiar e integração à proposta maior do trabalho.

## **Lembranças e Presente: projeto Horta Horto Chico Mendes (2002)**

Nos anos de 2002 e de 2006, através de um financiamento, o Verdejar realizou um curso de práticas agrícolas oferecendo bolsas de estudo a jovens da comunidade Sérgio Silva, durante quatro meses, tendo alguns jovens continuado o trabalho após o término do curso, como complementação da renda familiar e integração à proposta maior do trabalho.



Imagem de satélite, destacando a região da serra da Misericórdia.

# Plantando a semente: trajetórias, rumos e reflexões da agroecologia numa universidade carioca

Daniele C. F. Pinheiro<sup>1</sup>, Gabriel Pereira da Silva Teixeira<sup>2</sup>,  
Vinicius dos Reis Soares<sup>3</sup>, Marcia Vargas Cortines Peixoto<sup>4</sup>

## A Germinação – na trilha da Agroecologia

Na faculdade de Biologia da UFRJ, localizada na Ilha da Fundão, há alguns anos vinha sendo traçado o caminho que levou os estudantes do curso a se organizarem e plantarem a semente da agroecologia neste ambiente urbano repleto de contradições, que também é uma das maiores universidades do Brasil. No início de 2006, ano em que se formou o Projeto Capim Limão, o Centro Acadêmico da Biologia (CABio) já era autogestionário e contava com a participação massiva dos estudantes, cultivando relações horizontais, coletividade, autonomia e responsabilidade. Além disso, mantinha muito boa relação com a diretoria do Instituto de Biologia, que apoiava as ações e os projetos realizados. Este contexto é muito importante para compreender o projeto, uma vez que se reflete diretamente na sua construção e forma de organização.

---

1 - Estudante de Biologia – UFRJ integrante do Capim-Limão - Email: [projetocapimlimao@yahoo.com.br](mailto:projetocapimlimao@yahoo.com.br)

2 - Estudante de Biologia – UFRJ integrante do Capim-Limão - Email: [projetocapimlimao@yahoo.com.br](mailto:projetocapimlimao@yahoo.com.br)

3 - Biólogo ex-integrante do Capim-Limão - Email: [projetocapimlimao@yahoo.com.br](mailto:projetocapimlimao@yahoo.com.br)

4 - Bióloga ex-integrante do Capim-Limão - Email: [projetocapimlimao@yahoo.com.br](mailto:projetocapimlimao@yahoo.com.br)

Um dos principais eventos que incentivou a formação do grupo se deu em 2005, em uma vivência no Sítio Abaetetuba, em Lumiar – RJ, organizada por um ex-aluno do curso de Biologia. No sítio um casal de biólogos estava começando a estruturar suas vidas como produtores rurais dentro da filosofia da Permacultura. A vivência consistiu em mutirões para implantação de uma agrofloresta e em reflexões sobre aquela forma de viver, se alimentar e produzir em equilíbrio com o ambiente. Este foi o primeiro contato coletivo que o grupo fundador do Projeto Capim Limão teve com a permacultura e com questões relacionadas à busca por autonomia e sustentabilidade no campo.

A partir daí, no início de 2006, um grupo de aproximadamente dez alunos começou a se reunir para pensar junto sobre como aprender e desenvolver atividades relacionadas ao manejo sustentável dos recursos



Manejando a Ocupação Verde – agrofloresta experimental (agosto de 2009).

naturais. De início optou-se por trabalhar uma composteira, devido à facilidade de sua construção, e à proximidade que o tema do lixo apresentava da realidade urbana. Posteriormente, no segundo semestre do mesmo ano, as ações seguiram-se com o viés de plantio e produção de mudas de espécies nativas, com a intenção de fazer da área uma agrofloresta experimental – a Ocupação Verde. Desde o início, a participação sempre foi aberta a todos os interessados, as dis-

cussões e deliberações são tomadas em reuniões por consenso, e a principal forma de aprender é refletir sobre a prática.

## **O Crescimento - ampliando o entendimento e a ação**

Devido à formação acadêmica dos integrantes do projeto, as questões

abordadas inicialmente tinham enfoque biológico, sendo relacionadas à conservação dos recursos naturais e à restauração de ecossistemas. As atividades consistiam no manejo da Ocupação Verde, identificação de espécies vegetais, viveiro de mudas, espirais de ervas, bioconstrução e atividades semestrais com os calouros no trote da Biologia.

Através de um processo de amadurecimento e reflexões coletivas, propiciado por experiências em encontros estudantis, mutirões, projetos de pesquisa, congressos etc., o grupo passou a entender o manejo sustentável a partir de uma perspectiva mais abrangente: não só *ecologicamente sustentável*, mas também *socialmente justa e economicamente viável*. Desta forma, o discurso e as ações foram se aproximando cada vez mais aos de uma agroecologia que valoriza o diálogo entre saberes e cria propostas a problemáticas sociais.

Assim, os integrantes do Capim Limão buscaram expandir sua atuação para além da universidade, ampliando o diálogo com outros atores da rede de agroecologia e procurando se aproximar da realidade agrícola do estado. Um momento que marcou o início desse processo foi uma vivência organizada em 2007 pelo grupo, em parceria com o CABio, no Sítio Cultivar, localizado em Nova Friburgo – RJ. Nesta ocasião houve a oportunidade de entrar em contato com diversas questões da realidade dos agricultores; relacionadas à qualidade de vida, à produção orgânica e à comercialização.

Ao longo de 2008, ao acompanhar a construção do Restaurante Universitário da UFRJ, os integrantes do projeto se deram conta de que a grande demanda de alimentos poderia ser suprida, pelo menos em parte, pela agricultura familiar agroecológica, dada a falta de incentivos e as grandes dificuldades para o escoamento dessa produção no estado. O grupo entrou em contato com a administração do Restaurante Universitário

(RU), que já delineava objetivos semelhantes, e com a Creche Universitária para pensar um projeto inicial de fornecimento de alimentos em menor escala. Surgiram muitas dificuldades, uma vez que as compras são feitas por licitação, não sendo encontrada até então uma via que facilite este processo, seja no sentido dos pequenos agricultores terem condições de concorrer com a produção em larga escala; de restringir o processo licitatório à agricultura familiar; ou ainda de encontrar caminhos que não envolvam licitação, como por exemplo o título 32 da CONAB, que se encontra inviabilizado. Os principais obstáculos estão relacionados à política de favorecimento do agronegócio em detrimento da agricultura familiar, que apesar de ser a grande fornecedora de alimentos básicos, possui muito menos recursos públicos para suporte de suas atividades. Outro aspecto dessa contradição diz respeito às políticas públicas que pretendem beneficiar os pequenos produtores, mas que acabam sendo excludentes. Dessa forma, os agricultores familiares não têm condições de concorrer com grandes empresas produtoras de alimentos, devido ao custo de produção, ao padrão qualitativo e quantitativo exigido, a exigências de obtenção de selos de certificação etc. Estas questões surgidas durante o processo aprofundaram as reflexões e o entendimento do grupo em relação às dificuldades legais e materiais enfrentadas pelos pequenos agricultores para escoarem sua produção e para serem reconhecidos como familiares e agroecológicos, além de expandir os conhecimentos relacionados às legislações e trâmites burocráticos que regem a dinâmica universitária.

Em 2009 a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) convocou uma reunião para discutir o acesso de produtos agroecológicos a mercados institucionais. Estavam presentes representantes do Projeto Capim Limão, RU, Instituto de Nutrição Josué de Castro, Agência UFRJ de Inovação, ABIO, EMATER, PESAGRO, entre outros,

marcando o início de um diálogo e de ações mais efetivas para a concretização da proposta de fornecimento. Como primeiro desdobramento, em uma parceria entre o RU, a Agência UFRJ de Inovação e o Capim Limão, foi realizado o I Encontro de Sabores e Saberes: uma feira agroecológica com exposição de trabalhos acadêmicos e apresentações artísticas que, atualmente, ocorre semanalmente. O objetivo é, por um lado, fortalecer a agricultura familiar através do escoamento da produção (tendo a preocupação de não assumir posturas assistencialistas) e, por outro, promover o acesso da comunidade universitária a produtos orgânicos a preços justos, além de inserir e aprofundar o debate em torno da agroecologia, envolvendo esses diferentes atores. Isso se reflete nas reuniões de construção coletiva das regras da feira, da partilha das dificuldades encontradas por cada ator envolvido, da divisão de tarefas e responsabilidades por todos.



Feira agroecológica no Restaurante Universitário.

Em paralelo às ações junto ao RU, em abril de 2009, o Capim Limão, começou a organizar a I Semana de Agroecologia UFRJ. Durante o processo de construção houve a preocupação de abordar a agroecologia

de forma holística, de envolver agricultores no evento- considerando seus saberes, e de comprar alimentos diretamente dos produtores para os lanches. Neste momento o grupo já contava com integrantes de outras faculdades, como Belas Artes, Geografia, Engenharia Ambiental que contribuíram com novos olhares e com a expansão da agroecologia para além da faculdade de biologia, atingindo outros cursos da universi-



Discussão coletiva sobre as feiras com os agricultores.



dade. Este evento refletiu de maneira bastante concreta o acúmulo de experiências dos integrantes do projeto ao longo dos anos anteriores, ao passo que proporcionou o primeiro contato do grupo com discussões mais sistemáticas relativas às outras dimensões da agroecologia.

Nesse sentido, com o objetivo de inserir a agroecologia institucionalmente na UFRJ, difundindo e aprofundando esse debate, o Capim Limão em parceria com a professora Maria Cristina Lemos Ramos, do Departamento de Ecologia, participou da construção da ementa de uma disciplina eletiva que, a cada período, aborda um tema dentro do universo da ecologia, contemplando, no primeiro período de 2010, as diversas dimensões da agroecologia.

### **Os Frutos – amadurecendo e refletindo através da prática**

As experiências desenvolvidas e o contato com outras realidades trouxeram intensas e variadas reflexões, que culminaram no questionamento de determinadas posturas acadêmicas, também presentes na universidade. No Instituto de Biologia, por exemplo – local de origem do grupo Capim Limão – fala-se em genética e biotecnologia durante a graduação, sem sequer questionar as utilidades dessas inovações tecnológicas nas dinâmicas sociais. Discussões relacionadas à preservação não problematizam as causas que levam as pessoas a preservar. Muitas vezes trabalha-se em cima de uma visão fragmentada de reservas biológicas, pouco contextualizadas com as dinâmicas predatórias da produção de massas capitalista, além de desconsiderar a milenar convivência entre homem-natureza e as possíveis formas de convivência equilibrada entre o ser humano e outros seres vivos. A formação ganha um *ar técnico*, ao passo que possibilita uma instrumentalização dos profissionais recém formados sem, no entanto, problematizar

suas atuações em sociedade. Como resultado desses questionamentos, a disciplina surge com o propósito de ampliar o campo de estudo da biologia, contextualizando diversos saberes que, muitas vezes, são ministrados de forma desarticulada.

Uma grande motivação que leva os integrantes do grupo a dedicar tanto tempo e energia nas atividades desenvolvidas durante estes 4 anos de existência do grupo Capim Limão, é acreditar, verdadeiramente, que um desenvolvimento rural poderia se dar a partir de uma lógica ecológica, pautando-se em justiça social, na emancipação dos agricultores e agricultoras e também num maior envolvimento de pessoas que vem do ambiente urbano com a zona rural, em prol da construção de novas realidades em ambos os espaços.

Em toda a caminhada, umas das reflexões mais presentes foi a do papel das universidades públicas na (des)construção das subjetividades dos seus alunos, futuros profissionais atuantes na sociedade. E é neste sentido que o grupo acredita que a experiência Capim Limão tenha contribuído, por complementar a *formação técnica* em biologia, engenharia ambiental, entre outras graduações. Conhecer e atuar no cenário agroecológico fluminense traz grande contextualização para esse conhecimento. As reflexões ainda possibilitam discutir as possíveis atuações profissionais na sociedade enquanto biólogos, engenheiros, artistas e etc., repensando a formação que os estudantes querem e a universidade que os forma.

O convívio e constantes diálogos com agricultores, além da interação com outros atores já inseridos nos meios agroecológicos, permitiram um amadurecimento do coletivo. As demandas a serem consideradas no momento de planejar atuações resultam principalmente do diálogo entre os principais envolvidos, sejam eles do grupo ou do público alvo

interessado. Demandas de trabalho devem surgir da relação entre os atores envolvidos, com forte vínculo na realidade cotidiana das partes, evitando-se posturas provedoras – como algumas políticas públicas que vem de “cima para baixo”. Para realizar as atividades de maneira horizontal e participativa, o grupo reflete constantemente acerca de como são construídos e desenvolvidos os espaços de interação entre os atores. O envolvimento de pessoas de realidades distintas (estudantes, técnicos e professores, agricultores) traz a tona maneiras diferentes de resolução de conflitos, participação, exposição de idéias e formas de deliberação. Em alguns momentos o grupo encontra dificuldades de mediar os diálogos entre os envolvidos, de forma a garantir que os agricultores sejam realmente ouvidos e exponham suas demandas e interesses, firmando um contato verdadeiramente horizontal.

A forma aberta e autogestionária de organização do nosso grupo permitiu que, ao longo desses anos, um número grande de alunos já tenha se envolvido com o projeto. Ao mesmo tempo em que um grupo grande e rotativo permite maior diversidade de ações, interesses, pontos de vista, divisão de tarefas e a possibilidade de continuidade das ações ao longo do tempo, o grupo constantemente passa por algumas dificuldades. Em um contexto universitário como o vivido, as obrigações acadêmicas competem com o tempo dedicado ao projeto. Além disso, a rotatividade dos participantes acaba por gerar interrupções de algumas atividades realizadas e torna outras atuações bastante efêmeras, dependentes do interesse individual. Há também episódios em que o coletivo opta por determinadas atuações ou frentes de trabalho que não priorizadas por todos, gerando situações que sobrecarregam alguns integrantes. A questão é que a autogestão das atividades torna imprescindível o comprometimento. Não que este se traduza em assiduidade, mas compromisso para com as ações coletivas. É neste momento

que o grupo sente falta de manter, mais rigorosamente, as decisões e passos a serem tomados bem claros e documentados, de forma a evitar confusões, efemeridade das ações e perda dos rumos a cada vez que um membro (re)aparece junto ao grupo. O maior controle e documentação das ações pode permitir uma constante sistematização dos feitos, que por sua vez possibilitam novas reflexões pelos integrantes.

### **A touceira – difundindo a Agroecologia**

Até hoje o grupo atuou independente da presença e reflexões de um orientador e acredita que seria bastante positivo contar com a colaboração de pessoas com mais experiência e tempo de caminhada, por enriquecer as reflexões e atuações dentro e fora da universidade. Mas deve-se ressaltar a grande autonomia adquirida pelos integrantes, no decorrer das práticas. Das áreas de plantio experimental até a organização das Feiras de produtos Agroecológicos, no que diz respeito ao grupo Capim Limão, todas as ações foram construídas pelo interesse e dedicação de seus participantes. Tal autonomia trouxe contribuições valiosíssimas para o coletivo: pode-se compreender as dinâmicas de funcionamento da universidade, mobilizando recursos materiais e físicos para as atuações. Ademais, mostrou-se também o potencial latente presente nos diferentes projetos e grupos universitários, tornando explícitas a capacidade dos mesmos de interferirem na dinâmica universitária. A inserção da agroecologia na UFRJ, por exemplo - até então inexistente, já atinge diversos setores da universidade, como a Agência UFRJ de Inovação e o Restaurante Universitário (através das Feiras Agroecológicas), congregando também professores dos Institutos de Nutrição e Biologia, e também alunos da Escola de Belas Artes, Geografia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Ambiental.

Esses resultados mostram a possibilidade da inserção de novas discussões e atuações nos espaços acadêmicos, podendo se tornar, inclusive, alvo de novas investigações científicas. O fato é que novas discussões foram incluídas nos certames da UFRJ. No entanto quando fala-se de modificações estruturais, como o abastecimento dos RU's por exemplo, a questão muda de configuração. Ainda falta apoio político, legislativo, interesse e/ou atenção por parte dos centros de decisão da universidade. Tais práticas do projeto implicam no contato direto com outros saberes e com informações que, novamente enriquece e complementa a formação profissional dos integrantes, ao passo que traz obstáculos e desafios a serem superados coletivamente. O envolvimento com legislações, licitações e políticas locais requeridas pela iniciativa desenvolvida no Restaurante Universitário é um exemplo desse tipo de dificuldade encontrada pelo coletivo.

O Projeto hoje é reconhecido por diversas estâncias e cursos pertencentes a universidade, onde é considerado referencia no que tange a temática agroecológica. Este contribui para a formação dos participantes, de forma a expandir as possibilidades de atuação nas trajetórias profissionais dos mesmos, proporcionando uma maior transdisciplinaridade e uma visão mais integradora dos saberes e aspectos sócio-ambientais a serem considerados. A forma de organização horizontal e auto-gestionada também contribui muito com o permanente exercício de se deliberar ações através de consenso, de se estabelecer comprometimento independentemente de cargos, de se trabalhar em grupo visando englobar as contribuições e considerações de cada participante.

# Um espaço de formação na Baixada Fluminense – a escolinha de agroecologia de Nova Iguaçu

Maria Conceição Rosa (Mariella)<sup>1</sup>

## Contexto da Experiência

Na região da Baixada Fluminense há predominância de agricultores familiares, sendo que na área de abrangência da Escolinha de Agroecologia cerca de 50% são oriundos de movimentos de ocupação organizada, alguns gerando projetos oficiais de assentamento. Note-se que os movimentos de ocupação na região são de duas épocas: início dos anos 60, com forte atuação das Ligas Camponesas, e início da década de 80, com a abertura política e a crise econômica que gerou razoáveis índices de desemprego. Nesse contexto, diversos desempregados urbanos, percebendo-se de origem rural (muitos oriundos da região Nordeste, Norte Fluminense, Minas Gerais e Espírito Santo), viram no retorno à terra um meio de viabilização econômica. Esses movimentos resgataram para a agricultura extensas áreas que teriam sido em poucos anos totalmente loteadas, caso não tivessem sido ocupadas.

Além desses movimentos de ocupação, a região é composta historicamente com predominância de posseiros e pequenos estabelecimentos rurais.

---

1 - Engenheira Agrônoma da EMATER-RIO. Escritório local de Nova Iguaçu. E-mail: [eslocni@emater.rj.gov.br](mailto:eslocni@emater.rj.gov.br)

A intensa aglomeração populacional dos centros urbanos próximos tem relegado o setor rural a uma grande ausência de políticas públicas.

A produção em bases sustentáveis, além de ser importante para a viabilidade econômica e social do setor rural e para os consumidores, toma especial dimensão nesta região, tendo em vista boa parte das áreas rurais estarem localizadas em entorno de áreas de proteção ambiental. Além do mais, práticas de transição agroecológica vêm sendo adotadas há vários anos na região, fato este favorecido pelo baixo poder aquisitivo dos agricultores locais, pela dificuldade de acesso às grandes fornecedoras de insumos sintéticos, pela estrutura fundiária e pela proximidade com o consumidor, que influencia na busca de qualidade pelo produtor. A instalação de uma Feira da Roça em 2006, antiga reivindicação dos agricultores atendida pela Prefeitura de Nova Iguaçu, deu mais visibilidade à produção local, ao mesmo tempo em que valorizou os produtos obtidos de forma mais “natural”.

### **Histórico da Escolinha de Agroecologia**

A iniciativa de promover a Escolinha de Agroecologia foi da CPT- RJ – Comissão Pastoral da Terra - Regional Baixada Fluminense, baseando-se em experiência similar desenvolvida na região norte do estado do Rio de Janeiro. Iniciou em 2007, em parceria com a Prefeitura de Nova Iguaçu. Ao longo de seus 4 anos, as parcerias foram aumentando: a EMATER-Rio participa com instrutores e compartilha a coordenação pedagógica com a CPT; a EMBRAPA CNPAGrobiologia cede instrutores e recebe todos os anos os alunos da Escolinha para uma visita à sua fazenda experimental; a PESAGRO Olericultura também recebe os alunos em visitas técnicas; o Instituto Logus – Solar de Pesquisas Holísticas, de Minas Gerais, envia instrutor para as aulas do segmento

de Homeopatia aplicada à Agropecuária; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu participou da coordenação geral em alguns momentos; a UFRRJ apoiou a Escolinha cedendo ônibus para algumas visitas técnicas, além de instrutores; as Secretarias de Agricultura de Japeri e Queimados cedem suas kombis para o transporte de alunos; o MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – viabiliza as atividades da Escolinha através de apoio financeiro, assim como as ongs CISV e ASPTA. A Escolinha também se integra ao projeto de Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes, do MAPA.

A experiência da Escolinha de Agroecologia foi apresentada em novembro de 2008 no Encontro de Agroecologia da Região Metropolitana, na UFRRJ, tendo tido grande repercussão, e em 2009 foi umas das 5 experiências selecionadas no Rio de Janeiro para ser apresentada no Seminário Regional de Construção do Conhecimento Agroecológico, realizado em Viçosa em outubro de 2009.

Em agosto de 2009, a experiência recebe o prêmio Baixada, na categoria Meio Ambiente, do Fórum de Cultura da Baixada Fluminense. O prêmio destaca pessoas ou experiências com significativa contribuição para diversos temas na Baixada Fluminense, o que contribui para a visibilidade da experiência e abre as portas para novas parcerias.

### **Âmbito da Intervenção e beneficiários**

A Escolinha de Agroecologia vem aumentando a abrangência de sua intervenção a cada ano. Em 2007 e 2008, ficou restrita a alunos do município de Nova Iguaçu, com predominância da comunidade de Marapicu. Em 2009 atinge alunos dos Municípios de Nova Iguaçu (9 comunidades rurais), Queimados (2 comunidades rurais), Japeri (4 comunidades rurais), Mes-



quita e Belford Roxo. Em 2010, seus alunos são oriundos de Nova Iguaçu (8 comunidades), Japeri (4 comunidades), Queimados (3 comunidades), Paracambi (2 comunidades) e Duque de Caxias (1 comunidade).



Municípios de origem dos alunos da Escolinha de Agroecologia.

O público beneficiário é composto prioritariamente por agricultores, mas também participam agentes de pastoral, ambientalistas, técnicos de prefeitura e estudantes de ciências agrárias. Há equilíbrio entre a participação de homens e mulheres.

Dentre os alunos, existe um número considerável de lideranças de associações de agricultores e de membros de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Essa composição não foi buscada propositalmente, mas quando se abrem as inscrições, quem frequenta as reuniões de Conselho ou de Associações tem mais oportunidade de ficar sabendo que a Escolinha vai acontecer.

Também é importante ressaltar que há entre os alunos um número considerável de participantes das Feiras da Roça de Nova Iguaçu e de Queimados.

Em 2008, receberam diploma de conclusão de curso 26 alunos. Em 2009, foram 43.

## Temas e Metodologias

A grade horária e os temas a serem abordados são decididos entre os parceiros promotores da Escolinha. Entre os temas estão: O que é a agroecologia; manejo ecológico do solo, práticas conservacionistas, adubação verde, compostagem e substratos alternativos para sementeiras; vermicompostagem; águas – conservação e legislação; visão crítica sobre história dos agrotóxicos e transgenia; identificação de pragas e doenças das plantas; métodos alternativos de controle de pragas e doenças; sistemas agroflorestais; homeopatia aplicada à agropecuária; piscicultura; criação de aves semi-confinadas; saneamento rural, entre outros. Procura-se mesclar aulas teóricas (ilustradas com vídeos de curta duração e apresentações digitais) e práticas, com demonstrações de método e excursões.

Todas as etapas são fotografadas, e as fotos das aulas práticas são utilizadas depois em sala de aula para suscitar debates sobre as mesmas. Para cada tema há uma ou mais apostilas correspondentes, preparadas para o evento ou aproveitando materiais didáticos já existentes dos diversos parceiros.

As aulas têm periodicidade quinzenal e duram 6 horas cada, com intervalo para almoço, que é fornecido pela própria Escolinha.



Em 2010, será adotado pela primeira vez, em caráter experimental, um “trabalho de conclusão de curso”, ou seja, cada aluno - ou grupo de alunos - deverá experimentar em sua propriedade uma das práticas agroecológicas discutidas durante o ano, cujo resultado será trazido para debate no mês de dezembro. A escolha do tema é livre e deverá ser feita até meados do mês de julho.

### **Avaliação de Resultados até o Momento**

Muitos resultados só serão mensuráveis nos próximos anos. Mas já é possível perceber que a Escolinha de Agroecologia vem cumprindo com seus objetivos. Novos produtos que vem aparecendo nas feiras da roça, tais como ovos e húmus de minhoca, a constatação de produção de húmus e composto em algumas propriedades rurais, o apoio que ex-alunos têm dado aos vizinhos no sentido de orientá-los em determinadas práticas, além da adoção destas em suas propriedades, o próprio discurso dos produtores ao descrever seus produtos aos compradores, tudo isso demonstra uma inserção num outro modo de produção que não o convencional. Nas feiras da roça, é comum os produtos serem apresentados como “produzidos sem agrotóxicos, de forma natural”, o que sem dúvida chama atenção sobre eles. Na Feira da Roça de Queimados, iniciada este ano, metade dos produtores são alunos ou ex-alunos da Escolinha, e isto sem dúvida gerou uma confluência de objetivos e de modos de ação que não precisaram ser previamente combinados, simplesmente aconteceram. E de forma geral, pode-se dizer que há um resgate em termos de auto-estima e identidade rural.

Há também depoimentos de agricultores que abandonaram o uso de herbicidas. Este é o depoimento de Maria Bethânia, agricultora do Marapicu, sobre o marido:

*“O Ronaldo sempre usou round-up como água, usava veneno de vários tipos de qualidade. Chegou a ficar doente, ninguém sabia o que ele tinha e depois ele aceitou que era o excesso de round-up no corpo. Depois de assistir as aulas de homeopatia, se libertou de todos esses venenos. Não usa mais. Começamos a usar compostagem, e isso é um ponto muito positivo, pois não foi fácil mudar aquela cabeça. Antes estávamos tão habituados a comprar aqueles produtos que tínhamos até ficha na loja, mas agora ele não quer nem saber, o negócio dele é agroecologia e biodiversidade. Isso é importante colocar, que é estar libertando o produtor dos ‘defensivos agrícolas’. Pra mim foi uma vitória.”*

A abrangência da experiência em termos de número de comunidades atingidas e a frequência de um bom número de alunos – com uma participação bastante equilibrada de homens e mulheres, sem interrupção, vem garantindo a formação de multiplicadores, o que faz esperar um bom impacto nos próximos anos, amadurecendo o processo de transição agroecológica ora em curso. O efeito multiplicador foi detectado em diversas comunidades, onde os alunos da Escolinha vão trocando seus conhecimentos com os vizinhos. Sobre alguns produtores da comunidade de Marapicu que nunca freqüentaram a escolinha e começaram a diminuir o uso de agrotóxicos, Maria Auxiliadora, presidente da Associação, diz: *“foi de tanto a gente falar, falar e falar, e dizer dos prejuízos à saúde”*.

A participação de um número considerável de lideranças de associações de agricultores e de conselheiros municipais de desenvolvimento rural, além dos participantes da Feira da Roça, é um fator que potencializa o alcance da experiência. O produtor Claudino Nicolau, de Vista Alegre (Queimados), que faz parte da diretoria de sua associação e também está presente na Feira da Roça de Queimados, disse:

*“Estou usando o que tenho aprendido no curso lá dentro do meu sítio, estou trabalhando direto sobre vários assuntos que foram ensinados na Escolinha. Eu tenho feito a divulgação (da Escolinha) entre as pessoas que eu conheço, e venho comentando sobre as coisas que venho aplicando, e muitos tem se interessado em participar da Escolinha no ano que vem.”*

Uma das preocupações dos promotores era se a metodologia empregada, na forma de “aulas”, não estaria impedindo a comunicação entre os alunos, de forma a impossibilitar a troca de saberes entre eles. Durante as reuniões de avaliação, ficou claro que a troca está acontecendo, independentemente do formato da “aula”. Escambo de mudas, sementes, animais, vem sendo frequentes, e o uso de práticas por um agricultor vem animando os outros a também usarem a mesma prática.

A participação de pessoas de tantas comunidades rurais diferentes está provocando não só a troca de saberes agroecológicos, como também a troca de experiências sobre associativismo e participação em conselhos municipais. Os alunos estão se apropriando, além de uma visão agroecológica, de uma idéia geral de território. Aproveitam todos os momentos possíveis para esta troca: intervalos, hora de almoço, hora de perguntas. Visitas entre alunos, fora do horário ou atividades da Escolinha, já se notam. Alunos de um município começam a visitar reuniões de CMDRS de outro município, começando a observar diferenças de funcionamento.

# Semeando agroecologia na cidade - Notas sobre a construção da Rede da Agricultura Urbana do Rio de Janeiro<sup>1</sup>

Marcio Mattos de Mendonça<sup>2</sup>, Denis Monteiro<sup>3</sup>

*“As coisas não querem mais ser vistas por pessoas razoáveis!”*  
Manoel de Barros

## ATENÇÃO, ATENÇÃO!!!

.....

Entre os dias 26 a 28 de novembro de 2009, aconteceu o III Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade, em Campo Grande, Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, RJ. Participaram mais de 300 pessoas, agricultores urbanos, lideranças comunitárias, de pastorais sociais, agentes comunitários de saúde, e agricultores familiares periurbanos.

O evento teve quatro eixos temáticos centrais: manejo agroeco-

---

1 - As reflexões que seguem foram sistematizadas pelos autores a partir de debates com pessoas e grupos que fazem parte da rede de agricultura urbana. Procuram abordar a questão da construção do conhecimento agroecológico a partir da trajetória recente da rede, mais exatamente de finais de 2006 até os dias de hoje. Reflexões de um período anterior a este podem ser encontradas em Monteiro & Mendonça. Promoção da Agroecologia na Cidade: reflexões a partir do programa de agricultura urbana da AS-PTA. In: Construção do Conhecimento Agroecológico: novos papéis, novas identidades. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. 2007. págs. 131-140. Este e outros artigos produzidos pelos autores podem ser acessados em [www.aspta.org.br](http://www.aspta.org.br).

2 - Engenheiro Agrônomo, MSc, coordenador do Programa de Agricultura Urbana da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia.

3 - Engenheiro Agrônomo, membro da Rede de Agricultura Urbana e da secretaria executiva da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

lógico de quintais; alimentação saudável; plantas medicinais e remédios caseiros; e sócioeconomia solidária.

As pessoas saíram animadas para plantar mais nos seus quintais, dizem que vão se alimentar melhor, com produtos ecológicos, e preparar remédios caseiros com as plantas medicinais.

Muitos levaram sementes e mudas para as comunidades, e disseram que vão trabalhar para incentivar que mais gente nas comunidades possa participar desse movimento de cultivo de uma cidade saudável e solidária.

.....

O evento citado acima foi um dos “pontos altos” de um trabalho feito por uma rede composta por muitas mãos, mentes e corações. Um trabalho de resgatar e multiplicar conhecimentos, experiências e idéias que, infelizmente, vem se perdendo na vida corrida da cidade, e para os quais, em geral, nem os governos nem os movimentos sociais urbanos dão muita atenção.

Nos últimos anos houve outros momentos marcantes nessa caminhada: no final de 2008, aconteceu, em Seropédica, o Encontro Metropolitano de Agroecologia, reunindo iniciativas de toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, e em novembro de 2007, o II Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade (II EEASC), também em Campo Grande<sup>4</sup>. Aconteceram também encontros para debater a promoção da agricultura urbana, visitas de intercâmbio nas comunidades, reuniões de trabalho e outros momentos de formação.

---

4 - O II EEASC foi organizado pela AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia; Verdejar; Rede Fitovida e Pastoral da Criança. Já o III EEASC, em 2009, teve na organização uma rede mais ampla de grupos: AliFlor; AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia; Capim Limão; Centro Comunitário de Formação Padre Rafael (CCFPR); Congregação das Servas de Maria Reparadoras; Lar Fabiano de Cristo – UPI Suzana Wesley; PACS Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul; Pacs Batan; Pastoral da Criança; Profito / NGBS / Farmanguinhos / Fiocruz; Projeto Mendanha / Pastoral da Criança; Projeto Projovem Adolescente / SMAS / 9ª CRAS; Rede de Sócioeconomia Solidária da Zona Oeste; Rede Fitovida; Saúde Pela Natureza / Rede Fitovida; Sítio da Galícia; SMSDC/SUBPAV/SPS/Instituto de Nutrição Annes Dias; Verdejar; Fundação Xuxa Meneghel.

A proposta da realização dos encontros de experiências de agricultura e saúde na cidade surgiu nos espaços de debate sobre a promoção da agricultura urbana, onde se reúnem as pessoas e organizações que participam da rede. A organização e construção de ambos os eventos contou com a participação de diversos grupos comunitários, redes e instituições, que constituíram uma comissão organizadora. Foi feito um grande mutirão de visitas a grupos e pessoas que têm práticas de agricultura urbana e periurbana<sup>5</sup>. Em preparação ao III EEASC, fruto da ampliação e amadurecimento da rede de promoção da agricultura urbana, foram realizados dois encontros microrregionais, na zona norte do município e na região de Jacarepaguá, e um seminário de construção política do evento.

Como parte da mobilização para os encontros, inserida na estratégia metodológica de valorização e socialização das práticas concretas, foram sistematizadas experiências e produzidos materiais de comunicação. Receitas e dicas fornecidas em 2007 pelos moradores das comunidades de: (I) como manejar os quintais urbanos sob uma perspectiva agroecológica; (II) como preparar alimentos com o que se colhe dos quintais e (III) como fazer remédios caseiros com as ervas medicinais, compuseram uma cartilha, distribuída para todas as pessoas presentes no II EEASC. Em 2009, além de uma nova cartilha, foi produzido o vídeo “Com a Mão na Massa”, distribuído aos grupos<sup>6</sup>. As dicas e experiências do vídeo foram organizadas em torno aos quatro eixos

---

5 - O estudo desenvolvido por Satandreu e Lovo (2007) intitulado “Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes para sua Promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras” caracteriza a agricultura urbana e periurbana (AUP) como “um conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.)”.

6 - Este vídeo e outros sobre agricultura urbana que abordam iniciativas da rede podem ser acessados em [www.youtube.com.br/cipocaboclovideos](http://www.youtube.com.br/cipocaboclovideos).



temáticos: manejo agroecológico dos quintais; alimentação saudável; plantas medicinais e remédios caseiros; e sócioeconomia solidária. Esses materiais, que valorizam e permitem a irradiação das experiências, são utilizados pelos grupos como instrumentos de incentivo à agricultura urbana e periurbana nas comunidades.

#### UM POUCO MAIS DOS ENCONTROS DE EXPERIÊNCIAS DE AGRICULTURA E SAÚDE NA CIDADE

---

Os participantes chegaram em grupos, de forma organizada, e levaram na bagagem alimentos colhidos nos quintais para o preparo da alimentação agroecológica. Muitos temperos: manjerição, alecrim, coentro. Beldroega e serralha, para os sucos verdes. Frutas: acerola, banana, para os sucos e as sobremesas. Aipim, abóbora e batata doce. Levaram também ervas medicinais cultivadas em hortas nas comunidades para ensinar a fazer garrafadas, xaropes, pomadas, repelentes e xampus, e para montar a tenda da saúde. O pessoal da sócioeconomia solidária, que participou do III EEASC, levou palha de milho e fibra de bananeira para as oficinas de artesanato. Alguns ensinaram a fazer canteiros verticais, para plantio em espaços muito pequenos, outros produziram o adubo caseiro com a matéria orgânica que se produz na cidade, e deram dicas do quê se pode plantar em cada época do ano na região e como lidar de forma natural com insetos e doenças das plantas. Os participantes levaram de suas comunidades, sementes e mudas produzidas nos quintais para trocar, como forma de incentivar o cultivo nas comunidades, aumentando a biodiversidade e multiplicando as experiências. No terceiro encontro, até um teatro com a participação do público organizaram, para mostrar que a melhor forma de ter um quintal saudável é diversificar o plantio, e produzir as próprias sementes e mudas, para trocar com os companheiros. Além das sementes trazidas pelos participantes, as equipes técnicas

de assessoria disponibilizaram outras sementes agroecológicas, de hortaliças, milho e feijão, e mudas de árvores frutíferas e de nativas da Mata Atlântica.

As pessoas presentes ao II e ao III EEASC são de várias comunidades, a maioria das zonas norte e oeste da cidade do Rio de Janeiro. No terceiro encontro houve uma participação maior de agricultores periurbanos em relação ao evento anterior, e também de jovens da cidade. Em ambos, houve grande participação de mulheres e crianças.

Um aspecto importante se relaciona ao envolvimento das mulheres nas atividades de agricultura urbana. Nos dois encontros de experiências, assim como nas demais atividades da rede, a grande maioria das pessoas participantes são mulheres. Este fato está relacionado: 1) à maior participação das mulheres nos grupos comunitários envolvidos, quais sejam: pastorais sociais, em especial as pastorais da Criança e da Saúde; programa de saúde da família (PSF); grupos ligados à Rede Fitovida; 2) ao maior interesse das mulheres pelos temas que se relacionam com a saúde da família, cuidado do espaço, alimentação; e 3) à maior dedicação de tempo das mulheres à família, e maior permanência destas nos lares e nas comunidades do que os homens, na maioria das famílias.

O III EEASC deu passos importantes no envolvimento dos jovens. São preocupações: o pouco interesse da juventude pelos temas trabalhados, o risco da perda dos conhecimentos e o conseqüente abandono ou enfraquecimento das experiências de agricultura urbana. No evento, os jovens se mobilizaram, organizaram reuniões preparatórias, participaram da comissão organizadora. Esse maior envolvimento da juventude foi fruto de um trabalho de articulação entre as iniciativas envolvendo jovens presentes na rede de agricultura urbana com jovens de outras regiões do estado envolvidos na Articulação de

Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), por conta da participação no Projeto Campo-Campus, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em parceria com a AARJ.

Nas comunidades, merece muita atenção a questão das crianças. A violência é um tema de grande preocupação, inclusive a violência doméstica. Questões relacionadas à educação, alimentação, lazer, também requerem atenção no que diz respeito à vida das crianças. Para se pensar a agricultura urbana, deve-se considerar a família como um todo. Nos encontros de experiências foram realizadas as “Cirandas Infantis”, espaços dedicados especialmente a trabalhar com as crianças enquanto os responsáveis puderam participar das demais atividades. A Ciranda foi pensada como um espaço sócio-educativo, com momentos de recreação e atividades focadas nas questões que estavam sendo trabalhadas no encontro como um todo.

Pouco a pouco, a rede de agricultura urbana, que predominantemente articula grupos urbanos, vai envolvendo outros agricultores familiares provenientes de áreas periurbanas da região metropolitana do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que os grupos passam a interagir em fóruns de agroecologia da região. Esta interação é fruto do trabalho de construção política da AARJ. A rede de agricultura urbana tem participado ativamente desta construção, em especial na região metropolitana.

#### O ENCONTRO METROPOLITANO DE AGROECOLOGIA

---

Desde o Encontro Estadual de Agroecologia, em 2006, vêm sendo construídas as bases para uma articulação política entre grupos e organizações atuantes na região metropolitana do Rio de Janeiro. De lá para cá, vêm sendo realizadas visitas de inter-

câmbio e reuniões de trabalho em várias localidades da região, envolvendo agricultores familiares e experiências da rede de agricultura urbana. Este trabalho teve como ponto de destaque o Encontro Metropolitano de Agroecologia, com a participação de cerca de 300 pessoas. Neste evento, foi aprofundado o debate sobre os conflitos entre a valorização da agricultura familiar e a urbanização da região. Também foram debatidos os seguintes temas: plantas medicinais e remédios caseiros; reforma agrária e assentamentos; organização popular e dos agricultores; ensino, pesquisa e diálogo de saberes; comercialização e consumo de produtos agroecológicos.

.....

As atividades descritas mostram como se aplicam, na prática, os princípios políticos e metodológicos que vêm orientando o trabalho em rede de promoção da agricultura urbana. É preciso reconhecer e valorizar as experiências existentes nas comunidades, sistematizar seus acúmulos e ensinamentos, e promover momentos e espaços de intercâmbio, dando maior visibilidade às mesmas. Isto inclui o diálogo entre os saberes dos moradores das comunidades e dos assessores técnicos. A promoção da agricultura urbana deve se orientar pelos princípios da Agroecologia, valorizando os recursos disponíveis localmente, escolhendo as espécies adaptadas às condições da região, promovendo a diversificação dos cultivos e das criações, não usando adubos industriais ou agrotóxicos, promovendo o uso da biomassa e a ciclagem de nutrientes. Outro princípio importante é a busca do protagonismo das pessoas e organizações que atuam nas comunidades.

No II EEASC, foi organizado um “Carrossel de Experiências”, interativo, para mostrar e debater a diversidade de “tipos” de agricultura urbana: desde cultivo em lajes, passando por hortas em escolas e trabalhos de alimentação saudável e remédios caseiros com plantas medicinais,

até iniciativas da agricultura periurbana, nas áreas agrícolas da região metropolitana do Rio de Janeiro. Para o evento, foi produzido e lançado um vídeo, “Sementes Urbanas”, abordando a questão.

Já no III EEASC, houve um momento inovador denominado “Que tal o meu quintal?”, quando as pessoas puderam, em forma de teatro, poesia, mímica ou pequenas falas, se apresentar, relacionando suas histórias de vida e suas experiências de cultivo nos quintais para o conjunto dos participantes.

### *Que tal Meu Quintal... Por Dona Leda*

*Que tal meu quintal?  
Meu quintal é muito lindo  
Dá gosto da gente ver  
Tem plantas variadas  
Que encantam o nosso ser.*

*Planto tudo misturado e  
Acolho as espontâneas  
Que venham a nascer..  
As vezes dou um controle para que nenhuma  
venha a morrer.*

*Todas são bem vindas  
pois delas precisamos  
para melhor viver  
as plantas fazem parte  
da minha vida e  
sem elas não sei viver.*

*Uso todas as minhas plantas  
Os frutos, as medicinais para  
O remédio fazer  
E as ornamentais que tanto  
Alegram o meu viver.*

*Que tal meu quintal?  
Eu havia esquecido que com  
Ervas espontâneas costumo o  
Suco de clorofila fazer.*

Para facilitar o intercâmbio de conhecimentos, foram organizadas oficinas práticas e visitas a experiências, com foco nos quatro eixos temáticos prioritários.

O terceiro encontro teve, ainda, uma “Feira Agroecológica”. Muitos produtos estavam em exposição: alimentos colhidos nos quintais, remédios caseiros feitos com plantas, artesanato dos grupos da sócioeconomia solidária, sementes, mudas, folhetos, livros e vídeos. Além

disso, houve espaço para poesias e músicas. Pouco a pouco os grupos que praticam a agricultura urbana vão se colocando as questões de geração de renda; valorização da produção para o autoconsumo e das trocas e consumo consciente. Ao mesmo tempo em que a Rede de sócioeconomia solidária vem pautando a questão da agricultura urbana.



Oficina de Horta em quintais.



III EASC – Agricultura e Saúde na Cidade.

Esses eventos têm permitido a consolidação da Rede de Agricultura Urbana. O III EEASC foi um marco importante na interação entre as redes de agricultura urbana e sócioeconomia solidária e no envolvimento de grupos de agricultores familiares periurbanos. A construção de redes permite, além das trocas de experiências, o fortalecimento das organizações comunitárias, a qualificação das práticas, ampliando a escala do trabalho desenvolvido. A rede tem permitido também evidenciar as diversas funções da agricultura urbana e a inserção dos temas trabalhados na rede na agenda das organizações atuantes na região.

Essas experiências são fruto de um trabalho de construção de forças políticas que atuam na contramão das lógicas de privatização dos espaços, degradação ambiental, homogeneização dos hábitos alimentares, disseminação do uso dos remédios alopáticos, isolamento social e indução de valores consumistas.

A Rede permite tirar da invisibilidade experiências extremamente importantes, e a sua construção multiplica idéias, valores e práticas, que nos fazem acreditar na utopia de uma outra cidade e de uma outra sociedade.



Exposição de produtos e integração no III Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade.

## ATENÇÃO, ATENÇÃO PARA AS NOTÍCIAS MAIS RECENTES!!!

---

Agricultura urbana está em alta nas cidades!!!

Se o governo não se der conta, as praças e quintais estarão tomados de alimentos e plantas medicinais.

Mais e mais gente trocando mudas e sementes; mais e mais gente se alimentando daquilo que planta e colhe. As feiras se multiplicam pelos bairros. Almoços agroecológicos se espalham pelos pátios das associações de moradores do Rio de Janeiro. Todo mundo repara na beleza das fruteiras do bairro de Santa Cruz. O raizeiro da comunidade de Antares não pára de dar entrevista nos jornais e rádios principais. As empresas multinacionais estão falindo. Grandes redes de *fast food* fechando. Donos de farmácia desesperados porque não conseguem mais vender seus remédios alopáticos.

Aquilo que não era visto e ouvido há pouco tempo atrás, passou a tomar conta dos debates e das agendas das pessoas e grupos na cidade. Esse é um dos principais assuntos de vários jornais e rodas de conversas das esquinas cariocas.

---

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isto: para caminhar.” Eduardo Galeano citando Fernando Birri.



# Práticas alternativas em saúde: valorização de conhecimentos, autonomia e organização em saúde no MST

Ivi Tavares A. Castillero, Julia da Silva de Farias,  
Francisco Martinez, Iranilde de Oliveira Silva

Setor de Saúde MST/RJ

## Apresentação

Há quatro anos, em 2006, começou a primeira turma do Curso de Práticas Alternativas em Saúde, realizado para os acampados e assentados da reforma agrária do Rio de Janeiro. É com muito carinho que estamos socializando essa experiência como uma conquista agroecológica. Dentre os temas abordados no curso está a Agroecologia, assim como a Medicina Tradicional Chinesa (que envolve Acupuntura, Moxabustão, Automassagens, Ti Kum, Shiatsu, Meditação), Fitoterapia, Saúde da Mulher, Saúde da Criança, Primeiros Socorros e Políticas em Saúde. A elaboração do curso foi fruto de uma parceria com a ASBAMTHO (Associação Sino Brasileira de Acupuntura, Moxabustão e Terapias Holísticas), Pastoral da Saúde e outros amigos. Para começar uma apresentação mais detalhada do curso, trazemos algumas questões que antecederam essa experiência. Nossos acampamentos e assentamentos tinham difícil acesso aos postos de saúde, aos hospitais e ao Programa Saúde da Família, e quando as pessoas recorriam a esses serviços

muitas vezes não eram atendidas por não terem endereço fixo, o que as desestimulavam a procurar novo atendimento e a lutar por seus direitos, a fim de evitar serem novamente humilhadas. Quando conseguiam atendimento, nem sempre obtinham melhora de seus sofrimentos. Assim como, em situações de emergência os veículos demoravam a chegar para o atendimento. Dessa forma, por falta de políticas públicas em relação ao saneamento básico, entre outras coisas, eram freqüentes os problemas de saúde em relação aos cuidados com os animais e com o lixo, e a falta de recursos para o plantio dificultavam uma alimentação saudável e variada. Diante desses fatos, tínhamos muitos desafios para gerar saúde.



Como lidar com as situações emergenciais? Como promover saúde nos acampamentos e assentamentos sem recursos? Ter um serviço de saúde perto ajudaria na saúde das pessoas? E a autonomia em relação a outras maneiras de lidar com as doenças, como o uso de plantas medicinais? Muitas eram as questões que nos desafiavam a promover um curso que teve e tem como grande meta a conquista de autonomia em relação à saúde, ao conhecimento sobre seu corpo e seus direitos. Essas são perguntas que antecederam essa experiência e de diferentes formas ainda permanecem, porém com alguns avanços a partir da experiência concreta.

Na penúltima etapa do segundo curso, que terminou neste ano de 2010, fizemos entrevistas com educadores, apoiadores e educandos e estas estão presentes neste texto para dar alicerce a nossa sistematização.

Realizamos dois cursos de saúde no período de 2006 a 2009. O primeiro curso foi feito no



período de 2006 a 2007, cujo objetivo era formar pessoas capazes de atender a comunidade e oferecer novos cursos multiplicando o conhecimento e o acesso às práticas alternativas. Esse primeiro curso foi realizado primeiro no acampamento Terra Prometida, em Nova Iguaçu na Baixada Fluminense e depois na cidade do Rio de Janeiro. Vimos que o curso estimulou e resgatou sentimentos que envolvem, não só o lidar com a saúde e suas enfermidades, como também motivou a diversidade de conhecimento e cultura, o que proporcionou o incentivo ao cuidado entre as pessoas, o estudo de práticas alternativas em saúde e também a busca pelos direitos em relação à assistência em saúde. A prática da medicina chinesa mostrou-se inovadora. Resgatou-se a medicina popular presente nessas áreas pelo uso das ervas medicinais, aproximando e fortalecendo relações sociais, já que pressupõe ajuda e solidariedade, de forma acessível e com baixo custo. Após a realização dessa primeira turma, os objetivos do curso foram ampliados e o tema da fitoterapia ganhou mais força. Uma segunda turma se iniciou em agosto de 2008, incluindo como educadores alguns daqueles formados no primeiro curso, tendo a ASBAMTHO um papel de orientação desses terapeutas, dando impulso para autonomia destes. Além desses atores temos os coordenadores do setor de saúde do MST que são Julia Farias e Francisco Martinez, assim como companheiros de outros setores do MST. O curso proporcionou oficinas de produtos fitoterápicos e fitocosméticos que mantém financeiramente, com muita dificuldade, a efetivação do mesmo. Essa segunda turma inovou não somente neste sentido, mas também no local de sua realização, agora acontecendo simultaneamente em regiões distintas. Na região Sul (Vale do Paraíba) ocorreu em três acampamentos: Assentamento Roseli Nunes em Piraí, acampamento Terra Livre em Resende e assentamento Vida Nova em Barra do Piraí. E na região Norte do Rio de Janeiro ocorreu no assentamento Josué de Castro em Campos dos Goytacazes.

## Metodologia do curso

O curso é dividido em oito etapas, totalizando dois anos e cada etapa num período de 10 dias, com intervalos de três meses de uma para outra, durante este tempo, há tarefas que chamamos Tempo Comunidade. Cabe ressaltar que no período de curso todos os educandos, educadores e a Coordenação Político Pedagógica estão juntos, dormem no local, dividindo responsabilidades com o espaço, alimentação, limpeza, mística e atividades culturais. Encontramos dificuldades com o Tempo Comunidade, desde a falta de recursos até a aceitação dentro de suas áreas. A educadora Débora (acampamento Campo Alegre) relatou que: *“um desafio é o estranhamento das pessoas com o shiatsu, para praticar tem muita resistência”*. Por outro lado, conforme havia alívio das sensações de dor e melhora geral, a aceitação era maior. As turmas eram compostas por pessoas entre 20 e 70 anos, a maioria mulheres. Algumas pessoas da turma tinham dificuldade em ler e escrever e isso impulsionou outros métodos de trabalho, que não fossem somente a partir de textos, mas com incentivos visuais e muita prática. Infelizmente, a alfabetização total não foi alcançada, porém temos exemplos de superação de cada um e solidariedade da turma com os companheiros. Tivemos onze formados na primeira turma e onze na segunda turma. Os educandos das duas turmas reúnem 12 áreas de acampamentos e assentamentos do estado do Rio de Janeiro, que são: Roseli Nunes em Pirai, Terra Livre em Resende, Vida Nova em Barra do Pirai, Terra da Paz em Pirai, Manoel Congo em Valença, Terra Prometida em Nova Iguaçu, Campo Alegre em Nova Iguaçu, Sebastião Lan em Casimiro de Abreu, Eldorado dos Carajás em Bom Jesus de Itabapoana, Josué de Castro, 17 de Abril e Zumbi dos Palmares, esses três últimos em Campos dos Goytacazes.

## Inovações pedagógicas

Neste curso valorizamos os educandos(as) que se formaram na primeira turma para serem os novos educadores da segunda turma e obtivemos uma resposta interessante com essa experiência. Luiza (Pastoral da saúde/ Nova Iguaçu), uma das educadoras, diz que: *“Nunca tinha dado aula, e neste curso experimentei isso, o que me salvou foi no primeiro dia começar pela prática incluindo todo mundo”*. Para exemplificar tal proposta pedagógica como eficiente e construtora de outras relações sociais, temos o relato de uma educanda, Bia (assentamento Zumbi dos Palmares), de 20 anos, que disse: *“o modo de ensinar é bem diferente da escola que estudei, não fico só ouvindo, e o carinho também ajuda”*. Na fala de Maria (assentamento Vida Nova), *“o curso fez com que tivesse mais força para colocar o que sei em prática”*. A prática educativa visou favorecer os espaços de perguntas, contrapondo o espaço de aula centrado somente na transmissão de conhecimentos. Julia, que compõe a coordenação do curso, colocou que *“A troca de experiência também é muito valorosa, e somos todos educadores, o tempo todo, na cozinha, nos corredores, sempre trocamos conhecimentos”*.

Para nós, o educador popular em saúde assume uma grande responsabilidade. Deve discutir os problemas de saúde de suas áreas indo além das doenças, tendo em vista um projeto mais amplo para ajudar na promoção de saúde de todo acampamento ou assentamento. Procura se desafiar a caminhar junto com as pessoas para a solução de problemas e não somente levar uma solução para sua enfermidade e seu sofrimento. Incentivar o conhecimento que cada um tem.

## Rompendo paradigmas

No curso o tema da saúde foi abordado de forma bem ampla, quando deparávamos com momentos de crítica ao Sistema de Saúde a maioria era bem enfático na crítica, e sempre tinham exemplos sobre momentos ruins e sobre a ineficiência do modelo biomédico voltado para os medicamentos. Para o educando Popino (assentamento Josué de Castro) “O curso ajudou a mostrar formas de viver mais saudavelmente, ajudando a prevenir ao invés de só tratar”. Para muitos houve a experiência pessoal de ter conseguido se livrar dos medicamentos e ter conseguido aumentar suas defesas orgânicas pondo em prática os conhecimentos adquiridos para prevenção das enfermidades, a partir da alimentação, uso de plantas medicinais, massagem e autoconhecimento. Maria José (FETAG) nos disse que: “Eu tomava mais de 40 comprimidos por dia, era dependente de medicamentos, sempre quis fazer um curso para me conhecer melhor, mas tudo era caro e agora esse curso está me ajudando, melhoraram minhas dores de coluna, ansiedade e mudei minha concepção sobre os remédios”. Ela também colocou que: “Achava que era impossível me alimentar melhor dentro de um acampamento, lá as limitações são muito grandes, mas no curso aprendi algumas coisas sobre alimentos e ponho em prática”. Uma de nossas parceiras no curso, a Letícia (farmacêutica), ressaltou que: “O autocuidado vem como forma de resistência ao Sistema de Saúde que coloca todo o poder nas mãos de um profissional de saúde”.

As questões do conhecimento e a medicalização andam juntas, e nosso grande desafio é a disputa da concepção hegemônica de promoção de saúde. Não pretendemos ser totalmente independentes dos avanços tecnológicos das medicações industriais, porém compreendemos a concepção atrelada à lógica do consumo desses insumos, dessas mercadorias, tal como abordamos nos momentos de estudo do modelo agrícola baseados nos fertilizantes, desde a revolução verde. Na fala de

Donati Caleri, coordenador da ASBAMTHO, este diz que: *“Minha contribuição com o curso é política no sentido de trabalhar um princípio de autonomia e independência com relação a um sistema de saúde vigente o qual penso ser ineficaz em sua globalidade e em seus princípios. Este está atendendo a interesses de grupos privados. Quando trabalho num curso onde o projeto além da autonomia se propõe a fortalecer a potência de agir de cada indivíduo e conseqüentemente do coletivo, entendo que esse fortalecimento cria condições para um enfrentamento mais eficaz de todas as frentes pelas quais com muita justiça o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra enfrenta”*.

### **Fitoterapia, reconstrução de novas culturas**

Nos acampamentos e assentamentos do MST, o uso das plantas medicinais é muito forte, de certa forma o curso traz essa temática mais como reconhecimento dessa prática do que como algo inovador. Desde que iniciou o curso, muitos aprimoraram essa prática e outros voltaram a usar seus conhecimentos sobre plantas medicinais. Na fala do educando Serafim (acampamento Eldorado dos Carajás), coloca que: *“Tenho o projeto de fazer pomadas e gel para o local onde moro, antes só conhecia xaropes e chás”*. É importante frisar que o uso das plantas medicinais não é somente uma opção mais barata e acessível. Usamos também porque muitas vezes é mais eficaz, tendo no nosso corpo uma ação mais ampla que a dos medicamentos da indústria. A organização Mundial de Saúde (OMS) calcula que 80% da população mundial utilizam plantas medicinais como medicamentos e especula-se que 70% dos medicamentos derivados de plantas valeram-se dos conhecimentos populares como fortes indícios de reais propriedades medicinais e que um em cada quatro produtos vendidos nas farmácias é fabricado a partir de materiais extraídos de plantas das florestas tropicais.

No nosso curso, os educandos e os agricultores dos acampamentos e assentamentos, foram as principais fontes de informação sobre plantas medicinais. Socializamos várias formas de utilizar diferentes plantas, e todos se dispuseram a fazer em suas áreas hortas medicinais. Maria (assentamento Vida Nova) informou que *“Em casa mudou tudo, comemos melhor, faço garrafadas que deixaram meu marido mais disposto, agora trabalho com abelhas e estudo muito mesmo, não consigo mais parar. Me sinto valorizada pelo meu estudo, não troco o conhecimento que tenho pela medicina de faculdade, dei uma oficina outro dia e adorei”*. As melhores experiências foram construídas a partir de caminhadas pelo acampamento e assentamento, onde víamos as plantas em seu estado natural, junto aos arbustos e matos da vegetação local. É importante o contato com a planta, sentir o cheiro, ver se tem pêlos ou são lisas, duras ou macias, o formato, se têm flores. Para Débora (acampamento Campo Alegre), *“Esse conhecimento popular foi expropriado do povo e concentrado nas mãos da elite, o curso fortalece o resgate desse conhecimento”*.



### Agroecologia é saúde

A temática da agroecologia foi apresentada em espaços para além da sala de aula, pelas aulas serem no campo, nos permitiu trabalhar a partir da realidade da biodiversidade existente, traçando melhor a temática da agroecologia, tanto na prática, como na identificação de agrossistemas, fizemos hortas e trocamos experiências agroecológica de plantio. Sempre foram ressaltados os aspectos de conservação ambiental e como isso se relaciona com a promoção de saúde.



Vimos que mesmo que a temática não se apresentasse em outras aulas na palavra agroecologia, foi algo que permeou nosso curso como um todo já que mais do que uma ciência representa uma nova forma de ver o mundo, um diálogo com o conhecimento do povo, procurando entender as relações entre os seres humanos e destes com a natureza. Vários exemplos que foram abordados no curso afirmam essa importância como: a forma de fazer nossas hortas medicinais; a disputa por alimentos saudáveis, sem agrotóxicos; valorizar o conhecimento historicamente acumulado sobre o poder medicinal das plantas; lutar por outra cultura que não seja a do consumo. Todos esses temas giram em torno da agroecologia. Para alguns educandos foi um primeiro encontro com o tema, Carlão (assentamento Roseli Nunes) disse que *“A parte de agroecologia foi a parte que mais gostei do curso e agora sei como unir o conhecimento das ervas com o do shiatsu e acupuntura”*. Na fala de Julia (coordenação do curso) vemos o potencial agroecológico desse curso, ela disse que *“O que mais achei importante foi a aprender a cuidar um do outro, a fazer a promoção da saúde e a prevenção de doença envolvendo muita coisa como o cuidado com a terra, as plantas, animais e saneamento”*.

### **Autonomia em saúde**

Falamos muito da palavra Autonomia em nosso curso, pois para nós significa promoção de uma nova relação de vida, de consumo, de compreensão de nossos corpos e da natureza. Como também envolve uma nova relação com o domínio do conhecimento que não deve estar concentrada nos profissionais de saúde ou na universidade, envolve compreender a complexidade das doenças e não somente um modo de saber curar. Não queremos com isso desvalorizar o saber médico, mas ressaltar que esta relação deve ser de parceria. A educanda Mercedes

(acampamento 17 de Abril) colocou que “*Os assentamentos estão sendo invadidos pelos costumes industriais, da alimentação até os remédios, temos que usar alimentos mais saudáveis, valorizar nossa mãe terra e respeitar nosso corpo*”. Na fala de Ivi (médica), que compõe a coordenação do curso, nos disse que “*O modelo biomédico pouco valoriza outros saberes e o uso das plantas medicinais. Os medicamentos têm seu valor em diversas situações, mas está atrelado a uma lógica de consumo que gera muita dependência, tanto aos medicamentos como ao profissional perdendo o estímulo ao autoconhecimento*”. Para dar mais elementos ao que buscamos em Autonomia, Donati, coordenador da ASBHAMTO coloca que “*Não sou um defensor incondicional da medicina chinesa, sou defensor de práticas de saúde que promovam a libertação, todas as medicinas alternativas devem ter esse caráter, mas infelizmente várias práticas alternativas caíram no canto da sereia e acabam gerando também dependência e consumismo dessas práticas*”.

## **Luta para além da Saúde**

Um dos nossos objetivos com esse curso é termos em cada acampamento e assentamento um representante da saúde, que tem muito mais do que uma responsabilidade em guardar esse conhecimento e ser a referência em saúde. Tem a responsabilidade de socializar esses conhecimentos e a participação nas lutas políticas gerais da organização. Temos claro que lutar por saúde é lutar por uma vida digna, e isso envolve a luta pela reforma agrária, pela água, pela educação, pelo emprego. Por isso, fazer e sentir-se parte da organização do MST, conhecendo, se organizando e se mobilizando são pilares importantes do curso. Dona Zilda (acampamento 17 de Abril), educanda do curso, disse que “*Não tinha nem um ano de acampamento e fui fazer o curso, mesmo sem saber ler e escrever direito, presto muita atenção na aula e por meio desse*

*curso comecei a conhecer melhor meu corpo e o MST, fui para Brasília e participei da tenda de saúde e me senti muito bem contribuindo.”* Um avanço da experiência do curso foi consolidar um coletivo de saúde no estado do Rio de Janeiro, não somente no sentido de ter representantes, mas de ter uma identificação com essa responsabilidade. Julia coloca que *“Com o curso o coletivo de saúde se firmou, e com pessoas de várias áreas”*. O educador Paraíba (assentamento Roseli Nunes), coloca que *“Conheci o curso indo acompanhar um menino e acabei ficando, de lá para cá tudo mudou, vim investindo no conhecimento e contribuindo sempre que possível, antes não conhecia o valor das ervas e acupuntura, e hoje dou apoio até em outro acampamento nessa área”*.

Terminamos esse texto com uma responsabilidade muito maior. Muito além de fazer o curso, estamos nos desafiando a colocar no papel nossas experiências, mesmo com dificuldades de diversos âmbitos, deixamos a certeza de que as práticas de saúde não são uma propriedade privada, são patrimônios da humanidade. E esse curso se desafia a fazer uma promoção de saúde onde homens e mulheres se conheçam, onde a natureza seja conservada, que entendam seu adoecimento e participem da transformação que almejamos para essa sociedade.

## **Bibliografia**

Cf. Elói S. Garcia, Biodiversidade e biotecnologia, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, s/d, pp4-5

Santos, Fernando Sergio Dumas dos & Muaze, Mariana de Aguiar Ferreira. Tradições em Movimento: uma etnohistória da saúde e da doença nos vales dos rios Acre e Purus, Brasília – Paralelo 15, 2002.

COLETIVO NACIONAL DE SAÚDE do MST. Caderno de Saúde n.1: Lutar por saúde é lutar pela vida, 2ª ed. São Paulo: Gráfica e Editora Peres, 2000.

ILLICH, I. A expropriação da saúde: Nêmesis da medicina, 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.

SETOR NACIONAL DE SAÚDE do MST. Cartilha de Saúde n.5: Construindo o Conceito de Saúde do MST. Brasil: s/ ed, 2000.

# Geração participativa de conhecimentos entre pesquisadores e agricultores familiares na região serrana fluminense: a experiência da Embrapa com o núcleo de pesquisa para agricultores

Renato Linhares de Assis<sup>1</sup>, Adriana Maria de Aquino<sup>2</sup>

## Introdução

O Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores (NPTA) da Região Serrana Fluminense surgiu como resultado de negociação entre a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com o intuito de aproximar os pesquisadores, em especial das três Unidades desta Empresa no estado do Rio de Janeiro (Solos, Agrobiologia e Agroindústria de Alimentos), da realidade agrícola da região serrana fluminense, área de agricultura mais dinâmica no estado e conhecida pela produção de hortaliças, flores e frutas.

---

1 - Engenheiro Agrônomo, DSc. em Economia Aplicada, Pesquisador da Embrapa Agrobiologia, Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores (NPTA), Avenida Alberto Braune, 223, Centro, Nova Friburgo, RJ, CEP 28613-001, [renato@cnpab.embrapa.br](mailto:renato@cnpab.embrapa.br)

2 - Bióloga, PhD em Agronomia, Pesquisadora da Embrapa Agrobiologia, Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores (NPTA), Avenida Alberto Braune, 223, Centro, Nova Friburgo, RJ, CEP 28613-001, [adriana@cnpab.embrapa.br](mailto:adriana@cnpab.embrapa.br)

Tendo como proposta de trabalho promover a transição agroecológica de sistemas de cultivos familiares na região serrana fluminense através de pesquisa participativa, envolvendo várias Instituições Públicas e Associações de Agricultores, o NPTA foi inaugurado em 2007. Tem sua sede localizada junto a Secretaria Municipal de Agricultura de Nova Friburgo e um espaço físico no meio rural, cedido pela Associação dos Pequenos Produtores e Moradores de Santa Cruz e Centenário, no Terceiro Distrito desse município.

Com o objetivo de criar condições para a adaptação, consolidação e multiplicação de tecnologias e práticas aplicadas à produção ecológica e considerando a tradição dos sistemas de produção, a atuação deste núcleo tem ocorrido a partir da identificação de demandas por ações de pesquisas que favoreçam a estes sistemas avançarem na transição agroecológica. A identificação destas demandas aparece como mote inicial para o estabelecimento da articulação entre pesquisadores e agricultores, podendo ter-se desde questões mais explícitas relacionadas a práticas ou tecnologias agroecológicas, até a identificação da necessidade de ação visando resolver problema específico, mas que permita iniciar processo de debate com os agricultores sobre a necessidade redirecionamento tecnológico de seus sistemas de produção.

Além disso, este trabalho de pesquisa participativa é acompanhado e avaliado durante oficinas envolvendo agricultores, pesquisadores e outros técnicos de instituições parceiras, bem como de forma rotineira durante as atividades de campo. Este monitoramento do processo de construção participativa de conhecimento possibilita que a equipe técnica envolvida avance na reflexão e ajuste acerca do método participativo, bem como contribuir para a inserção na agenda de pesquisa da Embrapa, tanto de temas relacionados a transição agroecológica

de sistemas de produção familiares, como da necessidade de uma abordagem diferenciada para estes.

### **Pesquisa participativa e agroecologia como base da atuação**

A agricultura na Região Serrana Fluminense caracteriza-se por altas produtividades baseadas na utilização de tecnologias industrializadas, notadamente fertilizantes sintéticos concentrados e agrotóxicos. Estudos realizados na região mostram que o uso generalizado dos agrotóxicos, tem levado à contaminação do lençol freático e comprometido a saúde dos agricultores. Esse modelo de agricultura tem levado a uma vulnerabilidade social e a um acentuado processo de degradação ambiental que termina por comprometer a capacidade produtiva das unidades familiares. Altas taxas de erosão são verificadas como decorrência do uso generalizado de práticas pouco conservacionistas, levando ao aumento nos riscos econômicos para os agricultores, já elevados, face os altos custos dos insumos utilizados, associados à incerteza de preço para os produtos agrícolas que remunerem adequadamente os produtores.

Nesse sentido, as práticas agroecológicas tem um potencial positivo como referencial teórico e instrumental importante, na implementação de processos de desenvolvimento agrícola sustentável, que tenham a agricultura familiar como foco prioritário e a Região Serrana Fluminense apresenta-se com experiências pioneiras, tanto de produção como de pesquisa, articulando agricultores e pesquisadores no entendimento dos processos agroecológicos aplicados a região serrana.

No que se refere a produção agrícola, remonta a 1978, na comunidade dos Albertos em Petrópolis, a formação do primeiro núcleo de pro-

dução orgânica do estado do Rio de Janeiro, núcleo este que somado a outras experiências neste sentido que vieram a ocorrer na região principalmente, determinaram a formação em 1984 da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO).

Em relação a pesquisa, observa-se um longo histórico de cooperação entre as diferentes iniciativas institucionais fluminenses em agroecologia. Dentre essas destaca-se a Rede Agroecologia Rio. Com foco de atuação na pesquisa participativa e na agricultura familiar, esta rede foi formada em 1998 com a união dos esforços das seguintes sete instituições: Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO); Agrinatura Alimentos Naturais Ltda. (AGRINATURA); Assessoria e Serviços em Agricultura Alternativa (AS-PTA); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater-Rio); Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRuralRJ); Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Agrobiologia).

Esta experiência, aliada a ações subsequentes desenvolvidas por pesquisadores da Embrapa junto a comunidades de agricultores familiares em municípios da Região Serrana Fluminense (destaque para Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Bom Jardim e Nova Friburgo) possibilitaram a construção de novos conhecimentos, agregando as experiências prática e acadêmica, respectivamente, dos agricultores e pesquisadores. O destaque nesta trajetória foi no sentido de aprofundar a transição agroecológica dos sistemas de produção familiares com a incorporação de novas práticas de manejo que otimizem os processos ecológicos e que favoreçam o desempenho produtivo e econômico das unidades agrícolas.



Desta forma o desafio que se impõe ao NPTA desde a sua concepção é a interação entre agricultores e pesquisadores e a busca por métodos passíveis de serem moldados conforme as características sociais, econômicas e ambientais locais. Desde já os agricultores através das associações tem demandado ações de pesquisas que viabilizem alternativas ao manejo de solo tradicionalmente utilizado. Para tanto, há necessidade de viabilizar sistemas de produção, que a partir da racionalização do uso de insumos, avancem no processo de transição agroecológica, isto de forma interativa entre pesquisadores e agricultores, com prioridade para o incremento e manejo do nível de matéria orgânica do solo.

## **Principais ações do NPTA**

### **Desenvolvimento de sistemas de cultivo de hortaliças de base agroecológica**

Na região em questão o município de Nova Friburgo destaca-se como pólo econômico regional e também importante produtor de produtos hortícolas, com destaque para a couve-flor em que este município caracteriza-se como maior produtor do país, produção esta concentrada em seu terceiro distrito, onde o processo de articulação com os agricultores caracterizou a demanda por ações de pesquisas que viabilizem alternativas ao manejo de solo tradicionalmente utilizado. Destaca-se a ocorrência generalizada nas comunidades em questão, da doença conhecida como hérnia das crucíferas, cujo agente causal (*Plasmodiophora brassicae*) se encontra largamente disseminado na região, em decorrência principalmente de manejo e preparo inadequado do solo.

Este problema fitossanitário é exemplar no que tange ao nível de desequilíbrio ambiental regional, e o impacto deste nos níveis de produtividade e custos de produção. Analisando historicamente a cadeia produtiva de hortaliças da região, em especialmente a produção de couve-flor oriunda do terceiro distrito de Nova Friburgo, verifica-se que havia um uso intensivo de cama de aviário, caracterizando forte integração desta com a cadeia produtiva de aves localizada no município vizinho de Bom Jardim. Com a mudança locacional, observada a cerca de 10 anos, dos custos de oportunidade relativos a produção avícola, esta sofreu uma derrocada neste município. Este fato determinou para os produtores de couve-flor de Nova Friburgo a necessidade de buscarem alternativas para adubação. Isto foi feito com redução acentuada dos níveis de adubação orgânica, com o incremento do uso de adubos sintéticos em substituição. Este fato tem sido entendido como o que possibilitou ao patógeno em questão, normalmente presente no solo e mantido sob controle a partir de mecanismos supressores e antagonistas estabelecidos pela biota do solo, viesse a se tornar um problema crônico nos sistemas de produção em questão.

Não há estudo avaliando de forma precisa o impacto desta doença na economia da produção de hortaliças na região, mas relatos de agricultores dão conta de que, em plantios de verão, as perdas de produção giram em torno de 40 a 60 %, fato este que pode ser facilmente observado de forma empírica através de visita a região na época em questão.

As alternativas que se apresentam referem-se a mecanismos que possam novamente proporcionar aporte de matéria orgânica aos sistemas de produção, no mínimo nos níveis anteriores. Isto pode ser tentado primeiro via produção de materiais na própria unidade de produção agrícola, qual seja utilização de rotação de cultivos com plantas de cobertura de solo, quer com sistema de preparo do solo convencional ou de plantio direto.

Neste sentido, o problema fitossanitário relacionado a hérnia das crucíferas tem representado para o trabalho do NPTA, importante ponto de partida para o diálogo com os agricultores, acerca da necessidade de introdução de práticas de base agroecológica nos sistemas de produção, como forma de reduzir a vulnerabilidade social e econômica da agricultura na região.

Iniciou-se então o desenvolvimento de sistemas de rotações de cultivo que possibilitem tanto a diversidade de espécies de interesse econômico como a introdução do uso de plantas de cobertura, promovendo o enriquecimento do solo com matéria orgânica e consequentemente o favorecimento a redução da incidência da hérnia das crucíferas.

### **Aproveitamento de resíduo da indústria têxtil na agricultura**

A região serrana fluminense, notadamente Nova Friburgo e outros municípios no seu entorno, destaca-se como importante pólo da indústria têxtil. Esta atividade é grande geradora de resíduos o que, considerando a proximidade de uma expressiva produção agrícola, determinou que esta surgisse como oportunidade para a deposição de resíduos originários de indústria de fiação de algodão.

Neste sentido, dois produtores de caqui localizados na comunidade da Janela das Andorinhas, interessaram-se pelo referido resíduo, utilizando-o de forma intuitiva na base de um fardo por planta ( $\pm 200$  kg), verificando aumento na produtividade, melhoria na firmeza do fruto e redução da incidência de pragas e doenças.



Foto 1: Avaliação de cultivo de ervilha sob plantio direto (rotação: aveia-preta/couve-flor/milheto/ervilha), com participação de alunos de escola família agrícola localizada na região (Santa Cruz, Nova Friburgo, RJ).

Apesar das evidências acerca dos benefícios do uso do resíduo de algodão na produção de caqui, os agricultores articularam-se de forma a demandar do NPTA ação de pesquisa participativa em curso no sentido de avaliar a melhor adequação do manejo do resíduo de algodão “in natura”, as doses adequadas a serem aplicadas e seu impacto nas propriedades do solo, bem como outras formas de uso em outras culturas. O retorno em produtividade desde já verificado na cultura do caqui com uso deste resíduo oriundo da fiação de algodão tem despertado o interesse de outros grupos de agricultores, entre os quais da comunidade de São Pedro da Serra, que junto com o NPTA iniciou avaliação do uso “in natura” do referido resíduo na cultura da bananeira.



Foto 2: Experimentação participativa na comunidade da Janela das Andorinhas (Nova Friburgo, RJ) visando avaliar o efeito de diferentes doses de resíduo industrial da fiação de algodão na cultura do caquizeiro.

### **Promoção da transição agroecológica junto a sistemas orgânicos de produção**

As ações desenvolvidas em Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto, desde a época da Rede Agroecologia Rio têm possibilitado a construção de novos conhecimentos, agregando as experiências prática e acadêmica, respectivamente, dos agricultores e pesquisadores. Ao longo dessa trajetória tem-se buscado aprofundar a transição agroecológica de sistemas de produção orgânica com a incorporação de novas

práticas de manejo que otimizem os processos ecológicos e que favoreçam o desempenho produtivo e econômico das unidades agrícolas. De maneira geral, os conceitos trabalhados têm sido bem recebidos pelos agricultores, que adaptam algumas das práticas avaliadas para a sua realidade. Todavia, destaca-se algumas dificuldades, como a limitada disseminação das experiências realizadas junto a outros agricultores.

Experiência visando ampliar esta disseminação tem ocorrido através de ações articuladas entre a Embrapa Agrobiologia e a Associação Horta Orgânica, as quais visando não somente agricultores orgânicos certificados, mas também agricultores com possibilidades de conversão para a agricultura orgânica, tem possibilitado a articulação junto a um número maior de agricultores motivados a promoverem a transição agroecológica junto aos sistemas de produção. Isto tem ocorrido principalmente através de ações que favoreçam a adaptação do uso de adubos verdes junto a estes sistemas, assim como a introdução ou melhoria da eficiência da produção de pequenos animais, visando a integração desta com a atividade de produção de hortaliças.



Foto 3: Diversificação e integração de atividades em unidade de produção orgânica na comunidade de Morro Grande (São José do Vale do Rio Preto, RJ).

### Comentário final

Verifica-se com a análise das ações destacadas do trabalho do NPTA que nas comunidades onde o início da articulação com os agricultores ocorreu por conta de uma demanda inicial por uma solução tecnológica para um problema específico (exemplo: hérnia das crucíferas), o trabalho tem ocorrido com maior dificuldade para o envolvimento de um número maior de agricultores no processo de construção de conhecimentos, ficando as ações participativas restritas, em grande medida, aos agricultores onde as ações de campo estão sendo desenvolvidas. Diferentemente, nas comunidades onde a articulação com os agricultores ocorreu por conta de demanda por um ajuste tecnológico de processo de construção de conhecimentos já em curso (exemplo: introdução da produção animal em sistemas orgânicos de produção de hortaliças), tem sido mais

eficiente a articulação com os agricultores em grupos a partir de uma ação localizada em unidades de produção específicas.

Além disso, tem sido possível obter importantes informações que contribuem para entender os mecanismos que influem no comportamento dos agricultores no que concerne a mudanças tecnológicas. Assim tem sido possível identificar obstáculos à adoção de práticas alternativas com menor impacto ambiental e delimitar as condições agro-econômicas para integração de práticas agroecológicas.

Entende-se que novas práticas de valorização de processos ecológicos devem passar por um processo gradual de disseminação e de assimilação, no que para a transição agroecológica dos sistemas de produção na região serrana fluminense, particularmente os de base convencional, os primeiros passos consistem em racionalizar o uso de insumos químicos e começar a substituição deles. Neste sentido, o abandono das antigas práticas e a transição para as novas devem ser graduais e incluídas numa escala de tempo suficiente para que essas sejam ajustadas e adotadas pelos agricultores. Esta é a condição para formular, a partir das adaptações levadas pelos agricultores, políticas agrícolas dedicadas a melhorar a sustentabilidade dos sistemas de produção regionais.

Finalmente, observa-se que a proposta de aproximação da estrutura de pesquisa da Embrapa das áreas de produção, a exemplo do NPTA, tem um caráter inovador, especialmente, no sentido de identificar demandas efetivas da agricultura familiar, e incorporá-las a agenda de pesquisa da empresa. Assim, apesar da identificação de alguns desafios passíveis de serem superados no que se refere a logística administrativa e de infra-estrutura, verifica-se que o NPTA representa promissora experiência no sentido de potencializar a articulação da pesquisa agrícola da produção agrícola familiar.

# FUNBOAS - Valorizando a agricultura familiar, fortalecendo a agroecologia

Natalia Ribeiro<sup>1</sup>, Denise Spiller<sup>2</sup>

## Motivação e sensibilização - Origem da ideia

Os agricultores familiares da região da Bacia Hidrográfica do Rio São João e que desenvolvem boas práticas socioambientais, estão tendo acesso ao Fundo Socioambiental de Boas Práticas em Microbacias – FUNBOAS, alimentado com recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, para melhorar as condições ambientais de seu território, da sua comunidade e das suas propriedades individualmente.

O FUNBOAS foi criado pelo Comitê de Bacia Lagos São João, e é um mecanismo de incentivo pelos serviços ambientais aos que conservam direta ou indiretamente os recursos naturais, e especificamente os recursos hídricos. É importante salientar que o FUNBOAS é uma política de compensação pelos serviços ambientais prestados, onde os agricultores não são recompensados monetariamente, como na premissa do pagamento por serviços ambientais, mas sim incentivados financeira e tecnicamente para que possam manejar suas terras de forma ecológi-

---

1 - Eng<sup>a</sup> Agrônoma Consórcio Intermunicipal Lagos São João - Email: [nataliabribeiro@yahoo.com.br](mailto:nataliabribeiro@yahoo.com.br)

2 - Coordenadora de Projetos Consórcio Intermunicipal Lagos São João

camente correta sem perder sua capacidade de produção e geração de renda, inserindo ainda o fator social.

O FUNBOAS é instrumento do Programa de Gestão Ambiental Participativa em Microbacias que está contido no Plano de Bacia do Comitê, e visa despertar o comprometimento dos produtores rurais, gestores e demais atores sociais com as políticas de conservação e com práticas sustentáveis, como a agroecologia. Por fim, busca ainda uma maior valorização da agricultura familiar, fortalecendo os pequenos produtores, aliados estratégicos na conservação do ambiente e das águas.

A proposta de criação do FUNBOAS decorreu da constatação de que a Bacia do Rio São João é responsável pelo abastecimento de água de 75% da população residente na região, em especial dos municípios da zona costeira. Outro fator que contribuiu para sua implantação foi o projeto de educação ambiental Comunidades em Ação nas Microbacias, que produziu diagnósticos ambientais participativos e planos de ação ambientais construídos coletivamente, cujas proposições apontavam o reconhecimento da necessidade de conservação e de recuperação ambiental, mas deixavam claro que estas medidas deveriam ser decorrentes de compromissos compartilhados no enfrentamento dos desafios identificados.

Para o Comitê essa ação é o começo de um processo necessário de retorno dos recursos arrecadados, para investimentos na própria bacia, sendo a adoção dos processos agroecológicos estratégica para aliar a conservação do meio ambiente com o fortalecimento da agricultura familiar.



## **Mobilização social - Como funciona o FUNBOAS?**

O FUNBOAS considera prioritárias as microbacias que, além da importância quanto à conservação de recursos naturais, existam ações de instituições que se alinhem com a proposta do fundo. Além disso, é considerada prioritária a microbacia com alta concentração de agricultores familiares, principalmente em assentamentos de reforma agrária, e que preferencialmente possuam organização comunitária, para que possam participar efetivamente dos espaços de decisão.

Escolhida a microbacia a ser trabalhada, é procedida a caracterização socioeconômica e ambiental, onde em visitas as propriedades rurais as famílias são incentivada a listar os impactos vivenciados em seu ambiente, descrevendo e localizando os problemas, suas causas e soluções, e o que já está sendo feito para reverter-los ou mitigá-los, sugerindo, a todo o momento, ações e/ou mobilizações. Esta metodologia também aponta os projetos coletivos necessários à microbacia e/ou à comunidade residente, que serão decididos coletivamente.

Para orientar a aplicação dos recursos foi desenvolvido um instrumento que avalia o nível de boas práticas socioambientais, de uso obrigatório na propriedade, que define a forma de acesso ao FUNBOAS. Os agricultores familiares dessas áreas que se candidatam a acessar o FUNBOAS são avaliados, e podem receber recursos para melhorar o manejo da paisagem, ou para aquisição de bens de capital que contribuam para a melhoria da geração de renda e da qualidade de vida.

Outro instrumento utilizado pelo FUNBOAS é o plano individual, construído de forma participativa, que caracteriza as propriedades rurais, descrevendo todas as atividades e sistemas de produção desenvolvidos nesta, o manejo do solo e da água, saneamento ambiental, e outros. Os

agricultores são estimulados a entender melhor suas propriedades, suas responsabilidades ambientais, e principalmente a adotar práticas agroecológicas.

As práticas adotadas nas propriedades rurais são acompanhadas pelos técnicos responsáveis, que auxiliam na implementação do plano, supervisão das atividades, além de assistência aos agricultores envolvidos. Os agricultores familiares podem acessar o FUNBOAS a cada dois anos, desde que tenham melhorado sua avaliação do nível de boas práticas socioambientais.

### **Nossa experiência em pequena escala**

A primeira microbacia selecionada pelo Programa de Gestão Ambiental Participativa foi a do Córrego Cambucaes, no município de Silva Jardim, localizada à montante do Reservatório de Juturnaíba, maior manancial de abastecimento de água da bacia, além de ser limítrofe da Reserva Biológica Poço das Antas. Sua comunidade rural já possuía um potencial importante de espírito coletivo e de pequenas práticas de conservação dos recursos hídricos, com destaque para os sistemas agroflorestais, além da participação nos espaços do Comitê. Outra questão importante é o fato de a comunidade pertencer a um assentamento de reforma agrária, que tem um histórico de ausência de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dessas comunidades e assistência socioambiental, o que ocasionou o agravamento principalmente de problemas sociais.

A escolha desta microbacia decorreu do fato de a comunidade possuir um longo histórico de envolvimento com as atividades do Programa de Extensão da Associação Mico Leão Dourado, do Comitê de Bacias Lagos São João e da Articulação de Agroecologia Serramar. Além disso, a mi-

crobaia do Cambucaes foi selecionada para receber recursos do FUNBOAS, pela participação de sua comunidade no Processo de Educação Ambiental Comunidades em Ação nas Microbacias, e na metodologia dos “mapas falados” desenvolvida pela Articulação de Agroecologia Ser-ramar, que produziu diagnósticos ambientais participativos, apontando as potencialidades e dificuldades.

Durante todo o processo de aplicação da metodologia do Fundo na microbaia, os agricultores foram estimulados a participar de todas as decisões e ações a serem otimizadas com os recursos disponíveis. A adoção do processo participativo permitiu a construção coletiva do conhecimento, além de servir para a criação e aprimoramento dos instrumentos metodológicos propostos. O FUNBOAS vem fortalecer as ações de implantação de sistemas agroflorestais, nas áreas do Comitê, onde essas e outras boas práticas estejam sendo desenvolvidas.

### Projeto comunitário

Em reunião da Câmara Técnica Permanente de Microbacias (CTPEM) do Comitê de Baia Lagos São João, realizada no assentamento de Cambucaes/INCRA foi decidido que o recurso de R\$ 30.000,00 seriam aplicados em saneamento rural (instalação de fossas sépticas biodigestoras e caixas de gordura, adequação de sistemas de captação de água), em 24 propriedades rurais. O modelo escolhido foi o proposto pela EMBRAPA, que permite o uso do efluente final na adubação dos sistemas agroflorestais implantados.



## Projetos individuais

Foram apoiados seis planos individuais, de agricultores familiares selecionados, que foram contemplados com um recurso previsto de R\$ 5.000,00 para cada plano. Foram adotadas práticas de manejo da paisagem, boas práticas agrícolas, e investimentos em bens de capital, incentivando principalmente a integração das ações com a lógica agroecológica. Os recursos foram utilizados ainda para a melhoria das casas e das benfeitorias que apresentavam problemas.



Implantação de Sistema Agroflorestal junto à família de S. Genildo e D. Ângela - Assentamento Cambucaes.

- Enriquecimento de 60.000 m<sup>2</sup> (6 ha) de sistemas agroflorestais;
- Implantação de 20.000 m<sup>2</sup> (2 ha) sistemas agroflorestais substituindo antigas áreas degradadas e de pastagens, com o plantio de espécies frutíferas (jabuticaba, citros, banana, café, açaí, etc.), nativas (jussara, pupunha, aroeira, ingá, quaresmeira, etc.) e anuais (milho, feijão, guandu, mandioca, etc.);
- Aquisição de equipamentos e construção de pequena unidade para beneficiamento de produtos agrícolas;
- Implantação de horta sombreada;
- Manejo do gado leiteiro;
- Medidas de controle da erosão com o uso de cobertura morta e uso de áreas adequadas para a agricultura;
- Plantio de espécies de adubação verde (plantio de guandu e

feijão de porco) para melhoria da qualidade do solo, e melhor produtividade das espécies agrícolas;

- Implantação de cerca para a proteção da APP.

### **Parcerias consolidadas**

É muito importante compreender que o Programa de Gestão Ambiental Participativa em Microbacias estimula a ação sinérgica das instituições parceiras do Comitê, e que além das ações dinamizadas com recursos exclusivos do FUNBOAS, muitas outras ocorrem com investimentos específicos de cada instituição envolvida. Ações como implantação de sistema provisório de tratamento de esgoto para redução da poluição causada pelos dejetos domiciliares do bairro do Boqueirão no Rio Cambucaes, através da parceria com a Concessionária de água e esgoto Águas de Juturnaíba; o CBH Lagos São João/Consórcio Intermunicipal Lagos São João em parceria com o WWF - Brasil e a CATI-SP, o Curso de Adequação de Estradas Vicinais, sendo os públicos-alvo técnicos, engenheiros e operadores de máquinas das prefeituras, agrônomos, agricultores familiares, comunidade e outros profissionais, sendo essencial para a redução dos processos erosivos, de assoreamento dos corpos hídricos, além da importância para o escoamento da produção agrícola.

O Programa de Gestão Ambiental Participativa em Microbacias e o FUNBOAS contam ainda com a parceria técnica firmada junto a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, que disponibilizou agentes de saneamento para trabalho em campo junto aos produtores, orientando nas adequações dos poços e instalações sanitárias. No dia 14 de agosto de 2009, foi realizada junto a FUNASA e a Associação Mico Leão

Dourado, o primeiro dia de campo na microbacia do Cambucaes, que contou com a participação de agricultores familiares.

A Associação Mico Leão Dourado junto a Articulação Agroecológica do Estado do Rio de Janeiro, importantes parceiros do FUNBOAS, promoveram com apoio da Prefeitura Municipal de Silva Jardim a implantação de uma Feira Agroecológica semanal na sede do município, que garante aos agricultores familiares um espaço para comercialização dos produtos agroecológicos.

O nascimento do projeto “Nossas Águas, Nosso Chão”, um programa de rádio ([www.radiolitoral.am.com.br](http://www.radiolitoral.am.com.br)) que trata de temas ambientais ligados principalmente à gestão de recursos hídricos, se deu na Câmara Técnica de Educação Ambiental do Consórcio Intermunicipal Lagos São João e está no ar desde setembro de 2008.

### **Resultados obtidos na conservação dos recursos hídricos - Impactos do FUNBOAS**

As ações do FUNBOAS estão contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental da bacia, contribuindo para a descontaminação do lençol freático e do rio Cambucaes, e consequentemente do Rio São João, aumento da cobertura do solo com sistemas agroflorestais, reduzindo os processos erosivos, melhoria da qualidade do solo devido à adoção da adubação verde. Além disso, as ações visaram promover uma melhoria na qualidade de vida da comunidade, criando um ambiente mais saudável através de consumo de água com índices de potabilidade satisfatórios, aumento da produtividade dos sistemas agroflorestais irrigadas com o efluente do processo de biodigestão, geração de renda e a fixação dos agricultores no campo, envolvendo principalmente os

jovens. Através do FUNBOAS e das ações dos parceiros, as famílias estão exercitando o planejamento coletivo e individual, principalmente na ótica agroecológica.

Outro objetivo do FUNBOAS é uma maior qualidade da participação dos agricultores familiares através de suas organizações nas decisões da Câmara Técnica Permanente de Microbacias (CTPEM), no Sub-Comitê do Rio São João e no Comitê, visando um empoderamento político da comunidade para efetiva gestão de seu território, e principalmente dos recursos hídricos. Atualmente a Associação de Moradores de Cambucaes é membro da CTPEM, e de outros espaços de decisão como os Conselhos de Desenvolvimento Rural, Sindicatos, etc.

As ações do FUNBOAS na Microbacia do Cambucaes estão estimulando a participação de outros agricultores familiares, que vem demonstrando grande interesse em participar das atividades, principalmente na implantação dos sistemas agroflorestais. Outras famílias vêm solicitando à instituição e aos parceiros a implantação de sistemas agroflorestais em seus lotes.

Para o Comitê o FUNBOAS vem fortalecendo o modelo de gestão adotado e descrito no Plano de Bacia de “Abordagem Ecosistêmica”, em contraposição à gestão exclusiva e isolada dos recursos hídricos. Neste sentido, a agroecologia apresenta soluções práticas de gestão dos recursos naturais aliada à produção agrícola e a geração de renda.

### **Efeito Multiplicador - Novos Horizontes**

A Associação Mico Leão Dourado e o Consórcio Intermunicipal Lagos São João adotaram a metodologia de funcionamento do FUNBOAS

em projeto aprovado junto à Petrobrás Ambiental que destinará para aplicação R\$ 100.000,00 nas microbacias de Cambucaes e Imbaú.

O Comitê deliberou a destinação de mais R\$ 68.856,40 para o FUNBOAS em 2009, que mediante aplicação dos critérios do FUNBOAS, em reunião da CTPEM, selecionou a Microbacia do Roncador/Mato Grosso no município de Saquarema para ser a próxima comunidade a ser trabalhada. A Microbacia do Roncador/Matogrosso é de extrema importância para a conservação dos recursos hídricos, pois apresenta um grande número de nascentes, além de já possuir uma organização da comunidade e outras instituições parceiras, como a EMATER e a Prefeitura Municipal, atuando nesse território.

O FUNBOAS é uma metodologia de trabalho que pode ser utilizada em outras áreas e regiões, sendo de fácil aplicação e entendimento pelos executores e por toda a comunidade. O FUNBOAS é uma ferramenta que auxilia no processo de gestão das águas aliado a construção do conhecimento agroecológico, se apresentando como uma alternativa concreta e viável, que busca o compromisso e aproximação dos ocupantes dos territórios com as políticas e ações de conservação dos recursos naturais.

### **Principais entraves**

Os recursos destinados ao FUNBOAS oriundos da cobrança pelo uso da água permitem que a quantia deliberada pelo Comitê todo ano garanta minimamente a continuidade das ações do Fundo. Porém, sendo esta inicialmente a única fonte continua de recursos, a possibilidade de expansão deste processo para outras áreas se torna complexa, visto a grande extensão da Bacia e intensa demanda por atendimento a áreas prioritárias com projetos socioambientais.



Outro fator importante é a questão dos recursos humanos, que em geral não estão preparados para trabalhar na ótica socioambiental e agroecológica, o que demanda sensibilização e capacitação dos atores envolvidos. Além disso, devido à limitada disponibilidade de recursos financeiros, a expansão da equipe de trabalho também tem sido um entrave à continuidade do Fundo.

# Tapinoã: a importância do conhecimento tradicional na conservação de sementes crioulas

Vera Regina Câmara<sup>1</sup>

## Tradição e história fazem de comunidade rural espaço de poder, crenças e diversidade

A história de Tapinoã retrata a origem de uma comunidade, cujos grupos familiares se caracterizam por uma forte herança com os escravos da fazenda Prodígio, localizada no segundo distrito do município de Araruama, estado do Rio de Janeiro. Essas famílias possuem uma história que se confunde com a história de prosperidade das fazendas do século XIX.

Todavia, o desenvolvimento econômico, social e cultural desta região, tem sua origem nas antigas fazendas formadas em razão do processo de ocupação do litoral, e deve-se principalmente a mão de obra escrava, oriunda do tráfico de negros vindos de países africanos para esta região.

Os primeiros dados estatísticos<sup>2</sup> concretos sobre suas freguesias realizado em 1858 revelam que a população negra, escrava, era superior

---

1 - EMATER-Rio. Bióloga, extensionista lotada no Escritório Local de Araruama. Email: [vertcamara@uol.com.br](mailto:vertcamara@uol.com.br)

2 - Relatório Estatístico do Presidente Antonio Nicolau Tolentino, sobre a Freguesias de Araruama e São Vicente de Paulo, divulgado em 29 de Julho de 1858, citado no livro Araruama: Panorama de uma Cidade. 1992.

a população de pessoas livres, caracterizando desta forma os escravos como a principal força de trabalho das fazendas, e que mais tarde irá se constituir em comunidades rurais, e ainda comunidades rurais remanescentes de quilombos, conforme o reconhecimento previsto na Constituição de 1988.

As famílias residentes em Tapinoã são principalmente de origem negra, as quais com a decadência das antigas fazendas passam a compartilhar espaços geográficos nas proximidades e entorno destas, em busca da sobrevivência, da subsistência, configurando uma realidade de valores, tradições e de forte identidade.

A decadência da fazenda, o avanço da legislação trabalhista e o chamado “pagamento de renda” onde boa parte das famílias era obrigada pelo menos duas vezes na semana dar o dia de trabalho aos senhores proprietários, propiciou aos remanescentes que ocupassem uma faixa pequena de área das terras da fazenda e de seu entorno, onde muitos permanecem, ora como posseiros, ora como pequenos proprietários.

A formação desta comunidade aconteceu mediante uma realidade complexa, todavia, mesmo diante de um cenário desenvolvimentista, de modernização da agricultura, são evidentes e muito fortes as influências da cultura africana camponesa junto às famílias. Todo um sistema de cooperação e solidariedade serve como base às experiências vivenciadas por estas famílias e reforçam a nossa crença com respeito à importância do conhecimento tradicional no processo de transição agroecológica. O conhecimento tradicional a qual nos referimos está pautado em processo cultural, que compreende hábitos e costumes repassados por gerações e que evidenciam uma realidade de resistência, sobretudo diante das transformações impostas a esta região.

Tradicionalmente, muitas das experiências adotadas no cotidiano das famílias que vivem em Tapinoã nos reportam a cultura camponesa e, sobretudo, servem como ponto partida à sustentabilidade.

Embora tenha havido mudanças significativas na produção nas últimas décadas, principalmente em face aos incentivos à introdução de culturas consideradas mais promissoras do ponto de vista econômico; de modo geral, as unidades familiares apresentam importante nível de diversidade<sup>3</sup>, explorando culturas tradicionais e mantendo importantes áreas verdes preservadas.

As experiências de Tapinoã constituem um universo ainda a ser desvendado. No entanto observamos que as unidades familiares valorizam o sistema de subsistência e produção diversificada, onde predominam o cultivo de aipim, quiabo, maxixe, abóbora, milho, feijão, amendoim, urucum, laranja e frutíferas. Os mutirões, quase esquecidos pelas comunidades em geral, são experimentados e faz parte da realidade das famílias, visando principalmente os tratos culturais, a fabricação de farinha e atividades sociais. A mandioca desempenha papel importante na subsistência e produção local, onde existem pequenos engenhos destinados à produção de farinha, sola e o biju. As construções de “pau a pique”; os hábitos alimentares que incluem pequenos roedores, a criação de aves e a engorda de porcos, como fonte de proteínas; e, sobretudo a guarda e troca de sementes, plantas e mudas, fazem da comunidade uma referência em suas experimentações para a agricultura familiar e camponesa desta região.

---

3 - Em entrevista a Regina da Conceição (Dona Reis), realizada em 18 de novembro de 2009, constatamos grande diversidade de plantas e cultivos: Pinha, Goiaba, Aipim, Guandu, Laranja, Banana, Coco, Cajá, Manga, Acerola, Fruta de Conde, Amora, Romã, Uva, Maracujá, Tomatinho Cereja, Quiabo, Maxixe, Milho, Batata-Doce, Feijão Preto, Feijão de Corda, Abacate, Jamelão, Seriguela, Fava, vick, poejo, hortelã, novalgina, Alevante, Erva-Doce, Capim-Limão, Cidreira, Erva-Macaé, Sete-Sangria e macela.

A necessidade de aproximar o conhecimento técnico, institucional ao conhecimento tradicional, camponês; nasce em razão das potencialidades endógenas experimentadas por este grupo. A disseminação de tecnologias produtivistas não rompeu em definitivo o vínculo com as tradições. Sabemos das dificuldades em subsistir as pressões impostas por um modelo econômico capitalista, entretanto, as famílias de Tapinoã permanecem como experimentadores de processos, que, sobretudo valorizam a cultura rural.

A nossa opção de dar atenção as sementes crioulas mantidas pela comunidade de Tapinoã é consequência de um momento crucial vivido por tantas comunidades espalhadas por este Brasil e América Latina, que lutam pela vida de suas sementes e pelo conhecimento tradicional.

A partir das sementes crioulas podemos fortalecer o diálogo com a comunidade. As sementes são instrumentos que permitem nossa aproximação com as culturas camponesa e afro descendente. O modo como reproduzem as sementes crioulas, que perpassa gerações, é também o modo como reproduzem as tradições e mantém viva a história rural. As sementes crioulas podem transformar uma realidade e constituir-se em objeto de educação agroecológica.

### **Estratégias simples marcam a história das sementes crioulas em Tapinoã**

Agricultores e agricultoras da comunidade de Tapinoã há mais de meio século utilizam sementes crioulas de milho na subsistência e produção familiar. O milho produzido na comunidade pelas famílias faz parte de suas tradições, herança de seus antepassados. Como relata o seu Manoel Martins de 74 anos e Dona Virginia Clemente Martins de 79 anos:

*“...desde que a gente nasceu planta esse milho, essas sementes são do tempo dos velhos, nunca deixamos a planta acabar... aí nós vem zelando, zelando, eu me casei e fomos zelando, tem mais de 50 (cinquenta) anos...”*



O milho tem sua importância no planejamento da produção e na subsistência das famílias. É consumido principalmente verde, e quando seco serve principalmente às criações (aves e porcos), que são à base da dieta de proteína das famílias. Todavia, o milho tem influência direta na segurança e autonomia alimentar da comunidade. Para a agricultora e mulher rural Dona Genoveva Menezes de Souza:

*“O milho hiba não serve pra gente, o hiba é um milho fraco, não alimenta as galinhas e nem engorda os porcos, o milho hiba deixa os ovos com a gema branca, sem gosto... o hiba é um milho grande e sem nutrientes.”<sup>4</sup>*

Observamos que na avaliação dos agricultores e agricultoras, as sementes crioulas de milho amarelo e roxo, por diversos aspectos, como: plantio em sistema de consórcio com diversas culturas, resistência às pragas, não exigência de insumos químicos, armazenamento por longo período mesmo com a adoção de tecnologias simples, propriedades nutritivas que favorecem a alimentação<sup>5</sup>; são as sementes da preferência das famílias. Para o seu Nelson Santos, de 80 anos, a semente do milho crioulo pertenceu aos pais:

*“...desde que eu me entendi por gente, gente adulta, eu alcancei sempre meus pais, meus avós, sempre com a preferência nesse milho...”*

---

4 - O termo “hiba” citado pela agricultora refere-se ao milho “híbrido”.

5 - Para as famílias o milho deixa a gema do ovo mais vermelha, tornando este mais saboroso.

Outro aspecto relevante a ser considerado é que o conhecimento camponês tradicional recebe influências de outras culturas. Portanto, o conhecimento tradicional interage com o conhecimento técnico, que muitas vezes oferecem planos e projetos de desenvolvimento baseados em tecnologias modernas, como por exemplo, a oferta de sementes híbridas de alta produtividade. Todavia, as sementes de milho crioulo vêm sendo mantidas por gerações e atraindo atenção, contrariando as expectativas dos planos e projetos de ATER.

Na perspectiva da sustentabilidade dos agroecossistemas é estratégico estimular as experiências que tratam do resgate, multiplicação e conservação de sementes tradicionais. Todavia, a iniciativa das famílias de Tapinoã em preservar as sementes da tradição, bem como as práticas associadas ao manejo e conservação das sementes, caracteriza-se como patrimônio cultural da comunidade. Os mecanismos que predominam no processo de conservação, e que ao longo dos anos favoreceram a manutenção das sementes apresentam-se de modo simples, principalmente quanto à forma de armazenamento, garantindo as safras seguintes. As sementes são estocadas em sacos de alvenaria sobre tábuas, na casa de farinha dentro de cestos, em garrafas plásticas, penduradas no teto da cozinha e demais alternativas.

Ocorrendo perda da semente, o sistema de troca entre as famílias é acionado, a simplicidade do processo está centrada em valores. A possibilidade de perda da semente do milho não existe porque as famílias estabeleceram ao longo dos anos uma rede solidária que se caracteriza por sentimentos de confiança, amizade, companheirismo, vizinhança, compadrio, em fim essas relações dão sustentabilidade ao processo de troca e desafiam o conhecimento técnico. A experiência da agricultora Aluirdes dos Santos Teixeira conhecida por Indeco, reforça nossas observações:

*“Já tive dificuldades e fiquei com somente três espigas e tenho dado sementes para muita gente, de graça... Quando acontece da gente perder a gente recorre aos outros e começa tudo de novo.”*

As sementes também podem ser adquiridas na feira. Algumas famílias quando conseguem um estoque representativo de sementes do milho, levam o produto para ser negociado. As sementes de milho, principalmente do roxo são um atrativo para alguns visitantes e acabam muito valorizadas economicamente, ajudando na renda das famílias.

A experiência de Tapinoã demonstra que a produção de milho e as reservas de sementes variam muito de ano para ano. Dependem sobremaneira das condições climáticas. As ausências de chuvas por períodos prolongados afetam diretamente os sistemas de subsistência e produção, que quase por unanimidade necessitam das chuvas para o seu desenvolvimento e reprodução. Conforme relatam os agricultores e agricultoras, ocorrendo clima favorável são realizados pequenos plantios durante praticamente todo o ano, de modo que seja mantida a produção para a subsistência.

*“Normalmente plantamos de março a outubro, se o tempo correr bom. Janeiro e Fevereiro são meses muito quentes. Vamos começar a plantar agora em março, se houver ajuda da Secretaria de Agricultura no preparo das áreas. Em 2008 plantamos em novembro, foi um mês bom, com muita chuva.”<sup>6</sup>*

A dinâmica do clima é que vai orientar a produção para os próximos anos. As técnicas de plantio adotadas pelos agricultores e agricultoras são, no geral, resultados do aprendizado na vida camponesa, fazem

---

6 - João Félix Marinho dos Santos e Genoveva Menezes de Souza possuem um dos bancos familiares mais representativos, no entanto necessitam do apoio no preparo das áreas para o plantio e dependem das condições climáticas.



parte dos saberes e experiências acumuladas pelos familiares, vizinhos e comunidade.

O conhecimento construído, apropriado no decorrer do processo histórico pelas famílias e comunidade, evidencia o tanto quanto necessitamos fomentar uma ciência que possa considerar estas práticas e valorar os conhecimentos da cultura camponesa. O modo como as sementes são preservadas, com reverência a simplicidade do manejo de pequenos bancos familiares, elucida as faces da resistência das famílias no enfrentamento dos limites e riscos, impostos à cultura rural tradicional.

### **Uma comunidade em processo de empoderamento e visibilidade**

A socialização de uma experiência pode trazer ensinamentos muito promissores a uma comunidade e servir a seu empoderamento e visibilidade. A estratégia de fomentar os intercâmbios entre experiências, promovendo o diálogo de saberes entre as comunidades rurais de diferentes regiões e municípios, constitui-se um marco da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ).

A participação da comunidade de Tapinoã nos encontros, reuniões, cursos de formação e intercâmbios regionalizados, foram de fundamental importância para a visibilidade da comunidade e percepção do sentido de autonomia que se quer conquistar para a agricultura familiar.

A partir da interação e diálogo com outras famílias experimentadoras e comunidades rurais portadoras de potencial agroecológico, demos um passo importante em relação a romper o isolamento e desencadeamos um processo de visibilidade.

Destaque à fala do presidente da Associação dos Agricultores e Agricultoras de Tapinoã<sup>7</sup>:

*“Esse milho para a comunidade é uma potencialidade grande, tanto de renda, como para divulgação da comunidade também. Porque a nossa comunidade como já observou a maioria é o pessoal descendente de escravo que trabalhava na fazenda prodígio. Um pessoal que não tinha muitos recursos para derrubar a mata, pra cortar, pra meter máquina de esteira como fazem os fazendeiros. Então a comunidade ficou mais ou menos preservada, com muita área de mata e tal. Então essa situação da agroecologia que a gente já começou a se inserir... Eu acho que o milho é de grande importância até porque a gente começou a divulgar o milho e houve muito interesse das pessoas em conhecer o milho e pegar um pouquinho da semente para plantar e pra ver como é que é. Então eu acho que esse milho vai ajudar na divulgação da comunidade, na forma de trabalho que a comunidade vem fazendo que vive; frente essas situações de milho híbrido, de laboratório, e transgenia. Eu acho que no futuro, talvez eu não alcance, sei lá, pode vir uma coisa boa.”*

Certamente a situação das sementes crioulas vem provocando reflexões e avaliações quanto ao modo de vida e as estratégias de reprodução da subsistência e da produção rural. Todavia o processo de visibilidade pautado no desenvolvimento sustentável requer consciência política e impõe desafios. A visibilidade é sem dúvida uma oportunidade de refletir sobre as nossas atitudes e comportamento.

A comunidade de Tapinoã recebeu em 2009 diversos agricultores para um intercâmbio de sementes, que reuniu experimentadores

---

7 - Roberto dos Santos Figueiredo é o Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Tapinoã, que existe desde 1998.

das regiões das baixadas litorâneas, centro e sul do estado do RJ, favorecendo ainda mais a construção deste aprendizado, despertando o interesse da comunidade em promover a valorização do saber local.



O conhecimento de origem tradicional, quando compartilhado, fortalece o protagonismo das comunidades rurais e gera uma sinergia de poder.

Conquistamos oportunidades importantes no processo de formação política da juventude rural. A participação de jovens da comunidade de Tapinoã no Projeto Campo e Campus<sup>8</sup> abrem novas perspectivas para o comprometimento da geração com os desafios impostos ao futuro da agricultura familiar.

Para os jovens que participam do processo de aprendizagem do projeto, as informações ajudam a fortalecer as atividades rurais e principalmente servem como apoio as pessoas que moram na comunidade, valorizando suas experiências, fazendo com que a auto-estima das pessoas seja elevada, e evitando a desorganização social da comunidade.

*“A gente aqui do campo teve que passar a nossa experiência lá pro pessoal da cidade<sup>9</sup>. Lá eles têm assim pouca experiência do que a gente passa, do que a gente vive, do que a gente produz. Lá quase o pessoal não tem espaço. A gente aprendeu um pouco com eles e eles aprenderam um pouco com a gente.”<sup>10</sup>*

---

8 - Projeto executado pela UFRRJ, dentro do Programa de Intervenção Universitária, com enfoque na agroecologia, em apoio a Juventude Rural.

9 - Referem-se ao período de intervenção que aconteceu respectivamente em julho e janeiro de 2009. Para maiores detalhes ver a experiência Campo – Campus, integrante dessa publicação.

10 - Geovani da Conceição Fernandes, fazendo referência a sua experiência no projeto Campo - Campus.

Percebemos que as experiências não podem subsistir isoladas, acabariam enfraquecidas, sem visibilidade e sem o empoderamento necessário as suas estratégias de resistência. A troca de saberes torna a experiência mais forte e possibilita o entusiasmo entre os mais jovens.

A comunidade, com suas experiências, demonstram ter potencial para uma agricultura de base sustentável, necessitando que sua realidade seja problematizada, seus conhecimentos valorizados, e que sejam feitos investimentos na educação de jovens e adultos, principalmente no que diz respeito à formação em agroecologia.

### Referências bibliográficas

Almeida, P. & Cordeiro, A. Semente da Paixão, *Estratégia Comunitária de Conservação de Variedades Locais no Semi-Árido*. AS-PTA. Esperança – Paraíba. 2002.

Araruama: Panorama de Uma Cidade. *Pesquisadora Maria de Fátima Moraes Rodrigues*. Prefeitura Municipal de Araruama – Secretaria Municipal de Cultura. Araruama. Editora Damadá. 1992.

Caporal, F. R.; Costabeber, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. 24p. Brasília. MDA/SAF/DATER-IICA, 2007.

Chaves-Tafur, J. Aprender com a Prática: uma metodologia para sistematização de experiências. ASPTA/ILEIA. Brasil, 2007.

Revista Agriculturas: experiências em agroecologia. Sementes da biodiversidade. Leisa Brasil. Outubro 2007. Vol. 4 número 3.

# Experiência Agroecológica da Articulação de Agroecologia Serramar

Claudemar Mattos<sup>1</sup>, Jaime Lima Franch<sup>2</sup>, Maria Inês da Silva Bento<sup>3</sup>, Thiago Michellini Barbosa<sup>4</sup>

## Ações de Acompanhamento Técnico, Articulação e Trocas de Experiências voltadas para Práticas Agroecológicas

A Articulação de Agroecologia Serra Mar (AASM) surgiu de iniciativas agroecológicas em propriedades rurais próximas aos remanescentes de Mata Atlântica, numa realidade sócio-econômica de agricultores familiares e assentados rurais. Em conjunto foram realizados plantios de sistemas agroflorestais em áreas de gestão pública, com intercâmbio de experiências e a posterior adequação das técnicas pelos agricultores familiares, como condições que favoreceram o desenvolvimento de práticas agroecológicas e de adequação da produção em unidades familiares agrícolas. As experiências que surgiram com a atuação da AASM foram sistematizadas em forma de entrevistas, fotos, seminários e mapas falados, ferramentas essas utilizadas na compreensão da visão do agricultor sobre sua propriedade e a atuação técnica no planejamento das práticas. A divulgação da Articulação como uma expe-

---

1 - Extensionista Agroecológico

2 - Extensionista Agroecológico

3 - Extensionista Ambiental

4 - Extensionista Agroecológico

riência agroecológica gerou um exercício de reflexão sobre a evolução dos movimentos envolvidos que compõe essa unidade, como estão evoluindo as práticas realizadas tanto no campo com os agricultores e suas unidades de plantio, na construção coletiva do conhecimento agroecológico regional, como na atuação do corpo técnico e as novas demandas que estão surgindo.

A AASM se formou com o intuito de reunir os diferentes atores com atuação no desenvolvimento rural da região, com ênfase na construção de uma proposição coletiva de uma agricultura de base ecológica. De um modo geral, esses diferentes atores identificam que a falta de políticas públicas adequadas à agricultura familiar de base ecológica constitui-se num dos maiores obstáculos a consolidação das propriedades rurais, sejam elas originárias pela tradicional colonização da região ou pelas ocupações e assentamentos de reforma agrária.

A prática agroecológica da Articulação de Agroecologia SerraMar (AASM) se desenvolve com comunidades rurais das Baixadas Litorâneas do Rio de Janeiro, pertencentes à Bacia Hidrográfica dos Rios São João e Macaé - nos municípios de Silva Jardim, Casimiro de Abreu e Araruama. Desde 2004, cerca de 20 famílias de agricultores familiares assentados rurais do Visconde, Sebastião Lan, Aldeia Velha e Cambucaes; cerca de 10 técnicos e agentes de desenvolvimento locais e mais recentemente, 10 famílias de agricultores familiares de Tapinoã se reúnem em torno das práticas agroecológicas.

A agricultura praticada nesta região se caracteriza como de subsistência, valendo-se da força de trabalho familiar, sendo a banana, o feijão, o milho, o inhame e o aipim as principais culturas, embora a maioria dos agricultores possua também pequenas criações de animais, principalmente gado. Devido às condições de relevo acidentado, e a grande

quantidade de áreas de preservação permanente, a agricultura nesta região causa fortes impactos ambientais, que refletem diretamente no potencial produtivo dos solos e consequentemente na produtividade das lavouras, além de gerar alguns problemas com a legislação ambiental, levando os agricultores desta região à insatisfação e ao desestímulo, influenciando a saída dos agricultores para as áreas periféricas das cidades próximas.

Entre outros problemas, ressalta-se:

- O difusionismo tecnológico unidirecional e com o sentido vertical, que vê o agricultor como depositário passivo dos conhecimentos gerados pelas instituições de pesquisa;
- A venda da propriedade rural;
- A expansão territorial da especulação imobiliária e do uso de agrotóxicos;
- Os conflitos ambientais: áreas protegidas por lei x agricultura familiar;
- A ausência de execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável e à agroecologia.

Buscando atenuar tais problemas, uma parceria envolvendo técnicos da Secretaria de Agricultura e Pesca de Casimiro de Abreu (SMAP), da Agrojardim e da Associação Mico Leão Dourado (AMLD), verificaram junto aos assentados de Aldeia Velha e da Fazenda Visconde, assim como junto aos agricultores familiares da região serrana de Casimiro de Abreu, uma forte demanda por alternativas de produção agrícola, mais viável e adequada às condições sociais e ambientais da

região. Tais entidades trabalham na orientação de técnicas e princípios agroecológicos/agroflorestais junto a alguns destes produtores, realizando atividades que estimulam a capacitação e a troca de experiências entre os mesmos, visando a implantação de sistemas agroflorestais em suas propriedades, assim como o incremento de renda e da qualidade de vida destes agricultores.

As ações destas entidades que antes eram isoladas buscaram uma integração a partir da realização de eventos para a apreensão de conhecimentos agroflorestais. Visitas de intercâmbio junto com agricultores do Vale do Ribeira/SP e capacitação com facilitadores externos e internos formaram a base para a implantação de agroflorestas nas propriedades dos agricultores. Atualmente, na existem cerca de quinze famílias de

agricultores familiares, sendo pelo menos sete mulheres, cultivando em sistemas agroflorestais, baseados nos fundamentos sucessionais.



Agrofloresta típica manejada na região com acompanhamento e diálogo entre o Técnico e o Agricultor.

Além dos resultados técnicos conseguidos como o aumento da produção e da agrobiodiversidade, a prática agroflorestal na região serviu para reflexão dos aspectos negativos de imposição da aplicação do crédito agrícola oficial (PRONAF), ressurgimento de olhos d'água, valorização do conhecimento e da importância

das sementes crioulas e conexão de fragmentos florestais. Os agricultores praticantes dos princípios agroecológicos tem tentado e experimentado novas formas de se organizar para melhor comercializar os produtos advindos destas lavouras. Os principais meios de comercialização dos produtos agroecológicos são as feiras locais em Casimiro de Abreu e em Silva Jardim, além das vendas no sistema de porta em porta, sempre atendendo uma clientela fiel.



As linhas de ação da AASM são a implantação de sistemas agroflorestais, o apoio às feiras locais e ao artesanato, e a promoção da construção coletiva e participativa do conhecimento agroecológico no estado do Rio de Janeiro. Para tanto a AASM procura:

- Desenvolver ferramentas metodológicas participativas voltadas à identificação, mapeamento e sistematização e intercâmbios de experiências em agroecologia, desenvolvidas por agricultores familiares;
- Articular os conhecimentos necessários à promoção de processos sustentáveis de desenvolvimento local e territorial, por meio do diálogo entre os saberes construídos pelos agricultores e extensionistas, na execução de ações de transição para a agroecologia;
- Estimular os processos sociais de inovação tecnológica fomentando e difundindo processos de experimentação desenvolvidos pelos próprios agricultores familiares.

Além dos produtos gerados nas lavouras agroecológicas, outros produtos tem sido comercializados pelos agricultores, como o artesanato em fibra de bananeira e sementes florestais e derivados do leite. A adoção desse sistema em suas propriedades vem também contribuindo para a recuperação dos recursos hídricos e da paisagem característica da região, sendo estes os grandes potenciais turísticos para o desenvolvimento econômico sustentável da nossa região. Estas práticas agroecológicas são constantemente visitadas por outros agricultores e técnicos de regiões próximas, estudantes universitários e de escolas públicas.

São exemplos de atividades desenvolvidas nos últimos anos com os agricultores familiares das referidas comunidades: realização de vários diagnósticos participativos, utilizando principalmente uma metodologia de diagnóstico e desenho, com a confecção de mapas da unidade produtiva e a identificação de características ambientais; realização de cursos de capacitação; viagens de intercâmbio; estímulo à realização de mutirões agroflorestais, valorização do artesanato e do mercado local, reuniões de planejamento e o encontro de agroecologia local.

Uma atividade realizada pela AASM é a elaboração do “mapa falado” junto com as famílias dos agricultores. Com esta metodologia, a Equipe Técnica e o agricultor expressam em uma folha de papel pardo a realidade atual da propriedade, e como aquela família deseja que as modificações tornem a sua propriedade com mais práticas agroecológicas, demonstrando na folha de papel os seus sonhos de implementação de obras, plantio de lavouras ou até mesmo de ações conservacionistas ambientais. Esta ferramenta além de favorecer a compreensão da visão do agricultor sobre sua propriedade e a atuação técnica no planejamento das práticas, o sucesso desta metodologia resultou numa ação de compensação por serviços ambientais aos agricultores com boas práticas agrícolas, por meio de recursos do pagamento pelo uso da água executado pelo Consórcio da Bacia do Rio São João.

Na caminhada da parceria aconteceu, desde o ano de 2005, o envolvimento dos técnicos e agricultores da região com o movimento agroecológico estadual composto por outras regiões também com as suas práticas agroecológicas características. Este envolvimento resultou na constituição e identidade da Articulação de Agroecologia SerraMar (AASM), tendo o projeto “Desenvolvimento participativo de metodologias e processos de construção do conhecimento agroecológico no Estado do Rio de Janeiro”, coordenado pela Universidade Federal Fluminense.

minense e pela Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, como um instrumento condutor das suas ações.

A AASM também participa de outro projeto, desta vez articulado com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e outros parceiros, (Campo e Campus – Jovens rurais/quilombolas protagonizando o fortalecimento da agricultura familiar e a construção do conhecimento agroecológico no estado do Rio de Janeiro) objetivando estimular os jovens rurais a procurarem caminhos de formação de qualidade, favorecendo a sua ação como protagonista do fortalecimento da agricultura familiar em bases agroecológicas e promovendo a permanência juvenil no campo.

Assim, espera-se que as dificuldades e problemas do difusionismo das técnicas agrícolas possam ser superados já que a construção coletiva do conhecimento agroecológico por meio da valorização e estímulo às trocas de experiências envolvendo técnicos e agricultores são as principais ferramentas metodológicas utilizadas. Contudo, a carência de recursos financeiros e humanos e as complicações sócio-ambientais da região, são alguns dos entraves ao processo de multiplicação agroflorestal, dificultando que mais produtores adotem tal sistema de cultivo.



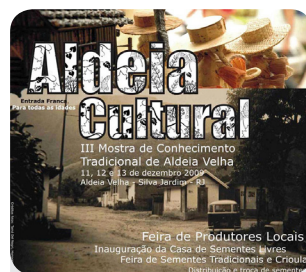
Diferentes etapas de elaboração do Mapa Falado – importante metodologia de acompanhamento técnico praticado com os agricultores da região.

## O processo de criação de uma casa de sementes livres - Escola da Mata Atlântica<sup>1</sup>: da semente ao fruto

Carlos Henrique Nicolau da Silva, Tadzia Maya, Tainá Mie

Através da vivência com comunidades rurais e tradicionais, a Escola da Mata Atlântica (EMA) atua para a conservação e ampliação da diversidade natural e cultural dos ambientes, com um trabalho educacional popular e público. Procuramos estabelecer uma união em rede entre moradores do campo e da cidade, na pesquisa e a democratização de soluções lúdicas e transformadoras para o ensino-aprendizagem; o plantio e o consumo.

Com a proposta do diálogo de saberes, incentivamos tanto o conhecimento produzido em universidades, centros de pesquisa, quanto o Patrimônio Histórico e Natural das próprias comunidades tradicionais, entendendo a cultura como um bem comum livre de patentes.



Aldeia Velha, no município de Silva Jardim-RJ é um desses lugares mágicos que desperta a vontade de interação entre pessoas, culturas e natureza.

Os Projetos/ a realidade “Escola da Mata Atlântica”; “a Casa de Sementes Livres”, “a interação cultural” são expressões da agroecologia em terras fluminenses.

1 - EMA – Educação Popular em Plantas Medicinais, Agroecologia e Cultura Livre. Estrada do Macharet, s/n. Aldeia Velha – Silva Jardim – RJ. CEP 28835-000. Carlos, Tadzia e Tainá são Coordenadores do Projeto. Site: [escoladamataatlantica.org.br](http://escoladamataatlantica.org.br) - Email: [escoladamataatlantica@gmail.com](mailto:escoladamataatlantica@gmail.com)

Por isso, valorizamos as escolas, os mais velhos, a história oral, as sementes nativas e caipiras, do mesmo modo que os softwares livres, o cinema e as bibliotecas.

Nosso trabalho teve início no ano de 2006, em Aldeia Velha, distrito de Silva Jardim (RJ), trabalhando com a pedagogia do diálogo de saberes, realizando cursos e vivências com as temáticas de agroecologia e plantas medicinais, sob a perspectiva da educação pública e do conhecimento livre, mantendo-nos atentos ao debate e às necessidades da educação rural.

A Escola da Mata Atlântica norteia-se pelos princípios educacionais de Paulo Freire e de outras pedagogias alternativas (Morin, Waldorf, Freinet, Rubem Alves etc.) e tem como uma de suas diretrizes a integração da Casa de Sementes Livres com as atividades regulares da Escola Municipalizada Vila Silva Jardim, de Aldeia Velha, propondo que o espaço educativo não se restrinja apenas à escola, apesar dela ser um dos focos de nosso trabalho.

Dessa forma, realizamos diversas atividades de educação ecológica em diferentes locais: desde o coreto da praça, até os jardins da Escola Municipal.

Nossas principais missões são:

- A inserção de temas agroecológicos, sobretudo a dinâmica de funcionamento da Casa de Sementes Livres, no currículo formal da Escola Municipalizada Vila Silva Jardim (EMVSJ), respeitando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) com vistas a tornar a educação ambiental um tema verdadeiramente transversal no cotidiano escolar;

- Transformação dos espaços da comunidade em quintais agroecológicos de produção e transmissão de conhecimento, priorizando a mesma Escola Municipal, com a construção de composteiras, hortas e viveiros;
- Valorização da alimentação viva, merenda diversificada e comprada localmente,
- Defesa da tecnologia livre (softwares e ferramentas), educação artística e lúdica e valorização da rede de transmissão oral, através de mestres e griôs<sup>2</sup> comunitários.

Nossos principais eixos de atuação são:

- Plantas medicinais como cultura e saúde alternativa;
- Agroecologia como movimento social para fim do agronegócio e soberania alimentar dos povos;
- Agricultura familiar para geração de renda no campo;
- Sementes caipiras (crioulas) como patrimônio dos povos;
- Cultura livre contra a propriedade intelectual;
- Êxodo urbano na construção de micros e médias cidades culturais.

---

2 - Griô é uma palavra francesa incorporada em diversos países africanos e que denomina pessoas que são contadores de histórias, genealogistas, mediadores políticos, comunicadores, cantadores e poetas populares.

## Histórico do grupo

Visitando e morando em Aldeia Velha, estudantes de diferentes áreas se depararam com uma rica cultura rural: “*Vocês podiam nos ensinar isso tudo!*” Pedíamos. Mas a cultura digital e o acesso aos livros, pessoas e técnicas também encantavam os moradores da vila: “*Nos ensinem e nos coloquem em contato com esse mundo!*” eles também pediam. Assim surgiu a idéia de se construir uma escola, onde todos pudessem aprender e ensinar mutuamente.

A EMA nasce como coletivo formado por jovens universitários e moradores locais e tem em sua gênese a consciência do dever de retorno social aos investimentos públicos em educação técnica e superior, através de projetos de extensão, integrando à população local, cientistas, universitários, estudiosos sobre tecnologias sustentáveis, buscando no coletivo aos frutos da fusão dos conhecimentos tradicionais e contemporâneos.

O elo entre as gerações, pouco presente na nossa sociedade atual, foi um acentuador da re-valorização do conhecimento tradicional; o papel da juventude consciente é rever os valores na construção de uma nova relação entre grupos sociais e faixas etárias. Assim, no embate com os atores sociais locais foi constatada a demanda por atividades culturais e através delas se buscou a relação com os temas: soberania alimentar, agroecologia e redes de produtores.

Em novembro de 2006, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense, a Escola da Mata Atlântica mapeou os produtores rurais de Aldeia Velha e produziu um documentário sobre o vilarejo, chamado “Aldeia Velha e suas raízes”. No evento, “Aldeia Cultural: I Mostra de Conhecimento Tradicional de Aldeia Velha”, rea-

lizado no dia 9 de dezembro daquele ano, a Rede de Produtores Rurais foi inaugurada com oficinas, exposições históricas e de produtos, além da estréia do documentário.

### **A casa de sementes livres**

Em 2007, a EMA e a Interface Pública (IP), projeto de difusão de ferramentas livres de comunicação na área urbana do Rio de Janeiro, firmaram parceria com o Banco de Sementes Livres do Rio Grande do Sul, a fim de construir uma Casa das Sementes Livres, também em Aldeia Velha.

O termo de parceria foi firmado entre a ONG Verde Cidadania, parceira das comunidades tradicionais do estado e a Associação do Software Livre (ASL), do Rio Grande do Sul, que já havia destinado parte da sua renda para a distribuição de sementes crioulas aos índios Guaraní Kaiowa do Mato Grosso do Sul e disponibilizou para a EMA 5 mil reais, também para a compra e distribuição de sementes.

No entanto, durante a assinatura da parceria o coletivo decidiu que o mais eficaz não era somente comprar e distribuir sementes como ação pontual, mas arranjar uma maneira de multiplicar o processo, tornando-o permanente. Assim se chegou à proposta da construção de um banco de sementes.

A principal razão da criação da CSL surge justamente da consciência da extinção acelerada da agrobiodiversidade em todo o planeta, em conjunto com a necessidade de valorizar a cultura rural, uma vez que o patrimônio das sementes inclui receitas de pratos típicos, se relaciona com festas de plantio e colheita e com diversos outros aspectos artísticos e lúdicos das comunidades.



Por fim, também se objetivou gerar renda no campo com práticas sustentáveis relacionadas à CSL, como viveiros de mudas nativas, hortas agroecológicas e, para o futuro, venda de sementes em processo semelhante ao vivenciado pela Bionatur, cooperativa de sementes agroecológicas do Rio Grande do Sul.

A CSL foi construída para ser um espaço de pesquisa, armazenagem e difusão de sementes tradicionais – as sementes crioulas, caipiras, caixaras e todas aquelas guardadas e utilizadas por camponeses há milhares de anos. Ao mesmo tempo esse espaço também serviria para difusão de softwares livres, códigos de computadores que podem ser estudados, aperfeiçoados, copiados e distribuídos livremente, podendo inclusive ser vendidos, pois o livre não se refere a gratuito, mas sim à liberdade de transmitir o conhecimento.

E o que une esses dois mundos aparentemente tão diversos? A salvaguarda de nossos bens comuns, patrimônio imaterial dos povos e culturas do mundo que sempre foi trocado e aperfeiçoado para sustento e proveito de comunidades inteiras e que agora se vê ameaçado por multinacionais com a multiplicação de patentes. Partindo deste conceito, o acesso às sementes livres associa-se à disseminação do próprio conhecimento livre. Nesse sentido, a re-apropriação desses bens comuns funciona como semente de uma nova visão de mundo da população.

Para iniciar o projeto, o grupo gestor realizou uma pesquisa na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), visitando os departamentos de Agronomia e conversando com os professores. A tarefa da construção do banco foi tida como complicada e difícil de realizar. No entanto, na Fazendinha Agroecológica da Embrapa o pesquisador Raul de Lucena encorajou a EMA a realizar a empreitada

dando dicas de armazenamento e oferecendo uma pasta para o projeto dentro do banco de germoplasma da instituição.

A construção da sede do projeto foi um período de grande aprendizado para o coletivo da EMA – considerando que todos eram muito jovens - pois incluiu desde a liberação de uma parte do terreno da escola local junto à Secretaria de Educação municipal até a construção efetiva da casa, acompanhando a obra desde sua fundação até a instalação do telecentro.

Neste processo, os integrantes da EMA protagonizaram o mutirão de embarreamento das paredes da casa, que foram feitas com a técnica do pau a pique – já quase esquecida e muito desacreditada na comunidade – que foi indicada em muitas pesquisas como construção ideal para conservar sementes, pois não varia a temperatura.

Concluída a construção, a primeira ação para o início das atividades da CSL foi um curso de esclarecimento e troca de experiências. Os atores sociais convidados colaboraram com conhecimentos e materiais para o início dos trabalhos. Um dos problemas encontrados foi o afastamento da população local das práticas agrícolas e consequentemente a dificuldade em encontrar guardiões e guardiãs para as sementes crioulas.

Por isso a pesquisa estendeu-se para a Serra do Macharet – região circunvizinha – onde muitos agricultores foram visitados e onde também encontramos guardiões do já raro milho branco.

Nesse período de pesquisa apreendemos que a importância fundamental da formação de bancos de sementes se dá não só pela real ameaça de extinção das sementes crioulas/caboclas, substituídas pe-

las transgênicas, mas fundamentalmente porque a posse de sementes de qualidade é a garantia de um processo satisfatório/ autônomo de produção de mudas, plantio e colheita.

No segundo semestre de 2008 a Casa de Sementes funcionou como Laboratório Digital em Software Livre. A Secretaria de Promoção Social financiou o salário de um instrutor durante 3 meses que ensinava informática básica para os moradores, com atenção especial à turma do EJA – Educação de Jovens e Adultos. Três vezes por semana a casa era aberta para a população local interagir com o mundo digital livre.

A EMA iniciou o ano de 2009 com a apresentação de uma proposta pedagógica do funcionamento Casa das Sementes às professoras da EMVSJ. As professoras concordaram com a importância do tema e pediram mais subsídios teóricos e práticos para possibilitar o interagir com as suas atividades. Desse modo, desenhamos um curso de formação, denominado “Da Semente ao Fruto” para educadores, estudantes, agricultores e a comunidade rural do entorno, e o apresentamos às Secretarias municipais de Meio Ambiente e de Educação de Silva Jardim.

O curso ofereceu debates, palestras, filmes e material didático diferenciado, além de atividades, para possibilitar, sobretudo, aos educadores ferramentas para a gestão da Casa de Sementes Livres. Assim, os educadores poderiam posteriormente inserir e adaptar essas atividades no cotidiano escolar, ajudados pela reflexão pedagógica pautada na referência de Paulo Freire e da Escola da Ponte/ Portugal, referência esta estabelecida pela visita de seu fundador – José Pacheco, que esteve na EMA ao final de 2007.

## Os frutos

Como material de difusão do conhecimento gerado durante o curso, foi proposta a criação da Cartilha Ecopedagógica, construída pelas professoras da EMVSJ, em parceria com a EMA, apoiada pela Secretaria de Educação do município. A cartilha será distribuída entre as outras escolas rurais da região, e também poderá servir como material de referência para outros projetos de agroecologia e de educação ambiental.

Nas avaliações das professoras sobre o Curso de Formação “Da Semente ao Fruto”, pudemos observar a importância de trazeremos ao corpo docente da escola novos dados, informações, experiências, e sobretudo técnicos e atuantes destas experiências bem sucedidas, como forma de incentivo e disseminação de outras realidades semelhantes à encontrada na comunidade.

Na reunião de avaliação, foi de extrema importância para nosso trabalho ouvir das professoras elogios e críticas bem fundamentadas, comentários sobre a “exclusividade” do curso, o respeito às professoras, a “oportunidade de igualdade” que foi vivenciada, e sobre como se sentiram valorizadas; tudo isso retorna para nós como resposta positiva ao trabalho e incentivo à sua continuidade.

Outros resultados do curso foram: a implantação de um Sistema Agroflorestal (SAF) na Escola local, que serve de referência para toda a comunidade; além da própria implementação de técnicas de armazenamento e de preservação das sementes nativas locais e de sementes caboclas regionais.

Pontos Fortes e Fracos identificados no processo de avaliação da “Construção da Casa de Sementes Livres”.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inserção nas dinâmicas locais: com inclusão da temática das sementes na Agenda da rede municipal de educação;</li> <li>• Participação e conquista do Edital Escola Viva do Ministério da Cultura, reconhecendo o trabalho;</li> <li>• Vivência de Coleta de Sementes na mata com o agricultor agroecológico Milton Machado;</li> <li>• Dinâmica de trabalho em rede, com diálogo de saberes e inserção em redes de envolvimento sustentável: “pontos de cultura” “movimento de comunidades alternativas”, “software livre” e agricultura familiar.</li> <li>• Evolução e consolidação do processo e da confiança da comunidade no grupo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de estrutura para continuidade das ações pontuais,</li> <li>• Falta de apoio financeiro e ao mesmo tempo de capacitação técnica para a formulação de alternativas de geração de renda;</li> <li>• Dificuldade com a desilusão política da comunidade, com movimentos de organização social;</li> <li>• Falta de apoio e de interesse das redes de meio ambiente e de agroecologia na implantação do projeto.</li> </ul>

## A escolinha de agroecologia: reconstruindo conhecimentos de forma participativa

Juvenal José da Rocha<sup>1</sup>, Alcimaro Honório Martins<sup>2</sup>

A Escolinha de Agroecologia é uma experiência desenvolvida pela Comissão Pastoral da Terra com o apoio de organizações na Região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro. O público alvo desta experiência são os camponeses e as camponesas da agricultura familiar.

A articulação e a mobilização acontecem através de visitas, contatos e intercâmbio com experiências de outras regiões do estado e também de outros estados, através da realização de parcerias com entidades, movimentos e organizações da sociedade civil que atuam e apóiam a agricultura familiar.

Um dos principais objetivos é fortalecer a reforma agrária e os pequenos agricultores tradicionais da Região Norte Fluminense; para isso, buscou-se ampliar e fortalecer as relações entre agricultores/consumidores e técnicos, que partilham a intenção de contribuir para a troca de experiências sobre conhecimentos alternativos agroecológicos, para o enfrentamento ao agronegócio, apoiado no latifúndio e nos monopólios agroindustriais e financeiros nesta Região.

---

1 - Sociólogo. Agente da Comissão Pastoral da Terra. Email: [cptrj@oi.com.br](mailto:cptrj@oi.com.br)

2 - Graduado em filosofia pela PUC Minas. Agricultor Familiar no Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares e colaborador da CPT núcleo Campos RJ. Email: [alcimaromartins@bol.com.br](mailto:alcimaromartins@bol.com.br)

## Uma proposta alternativa ao modelo monocultor

A revolução industrial européia iniciada na Inglaterra no século XVI cuja expansão pelo mundo e amadurecimento se dá, sobretudo, a partir do século XIX, desencadeou um processo de abandono lento e progressivo de práticas agrícolas de caráter complexo, que envolviam rotações de cultura, controle biológico de pragas e a integração agricultura/pecuária (Terra, 2008). No Brasil, este projeto de revolução teve início a partir da era Vargas, na década de 1930. Contudo, é a partir da década de 70, período da ditadura militar, que o estado brasileiro adere à concepção de progresso industrial voltado também para a área rural causando consequências, tais como: a mecanização e o aumento da monocultura, o uso em larga escala do agrotóxico e o êxodo rural.

Na Região Norte Fluminense, que é historicamente governada pelo coronelismo com forte influência do monocultivo da cana-de-açúcar, a expressão do modelo de desenvolvimento pelo latifúndio, evidencia os seus danosos efeitos, no âmbito social, ambiental, político, econômico e cultural.

É nesse contexto de descontentamento com a prática dos usineiros e sob a motivação dos movimentos sociais de luta pela reforma agrária, que alguns camponeses/as da Região Norte Fluminense vêm buscando romper com a tradição herdada das usinas, ao que se propõem a fortalecer a prática da agricultura familiar que tem como características: a relação de cuidados com a terra, o fortalecimento dos vínculos sociais, culturais, econômicos e políticos.

No intuito de articular pessoas e organizações que já desenvolviam de alguma forma experiências agroecológicas, buscou-se criar um espaço onde houvesse a possibilidade de reflexão/ação sobre um mo-

delo de desenvolvimento para a agricultura familiar pautado principalmente na diversidade, na participação coletiva, no respeito às diferenças e aos “saberes populares”. Dessa busca nasce a Escolinha de Agroecologia: pois o pequeno produtor, conforme apontam os últimos Censos Agropecuários do IBGE, mesmo com o “vento contrário”, mostra-se resistente. (Terra, 2008).

A carta política do segundo Encontro Nacional de Agroecologia - II ENA também confirma a resistência da agricultura familiar. Registrou-se que o encontro realizado em Recife entre os dias 02 e 06 de junho de 2006, contou com a presença de 1.730 trabalhadores e trabalhadoras do campo de todos os estados brasileiros, com participação majoritária de trabalhadores e trabalhadoras rurais que apresentaram diversas experiências ligadas a diferentes temáticas tais como: técnicas de produção agroecológica, comercialização e acesso a políticas agrárias.

A Escolinha de Agroecologia quer somar neste embate político, sendo mais um espaço onde os agricultores e agricultoras possam trocar idéias e práticas na busca de estratégias viáveis de superação nesta luta de forças antagônicas, entre a agricultura familiar e o agronegócio monocultor.



Quadro 01 - Composição da Turma de 2010

Composição e origem dos participantes da Escolinha - Turma de 2010				
Município de origem	População			
	Homens	Mulheres	Amplitude etária	Inserção ocupacional
Campos dos Goytacazes	17	19	Adultos e jovens	Assemtados, quilombolas e pequenos proprietários
São Francisco do Itabapoana	3	4	Adultos e jovens	Assemtados e quilombolas
São Fidélis	2	-	Adultos	Arrendatários
São João da Barra	-	1	Adulta	Pequena proprietária
Cardoso Moreira	2	-	Adultos	Assentados

## Uma experiência agroecológica e sua história

Organizada pela Comissão Pastoral da Terra, a escolinha de agroecologia iniciou-se no ano de 2005, para atender à demanda de assentados da Reforma Agrária e de alguns agricultores tradicionais, que buscavam apoio para aperfeiçoar seus conhecimentos agroecológicos e intercambiar suas práticas.

A concretização da experiência vem possibilitando não só a reflexão-ação com base no modelo alternativo de desenvolvimento para a agricultura familiar, como também a multiplicação das experiências na Região. Tal processo de troca e intercâmbio se desdobrou em inúmeras dinâmicas que permitiram o desenvolvimento de novas experiências a partir dos agricultores/as, como a auto-sustentação de um Grupo de Produtores que vem promovendo a Feira dos Produtos Alternativos e a Feira dos Produtos Agroecológicos na Universidade Estadual do Norte Fluminense com o apoio de alguns professores desta Instituição.

Pode-se afirmar, deste modo, que a escolinha se constituiu como espaço de construção e troca de experiências do conhecimento agroecológico, entre agricultores/as, consumidores/as de produtos agroecológicos; assim como entre técnicos, estudantes e professores.

No início, procediam-se as atividades teórico-práticas propostas a partir das demandas dos agricultores, em diálogo com os conhecimentos já construídos e elaborados neste campo por professores da Universidade Federal de Viçosa; posteriormente inseriu-se no processo também alguns educadores e graduandos da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, atual parceira do Projeto.

Em relação à infra-estrutura, no que diz respeito ao espaço para realização da escolinha, que ocorre mensalmente, as atividades ocorrem entre os espaços da Universidade Federal Fluminense – UFF, de Campos RJ; da UENF e, ainda, em lotes/glebas dos camponeses/as que participam da experiência em Campos dos Goytacazes RJ.

A Associação dos Petroleiros da Bacia de Campos, nesse período, teve uma participação relevante, contribuindo com a alimentação através de doação de Cestas Básicas, oferecidas à Pastoral, mensalmente.

Neste mutirão de apoios que a Escolinha inspira a mais de 05 anos, os Pequenos Projetos da Igreja no Brasil têm uma participação muito significativa, através dos Projetos aprovados pela CESE e pela CARITAS BRASILEIRAS.

A Escolinha, como experiência educativa, já contribuiu com a formação de mais de 250 camponeses e camponesas, possibilitando uma maior compreensão sobre a referência agroecológica, associada à apropriação de técnicas alternativas de cultivo e ao intercâmbio de experiências já praticadas há anos pelos camponeses, porém geralmente de forma isolada.

### **A escolinha: uma metodologia participativa**

Um dos princípios básicos da escolinha é a metodologia participativa, pois as ações realizadas têm como base acolher e motivar a participação de todos/as. O encontro começa com o café da manhã que é preparado geralmente com os alimentos agroecológicos produzidos pelos agricultores familiares dos assentamentos.

Na organização do espaço busca-se o ordenamento dos objetos e das pessoas de forma a possibilitar o nivelamento pela interação entre os

presentes, constituindo-se o espaço de troca entre os sujeitos. Tudo é valorizado! O momento da alimentação é também de comunhão transformando-se em símbolo de resistência e de re-construção da vida. Assim, diante da mesa do café celebra-se o pão partilhado por todos e cada um consome o que precisa.

Este é também um momento de encontro/reencontro onde os participantes de maneira geral se preparam para as atividades propostas. Após o café da manhã, a “abertura oficial” do curso se dá geralmente com uma reflexão chamada de mística, quando se forma uma grande roda de acolhida onde os participantes se reúnem entorno de alguns símbolos da natureza como terra, água, sementes e instrumentos musicais, sendo motivados a expressarem o que esperam do encontro.

Neste clima de interação os participantes são acolhidos, canta-se algumas músicas populares que refletem as questões dos saberes tradicionais do homem do campo e a partir deste momento as aulas começam. Geralmente subdivide-se o grupo em duas turmas. Dentro das salas de aula ou nas visitas de intercâmbio às experiências locais, que são escolhidas no encontro anterior pelos próprios participantes; cria-se um ambiente onde os participantes ficam à vontade para esclarecer suas dúvidas ou fazerem suas contribuições em relação ao tema abordado, geralmente uma demanda das práticas desenvolvidas nos lotes/glebas dos/as camponeses/as.

O curso é dividido em três fases, de um ano de duração. Os conteúdos teóricos de cada etapa vão desde informações sobre pragas e técnicas de controle, com uso de fitoterápicos e de produtos homeopáticos, até o manejo do solo e aplicação de técnicas de diagnósticos para tratamentos agropecuários. A partir de 2008, a proposta metodológica ganhou mais um elemento, que é a visita aos lotes e comunidades dos partici-

pantes que desde a primeira turma implementam seus experimentos práticos pautados pelas reflexões na escolinha.

A partir deste espaço, os agricultores percebem os avanços, os problemas e desafios da efetivação de um modelo alternativo de desenvolvimento para a agricultura familiar; propõem e reformulam suas idéias, alimentados pelo diálogo com professores, estudantes, lideranças e técnicos de movimentos e organizações sociais, visualizando novos caminhos para a agroecologia na Região Norte Fluminense.

### **A análise de alguns participantes da escolinha**

Para a sistematização desta experiência contamos com a participação de duas agricultoras, três agricultores, um agente da Pastoral da Terra e uma integrante da Rede Fito Vida, todos envolvidos na experiência descrita.

O grupo foi unânime ao apontar como positiva a participação da juventude no espaço de formação promovido pela escolinha de Agroecologia. Os jovens que participam da escolinha são filhos de agricultores de assentamentos e de acampamentos da região e, ainda, jovens universitários do curso de agronomia da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

No segundo semestre do ano de 2009, os jovens do curso de agroecologia promovido pela Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro (AARJ) e pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) enriqueceram a escolinha com sua presença e troca de experiências adquiridas no curso. Fazem parte deste grupo, além de filhos de assentados e acampados, dois jovens da comunidade quilombola de Cafuringa, Campos RJ.

*“A participação do jovem na discussão agroecológica nos traz a esperança de que este conhecimento não vai acabar” (Catarina/agricultora);*

*“Os filhos muitas vezes ensinam aos pais sobre determinado conhecimento agroecológico” (Sr. Vigan/agricultor);*

*“A interação das experiências locais com experiências de dimensões regionais e/ ou estaduais como, por exemplo, o projeto juventude e agroecologia desenvolvido pela Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro (AARJ) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) possibilitam a reflexão sobre a construção de metodologias que contribuem para a inserção dos jovens nesta discussão” (Viviane/REDE FITO VIDA).*

Revela-se que a Escolinha de agroecologia é uma ferramenta pedagógica-metodológica que contribui na promoção das experiências a partir de seus territórios, de distintas formas e modos de vida, que permitem pensar um amanhã melhor.

Nestes poucos anos de caminhada este trabalho despertou o aprendizado coletivo, contribuiu com diversos aprendizados, tanto para os/as agricultores/as quanto para a equipe da Pastoral da Terra e seus parceiros, agricultores, professores, estudantes, técnicos. Um dos mais recentes desdobramentos – a participação da juventude – pode ser visto como resultado da articulação entre as redes locais, regionais, estaduais e nacional de agroecologia.



Cena típica do ambiente da Escolinha de Agroecologia de Campos.

## **Desafios a serem enfrentados para a continuidade da experiência**

- Tornar os Educandos, Educadores Locais.
- Convencer, a cada Ano, um Grupo de Camponeses a assumir de forma sistemática o processo de Formação em Agroecologia.
- Manter os apoios, as parcerias para garantir a qualidade do conteúdo e da dinâmica da Experiência.
- Mobilizar recursos que garantam o pagamento de, pelo menos, parte do orçamento necessário para sua realização.
- Ampliar as parcerias com outras instituições de Educação para que as experiências possam influenciar na formação dos novos Técnicos e chegar a um maior número de camponeses.

## **Referências bibliográficas**

**Carta Política II ENA.** Recife, 2006.

**Terra, Maria Alice da Costa:** O uso de agrotóxicos no assentamento zumbi dos Palmares em campos dos Goytacazes- RJ: Identificando percepções, conhecimento e práticas. Campos 2008.

**Caderno de Agroecologia do Regional da CPT ES/RJ –** Receitas e Práticas Agroecológicas – Abril de 2007.

## Iniciativas de destaque na transição agroecológica identificadas pela Cooperativa CEDRO no Programa de Assessoria Técnica, Ambiental e Social à Reforma Agrária no Rio de Janeiro – dezembro/2005 a agosto/2009

Alexandre Magno Lopes Gollo<sup>1</sup>

A caminhada no processo de transição agroecológica no estado do Rio de Janeiro tem se efetivado por múltiplas trilhas de elevado grau de dificuldade, algumas vezes interrompidas, noutras reunidas em trechos alargados e estimulantes, como bem se pode associar aos Encontros regionais, estaduais e temáticos que têm sido promovidos por seus atores e respectivas parcerias na dedicação ao fortalecimento de referências autônomas para as relações de produção na agricultura e de fundação na sociedade.

Este artigo pretende registrar duas dessas experiências que estão se de-



Encontro Regional de Agroecologia do Norte Fluminense. Projeto de Assentamento Pref. Celso Daniel – Macaé. 23 a 25/10/2008.

---

1 - Eng<sup>o</sup> Agrônomo / Cooperativa CEDRO



envolvendo e que no processo de prestação de serviços ao Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES, do INCRA, pela Cooperativa CEDRO, tivemos a oportunidade de vivenciar e de facilitar a interação com o conjunto do Movimento pela Agroecologia em eventos de âmbito estadual e no segundo ENA – Recife/2006.

As experiências de “Maria Baixinha”, em Conceição de Macabu e da Brigada Ambiental coordenada pelo “Gilmar Barbudo” em Macaé têm em comum a inserção em realidades de assentamentos de Reforma Agrária na região Norte Fluminense; ambas as áreas oriundas de desapropriação de propriedades de Usinas de Açúcar, que nos anos 1970/1980/1990 intensificaram o processo de exaustão dos solos pela sequência de monocultivos de Cana, com mecanização; manejo químico e fogo precedendo o corte das lavouras.

Destacam-se essas duas experiências – A CEDRO no período de dezembro de 2005 a agosto de 2009 trabalhou com 850 famílias em oito Projetos de Assentamento. – no caso da Maria Baixinha, pela força do significado do seu trabalho, Mãe e provedora de Família, marginalizada no sistema da Reforma Agrária que não lhe reconhece um registro de assentada, tampouco créditos ou recursos oficiais e mesmo assim tem em seu lote de produção o reconhecimento de seus pares de que trata-se de uma referência de minoria, em matéria de subsistir do que produz, além das práticas desenvolvidas terem recuperado água e parte da diversidade em uma área degradada;

No caso do Gilmar e de sua família pelo engajamento coletivo nas ações de promoção do meio ambiente, como na instituição da brigada ambiental “anti-incêndio”, com apoio da Defesa Civil do Município de Macaé; ou do empenho para a articulação de produtores e articulação de ações campo-cidade, como na coleta de enxames de abelhas na Ci-

dade de Macaé, para reprodução de colméias em lotes do Assentamento, numa atuação que deflagrou novos ciclos de organização no assentamento.

Ambos os produtores vivenciaram as atividades da articulação pela Agroecologia no estado do Rio de Janeiro, Dona Maria desde 2006 e Gilmar mais intensamente entre 2008 e 2009, tendo sido sua atuação no Assentamento fundamental para a realização do Encontro de Agroecologia da Região Norte, em outubro de 2008. As respectivas experiências estão identificadas no rol dos promotores da agroecologia no Rio de Janeiro.



Em destaque: Gilmar - CEDRO ATES - 2008.

Maria Pereira Braga é natural do estado de Goiás, onde nasceu em 1960. Desde criança trabalhou no campo, veio para o Rio de Janeiro na expectativa de melhorar de vida; conseguiu serviço no corte de cana, para a antiga Usina de Carapebus - Norte Fluminense. Pela força e pela graça, se destacou nos ciclos seguintes quando passou a exercer papel de “gato” ou Coordenadora de turma – papel geralmente associado aos homens.



D. Maria recebe comissão de outro PA em seu lote. CEDRO ATES - 2007

Teve três filhos (dois ainda residem com ela) e em 1996 vivia em relação conjugal com um segundo parceiro quando, através de uma ação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, participou da ocupação das fazendas Capelinha I e II, sendo contemplados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária-PN-RA com um lote de 17 hectares na Gleba B do Projeto de Assentamento Capelinha, instituído em Conceição de Macabu.

Maria viu a oportunidade de conquistar a posse de uma área para produção e se dedicou ao acampamento, nascia a Maria Baixinha de Capelinha. Embora registrada no Sistema de informação do INCRA – SIPRA como cônjuge, o titular do Lote era o seu companheiro; em nome deste saíram todos os créditos e recursos do INCRA, PROCERA e PRONAF. Estes recursos foram investidos em gado de leite e mesmo em atividades externas ao lote. Sem influência na aplicação dos recursos, Maria se dedicava a plantios diversificados, adotando o feijão guandu e o feijão de corda como plantas pioneiras no processo de produção e de recuperação dos solos. Com plantas frutíferas e nativas procurava recompor a vegetação de uma grota, donde ressurgiram nascentes de água.

Ao final dos anos 1990 separou-se do companheiro, levando a uma divisão informal do Lote, o que tem trazido transtornos, inclusive judiciais, com uma ação de “reintegração de posse” impetrada pelo ex-companheiro contra ela na Justiça Estadual, no Foro de Conceição de Macabu.

O sistema de produção adotado pela Maria Baixinha é movido pela força de trabalho familiar: ela, sua filha Ana e suas três netas (Ana é mãe solteira) realizam as atividades produtivas. Maria e Ana trabalham nos plantios e nas colheitas; todas ajudam na debulha do guandu e do feijão de corda (Caupi) que, na safra, semanalmente são empacotados em sacolas de ½ Kg e conservados na geladeira para serem levados à feira de Macaé que se realiza aos sábados. O filho ajuda com um reboque, ao que leva as bolsas de mercadorias até o ponto de ônibus; Maria se desloca de ônibus até a feira, onde monta sua barraca e organiza os produtos, seus e de vizinhos de Capelinha, para a venda.

Os feijões Guandu e Caupi se tornaram “carros-chefe” de uma produção que se diversificou a partir da melhoria do solo na área cultivada.

Hortaliças, temperos, laranjas, ovos e mesmo frangos, sob encomenda, passaram a compor o cardápio de produtos oferecidos na bancada da Feira em Macaé. No rumo do Sítio uma cerca viva com árvores de Sábia (sanção do campo) agrega elementos de silvicultura à economia do Lote. Todas as atividades são desenvolvidas sem o uso de agrotóxicos o que revela um valor a mais na experiência da D. Maria.

No Projeto de Assentamento Capelinha, face à extensão da degradação ambiental herdada da antiga Usina e da forma de manejo com o solo, é comum o discurso de que nada se produz no assentamento. Durante realização dos trabalhos do Plano de Recuperação do Assentamento, CEDRO/2006, Dona Maria Baixinha foi referencia de 04 entre 09 produtores distribuídos pelas cinco Glebas do Assentamento, em dinâmica de “informantes qualificados”, como exemplo em que o beneficiário conseguia sobreviver do trabalho do Lote. Este trabalho indicou que 25% das famílias do PA encontravam-se nessa condição.

O diferencial no caso da Senhora Maria Pereira Braga – D. Maria Baixinha – é a sua determinação e a força de trabalho; o que influenciou na conquista do espaço na feira de Macaé (outro município e que por várias vezes tentou negar o acesso de Dona Maria à feira); como está sendo no caso da sua manutenção na terra: casa e lote, desassegurada por uma burocracia que não consegue lhe incluir plenamente no PNRA. A atenção recíproca com os filhos e com as netas, além da disposição em receber vizinhos e outros agricultores para dar o seu depoimento de vida e de trabalho, também compõe este quadro diferencial.

Em 2006 a D. Maria participou do 2º ENA/ Recife, onde apresentou sua experiência sob o título: “Contornando as adversidades de 60 anos de cultivo de Cana-de-açúcar”, relacionada aos temas “Agrobiodiversidade e Reforma Agrária”. Ao retornar do Encontro descobriu que todo

um eito (uma Linha) de árvores de sabiá – que ela havia plantado e cuidado – fora cortado e vendido pelo ex-companheiro, na sua ausência. Seu lote tem sido visitado por distintos grupos do Movimento agroecológico do Rio de Janeiro.

Gilmar Monteiro, o Barbudo, ingressou no processo da Reforma Agrária através das discussões promovidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio das Ostras, nas reuniões de planejamento de ocupação das áreas da fazenda Cabiúnas, que pertenciam à Usina de Carapebus, desativada no final dos anos 1990. Vivenciou a conquista do direito à ocupação da propriedade, a que chamaram Projeto de Assentamento Prefeito Celso Daniel. Seu principal papel no início do assentamento era fazer a “vigia”, por uma das coordenações instituídas pelo processo de ocupação.

A CEDRO nos serviços de Assessoria Técnica Social e Ambiental – ATEs de 2005 a 2009, desenvolveu uma sequência de trabalhos que proporcionou vários encontros interessantes, inclusive com ex caçadores e trabalhadores que conheceram a região do Assentamento – ainda na década de 1970 – que resgataram um período em que a região era provida de muita mata e com presença de animais silvestres (referências do Sr “Zé Onça”, assentado na Gleba Maria Amália). O ímpeto da Usina pela expansão da cana-de-açúcar removeu a vegetação original e pela sucessiva prática da monocultura intensiva levou a região a uma situação de avançado estado de degradação.

O P. A. Prefeito Celso Daniel foi criado em março de 2005 e a referência das famílias sobre os processos de produção e de ocupação da área se pauta pelas mais diversas influências, seja a inserção econômica nas cadeias produtivas locais: leite e a própria cana-de-açúcar; a subsistência, a experimentação de novas lavouras: feijão de corda (caupi)

que tem se mostrado de fácil domínio na lógica das famílias e ainda, pelas propagandas de mercado e aspiração a investimentos de alta tecnologia, como avicultura com matrizes de elevada qualidade, repleta de problemas sanitários, ao que convivem com vizinhos que fazem criação de aves “Pé duro”.

Também se influenciam pelas parcerias institucionais, que apresentam soluções como monocultivo de feijão preto e/ou áreas demonstrativas de agrofloresta, ou como programas de capacitação com recursos da Petrobras; além da implementação dos projetos do INCRA, que concluiu o parcelamento em 2008, e em 2009 deflagrou a aplicação do Crédito de Habitação, para a construção das casas – o que está praticamente concluído.

Nesse cenário de “efervescência cultural” surge o grupo que, em parceria com a Defesa Civil do Município de Macaé, passa a exercer o papel de “Brigada Ambiental”, buscando mínima organização para combate a incêndios – que continuavam a acontecer nas áreas do assentamento e que vinham consumindo as poucas áreas de remanescentes florestais. A iniciativa foi assim resumida para a “Ficha de identificação de experiências”, adotada pela Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro:

*“O Assentamento Prefeito Celso Daniel está localizado na Estrada de Cabiúnas, na cidade de Macaé. Provem de uma fazenda que produzia cana-de-açúcar para a usina, ou seja, uma terra queimada e mal tratada. Como ainda há produção de canaviais em algumas partes do assentamento, a cultura de queimadas permanece e como muitas vezes ocorre, esse fogo se alastra invadindo plantações vizinhas e matas de entorno.”*

A Comunidade, preocupada com os estragos provocados pela queima, debateu este assunto em assembléia e levantou a proposta de formar uma brigada, foi então que nasceu o Núcleo Comunitário de Defesa Civil, Brigada Ambiental. O grupo formado entrou em contato com a Defesa Civil de Macaé, junto a Prefeitura, que prontamente apoiou a iniciativa oferecendo materiais e cursos, como primeiros socorros e de brigada de incêndio.

O núcleo é formado por diversas pessoas do assentamento, que se reúnem de 15 em 15 dias. Quando ocorre um incêndio é feita a comunicação entre os membros para acionar o controle dos focos de fogo. Em sua constituição também se propuseram a atuar no controle da caça e na proteção dos remanescentes de floresta. Com a formação do grupo, logo a notícia se espalhou inibindo a presença de caçadores nessas áreas do entorno do Projeto de Assentamento.

Em 2008 desenvolviam trabalho com educação ambiental, através de visitas aos lotes, procurando conscientizar os agricultores sobre os males do fogo e sobre os riscos da queima do lixo doméstico, sem maiores cuidados; Trabalham com os temas da transição para a agroecologia, como sistemas agroflorestais e orientações para redução de uso de agrotóxicos, além de recuperação de margens dos rios.

*“Com os assentados, no início, foi um difícil dialogo, mas com o tempo tornaram-se conscientes, sentando e resolvendo os problemas; fotografando os danos causados e indo em busca dos direitos que lhes cabem”. - Informou o Gilmar, numa entrevista à Equipe do projeto de Articulação pela Agroecologia no Rio de Janeiro.*

O número de queimadas diminuiu consideravelmente e os benefícios são notados por todos. As áreas de Preservação Permanente já apresen-

tam melhoras visíveis e chamou a atenção do pessoal para adequação ambiental dos lotes e para a criação de um viveiro de mudas florestais pensando na recuperação das áreas atingidas.

O trabalho de interação com a cidade, buscando-se enxames de abelhas e trazendo para área afastada dentro do Assentamento foi adotado como atividade econômica pela cooperativa do Assentamento, passando a envolver outros produtores e suas famílias.

Por conclusão, parece que se destaca que o processo de Reforma Agrária, mesmo da forma incompleta como é realizada no Rio de Janeiro (no Brasil), ao que não se propõe a alterar a estrutura agrária, servindo apenas a um poder tampão para uma frente das demandas sociais, sinaliza para uma orientação de transição agroecológica, ao que fraciona o latifúndio e multiplica o número de pessoas com poder de decisão sobre a utilização da terra; acrescenta elementos de diversidade cultural, social e econômica e traz inúmeras vantagens, até mesmo para a re-oxigenação do sistema capitalista.

A construção do paradigma agroecológico de produção extrapola em muito às disputas sobre os conceitos arcaicos de sistemas de organização econômica, ao que focaliza a busca de maior compreensão sobre a ecologia da produção, seus ciclos de energia e a possibilidade de progressão de autonomia no processo produtivo, libertando o produtor e a natureza da lógica de haver necessidade de aporte de insumos externos para que se obtenha sucesso no processo produtivo. Preponderantemente por este fato a agroecologia se mostra uma possibilidade que assusta a um determinado setor da indústria capitalista.

O público da Reforma Agrária não tem um pensamento uniforme sobre os distintos sistemas e lógicas de produção. Se situam, predomi-



nantemente, na base da descapitalização para o início das suas atividades e por isso tendem às soluções alternativas àquelas propaladas pelas escolas agrônômicas convencionais. Por estarem ingressando em ambientes dos quais – geralmente – não guardam histórico e/ou acúmulos de ciclos de trabalho e de produção anterior necessitam de acompanhamento técnico diferenciado, mais intensivo, serviços que em distintas linhas de Governos se fez prover na história recente do País (Projeto Lumiar 1997 a 2000; ATEs 2004 aos dias atuais).

Em ambos os programas de assessoria técnica a diretriz de transição agroecológica esteve/está contemplada, demonstrando a compreensão sobre a necessidade de se buscar caminhos de maior sustentabilidade; todavia, de nada adianta a diretriz de um Programa ou mesmo de Governo se não houver na ponta e nos seus elos de transmissão a ressonância necessária para que se alinhem os interesses e os trabalhos.

As adversidades são inúmeras e em parte figuram neste registro; transpô-las depende essencialmente da multiplicação das experiências que se pautem pela referência de buscar a transição. O diálogo que alimenta e faz crescer o movimento pela agroecologia, do qual Dona Maria, Gilmar e tantos outros agricultores já são parte, devidamente registrada.

### **Contatos**

CEDRO – Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável Ltda. Rua do Ouvidor, 130/712 – Centro – Rio de Janeiro. [Cedro2007@gmail.com](mailto:Cedro2007@gmail.com)

Gilmar Monteiro – (Barbudo). PA Celso Daniel. Cabiúnas II. Tel: 22 9957.1793

Maria Pereira Braga – (Maria Baixinha). PA Capelinha. Gleba B – Lote 03

# Juventude e Participação: Uma experiência de valorização das práticas de saúde popular em Campos dos Goytacazes-RJ

Viviane Ramiro da Silva<sup>1</sup>, Alcimaro Honório Martins<sup>2</sup>

## Colaboradores

Beatriz da Silva Nascimento, Luciana da Silva Peixoto

## Um pouco da história do Movimento de Saúde Popular

O Movimento Popular de Saúde Alternativa na Região Norte Fluminense é uma experiência de organização comunitária que ocorre desde 1997, com o apoio da Pastoral da Terra e a iniciativa de mulheres que partilham saberes e constroem estratégias de mobilização e organização de diversos atores sociais inseridos em movimentos e instituições locais.

Participam deste trabalho agricultores/as de três assentamentos e um acampamento para a reforma agrária, tais como o Assentamento



Arte desenvolvida pelo jovem  
Sávio Monção Figueiredo do  
Assentamento Zumbi dos Palmares  
– núcleo cinco.

1 - Email: [vivianeramiro@click21.com.br](mailto:vivianeramiro@click21.com.br)

2 - Email: [alcimaromartins@bol.com.br](mailto:alcimaromartins@bol.com.br)

Zumbi dos Palmares e o Che Guevara. E também três comunidades rurais, como os quilombos de Barrinha e de Conselheiro e os bairros de Travessão e Boa Vista. As atividades desenvolvidas ocorrem em dimensões locais e regionais e reúnem de 30 a 150 pessoas por encontro respectivamente.

O trabalho ocorre nos espaços de associações, igrejas, escolas e em casas de lideranças em comunidades rurais e urbanas, sendo realizado por pessoas que detêm conhecimentos da medicina popular, reconhecidos como ervateiros, benzedeiros, curandeiros, parteiras, agentes de saúde, entre outras denominações. Especialistas em caracterizar os ambientes dos ecossistemas onde estão localizados, identificar na vegetação local as plantas medicinais, coletar partes medicinais de uma planta, diagnosticar doenças, preparar e indicar remédios caseiros.

As principais atividades desenvolvidas têm sido oficinas para o reconhecimento de plantas medicinais, a produção de remédios caseiros, informações sobre direito à saúde e o reaproveitamento de alimentos, assim como a implantação de hortas e farmácias comunitárias e a realização de encontros denominados “Partilhas<sup>3</sup>” para a troca de experiência e a construção de saberes. Um dos principais objetivos das ações realizadas é contribuir com a valorização e a organização dos sujeitos envolvidos na organização comunitária a partir da temática da saúde popular.

De acordo com Marins e Mendonça (2007) com o propósito de fortalecer o trabalho nas comunidade a Rede Fitovida (Movimento Popular de Saúde Alternativa no Estado do Rio de Janeiro) propõem junto ao Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) o reconhecimento das práticas e saberes nos usos tradicionais e populares das plantas

---

3 - Nestes encontros se fundamentam pelo princípio da troca de: alimentos, plantas, sementes, saberes, práticas, sentimentos, historias de vida e relatos de “cura”.

medicinais e remédios caseiros dos grupos de saúde comunitários. Na região norte este levantamento<sup>4</sup> se deu a partir do apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e mais recentemente de alguns professores ligados a instituições de ensino como a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Este processo possibilitou a construção de instrumentos teóricos e metodológicos pelos sujeitos envolvidos e o mapeamento de novas referências culturais que detém o saber tradicional e popular no cuidado com a saúde/doença. Assim como também permitiu a sistematização de saberes e práticas da medicina popular que expressão uma visão de mundo que relacionam contextos, experiências e memórias coletivas, como a poesia feita no encontro da Partilha no Assentamento Zumbi dos Palmares com referências culturais da região no campo das práticas de cura tradicionais e populares.

Contribuiu também para uma maior compreensão da realidade onde tais práticas se desenvolvem, suas principais demandas, problemas e desafios. Assim, foram identificados os principais efeitos da marginalização<sup>5</sup> destes saberes, dentre

Para manter boa saúde com plantas medicinais cultivamos nossas ervas os nossos bens culturais e ensinamos nossos filhos o que herdamos de nossos pais.

Fazemos remédios caseiros usando abacaxi ananás usamos algumas folhas raízes, frutos ou mais para nós o que é mais importante é o bom efeito que faz.

*E o tempo vai passando  
aparecem os sinais  
às vezes tem muita chuva  
às vezes a seca é demais  
destrói rios e lagoas  
nossos bens ornamentais.*

*Somos patrimônio do Brasil  
Somos comunidades tradicionais  
Somos agricultores camponeses  
Produzimos alimentos saudáveis  
Temos profundos conhecimentos  
Somos todos responsáveis.*

*Com as caldas alternativas  
protegemos pequenos animais  
que vivem nas plantações  
cumprindo seus rituais  
fazendo o ciclo da vida  
que tanta alegria nos trás.*

Paulo Poeta - Julho de 2009

4 - Em parceria com o Departamento de Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Maiores informações sobre este processo foram sistematizados por Elizabeth da Cruz Marins e Marcio Matos de Mendonça na Revista Agriculturas V. 4 – N. 4. Dezembro de 2007.

5 - Martín-Barbero (2003) aborda o processo de nacionalização que levou a centralização política e a unificação cultural, ressaltando que esta se deu em duas dimensões: a) na abolição do tempo cíclico e a imposição do linear; e b) na transformação do saber e de seus modos de transmissão com o estabelecimento da escola em detrimento dos saberes ditos místicos e não científicos.



Oficinas nas comunidades:  
Identificação das plantas medicinais  
na Comunidade Quilombola de  
Cafuringa Campos (abril 2009).

os quais a ocorrência de uma lacuna etária na transmissão destes conhecimentos entre as gerações na atualidade. Saberes que eram transmitidos de geração em geração não estavam sendo mais vistos como importantes, principalmente, pelos mais jovens.

A experiência da Feira de Saúde Popular realizada em setembro de 2009 configurou-se como um instrumento pedagógico-cultural com o objetivo de valorizar tais conhecimentos entre os jovens. Teve o apoio de educadores, lideranças e organizações, e motivou novos processos de re-construção de saberes e práticas da medicina popular. Buscamos, nesse sentido, contribuir com a valorização das identidades dos grupos de saúde locais, além de fomentar o debate em torno de questões sócio-culturais, econômicas e ambientais, ao fortalecer a relação entre escola e comunidade, assim como também motivar o espírito crítico e inovador dos sujeitos envolvidos nas ações desenvolvidas.

Apesar das inúmeras experiências comunitárias<sup>6</sup> promovidas pelos grupos de saúde, não havia sido ainda implementado uma estratégia que fosse voltada para a questão da participação da juventude nos espaços organizados pelo movimento de saúde popular. Foi neste sentido que enfocamos a participação dos jovens na divulgação, promoção e valorização dos saberes da medicina popular por meio da realização da feira de saúde na escola.



Remédios Caseiros realizada  
pelo grupo Amor do Campo,  
Assentamento Zumbi dos Palmares,  
São Francisco de Itabapoana (maio  
de 2009).

6 - Desde meados da década de 70 a partir do movimento das comunidades eclesiais de base vem se configurando ações coletivas em torno da temática saúde que possibilitou o surgimento de grupos comunitários de saúde no estado do Rio de Janeiro e posteriormente a articulação dos mesmos através da Rede Fitovida em 1999 visando a promoção e valorização destas práticas.

A realização do inventário possibilitou novas interações e o estabelecimento de parcerias com outros grupos, organizações e instituições, tendo esta dinâmica gerado elementos para a elaboração do projeto: “Feira de Ciência da Saúde Popular na Escola”, premiado pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro com o valor de R\$ 10.000,00 através do edital Culturas Populares<sup>7</sup>. O recurso foi utilizado para a implantação de uma horta e uma farmácia comunitária no Assentamento Zumbi dos Palmares, núcleo 05, município de São Francisco de Itapaboana,<sup>8</sup> onde moram algumas referências do Grupo “Amor do Campo” (idealizador do projeto) <sup>9</sup>, bem como na produção gráfica de materiais pedagógicos para a divulgação do trabalho realizado pelos grupos de saúde articulados a Rede Fitovida na Região Norte.

### **A feira de saúde na escola**

Como fase preparatória para a “Feira de Saúde Popular” realizou-se encontros de partilha em 06 comunidades da Região Norte. A feira se constitui como uma atividade que proporcionou o encontro, a troca, o diálogo e a visibilidade dos sujeitos sociais que contribuem não só com ações de promoção e prevenção da saúde, mas também se organizam e expressam um modo de ser coletivo regido por princípios de solidariedade, diversidade e participação popular. Potencialidades, histórias de vida e experiências que dificilmente são encontradas nos livros utilizados em escolas públicas e que geralmente também não fazem parte do currículo escolar, nem dos principais meios de comunicação de forma sistemática e contínua.

---

7 - Chamada Pública 008/08 (Culturas Populares) Inscrição 11050859. Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro

8 - O assentamento zumbi dos palmares composto por 508 famílias e subdividido em 5 núcleos que abrangem os municípios de Campos e São Francisco do Itabapoana.

9 - O grupo de saúde Amor do Campo está localizado no Assentamento Zumbi dos Palmares. É um dos grupos que se articulam em redes locais, regionais e estaduais. É composto por aproximadamente 16 pessoas entre os quais 12 mulheres e 4 homens entre as idades de 16 a 72 anos de idade, sendo maioria adultos.

Como escreveu a jovem quilombola Larisse, de 12 anos de idade, no encontro da partilha que ocorreu na comunidade de Barrinha<sup>10</sup> em maio de 2009:

*“[...] o remédio caseiro ajuda a dar saúde e a curar sem transmitir outras doenças. Há tantos comerciais na televisão falando esse remédio aqui é bom e muitas vezes nem faz efeito, agora pergunto: você já viu algum comercial de remédio caseiro na televisão.”*

A Feira de Saúde Popular ocorreu no período de fevereiro a outubro de 2009 com a participação de aproximadamente 200 pessoas e envolveu pessoas inseridas em movimentos populares e organizações sociais de dez comunidades da Região Norte Fluminense (participaram além das nove comunidades articuladas a Rede Fitovida, o setor de saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), educandos/as e educadores/as de três escolas municipais e uma estadual, assim como também representantes dos grupos de saúde popular da Região Metropolitana no Rio de Janeiro).

Este encontro foi à culminância de processos que visou interligar distintas dimensões sociais. 1) Na dimensão comunitária foram realizados os encontros locais com a participação de jovens no processo de sistematização das práticas de saúde popular e na organização dos encontros da partilha. 2) Em diálogo com escolas da região apresentamos a proposta do projeto, ouvimos as experiências já em curso dos educadores e construímos uma agenda em comum para envolver educadores/as e educandos/as no processo de preparação da Feira de Saúde Popular. 3) E, em conversa e apoio da UENF, através do projeto de extensão coor-

---

10 - Esse encontro foi organizado, com o apoio e acompanhamento do Movimento de Saúde Popular, pela liderança quilombola Monica que é educadora popular na comunidade de Barrinha em São Francisco e orientou o resgate da memória coletiva da história da comunidade e das plantas medicinais e remédios caseiros usados na comunidade com a ajuda dos jovens.

denado pelo professor Rodrigo Rodrigues de Oliveira (Laboratório de Química do Centro de Ciências Tecnológicas - CCT), a rede vem realizando o levantamento da biodiversidade da Mata Atlântica base da farmacopéia popular utilizada pelos agentes de cura articulados ao Movimento Popular de Saúde na região norte. Ação esta que pode contribuir não só com a possibilidade de utilização destes fitoterápicos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como também criar possibilidade de geração de renda para a agricultura familiar, através da possibilidade de fornecimento de plantas medicinais para o SUS.



Feira de Saúde Popular no CIEP Luis Carlos Lacerda. Estande da Biodiversidade. (24 de setembro de 2009).

O projeto foi co-gestado por um grupo organizado em dois níveis: o grupo executivo composto por três pessoas responsáveis por executar as ações planejadas por um grupo maior formado por integrantes do “Grupo amor do Campo”, “Grupo Amigos da Saúde Alternativa de Travessão” como também por representantes das organizações locais que apoiam à experiência. Esses tiveram a função de contribuir com a elaboração dos instrumentos pedagógicos necessários para o processo de mobilização e organização das ações propostas nas reuniões de planejamento do projeto.

### **Construindo metodologias participativas**

A primeira atividade realizada pelo coletivo de gestão das ações e atividades preparatórias do projeto foi uma enquête entre alguns jovens, com os quais já tínhamos contato. Acreditávamos que se quiséssemos



envolver a juventude era preciso conhecê-los, identificar seus interesses, suas demandas e suas formas de organização e expressão. Com este passo conseguimos estabelecer o primeiro vínculo com os jovens das comunidades onde o trabalho do movimento já havia se desenvolvido. A partir deste momento houve uma interação entre estes e o coletivo de gestão do projeto que favoreceu o surgimento de propostas para animação cultural durante o processo de preparação da feira, e um rico material pedagógico e para a arte de divulgação do projeto. De acordo com Beatriz, agente de saúde do setor de saúde do MST, este processo contribui para que *“um vínculo se constitui-se entre os jovens dos núcleos quatro e cinco do Assentamento Zumbi dos Palmares e novas propostas surgiram como a inserção do grupo de mulheres para a comercialização de plantas medicinais e produtos a base de fitoterápicos nas feiras do MST”*.

O envolvimento dos jovens nas atividades dos encontros locais foi simples porém dinâmico. Estes se propuseram a sistematizar de formas diversas (poesias, teatro, registros sonoros de histórias de cura e tratamento de doenças, fotografias, etc) os conhecimentos existentes em suas comunidades sobre as plantas medicinais, os remédios caseiros, as referências culturais e sobre as áreas de coleta das plantas medicinais utilizadas na comunidade. O resultado foi sistematizado numa cartilha que descreve a história de seis referências culturais da medicina popular da região, nove experiências coletivas de movimentos e organizações sociais com experiências de valorização das práticas de saúde popular e duas pesquisas realizadas por jovens e apresentadas no Concurso Valorizando a Cultura Popular durante a feira.

Já nas escolas, a dinâmica foi um pouco diferenciada. Primeiro consideramos importante que os educadores e a direção do Ciep apoiassem a idéia e se comprometessem em acompanhar os/as educandos/as nas

pesquisas e na sistematização do objeto investigado pelos mesmos. A partir de reuniões com a equipe pedagógica foi proposta uma parceria com educadores para que acompanhassem os educandos/as em suas pesquisas e utilizassem a temática da medicina e da cultura popular em suas disciplinas. Em contrapartida, representantes do projeto se responsabilizariam por apresentar o projeto para as turmas, ir periodicamente à escola para tirar dúvidas, e levar materiais e recursos pedagógicos já produzidos pelo movimento de saúde para auxiliar a pesquisa dos/as educandos/as.

A proposta de pesquisa na escola foi semelhante à realizada pelos jovens nas comunidades, a diferença consistia em que os/as educandos/as apresentassem o resultado de suas pesquisas a partir de registros criativos e com uma proposta de valorização dos saberes da medicina popular, no Concurso “Valorizando a Cultura Popular” durante a Feira de Saúde Popular.

Este evento envolveu seis comunidades e quatro escolas da região de Campos e São Francisco de Itabapoana. Participaram do concurso 38 jovens entre as idades de 12 a 24 anos de idade. A maioria se organizou de forma coletiva para realizar e apresentar suas pesquisas, a forma de exposição também foi muito criativa, três grupos com aproximadamente dez jovens apresentaram suas pesquisas em forma de teatro, desenhos e poesias; e dois jovens apresentaram a pesquisa de identificação e registro sobre a cultura e a medicina popular de forma oral.

### **Alguns ensinamentos**

A parceria dos grupos de saúde com os movimentos e organizações não governamentais contribuiu para o debate e a reflexão das experiên-

cias comunitárias de saúde popular, ao estimular os jovens a proporem ações que contribuíssem com a valorização e promoção das mesmas.

Além disso, o projeto possibilitou a construção de um diálogo com a escola, o que contribuir para a inserção de referências culturais locais em diferentes espaços de socialização como escolas e feiras. O comprometimento destes atores potencializou e gerou novos recursos que viabilizaram a mobilização dos atores locais, os encontros nas comunidades e a realização da feira com a garantia de infra-estrutura, alimentação, recursos materiais e humanos e os prêmios do concurso<sup>11</sup>.

As principais dificuldades encontradas na implementação do projeto foi à participação dos professores durante todo o processo de planejamento e organização das ações propostas, bem como o envolvimento de outras escolas que apesar de terem participado da Feira tiveram dificuldade, principalmente, no que diz respeito a refletir e implementar junto com o movimento de saúde popular e os jovens metodologias inclusivas para a inserção de jovens no processo preparatório da feira. Registramos, por fim, a falta de interesse e apoio do governo local às demandas feitas pelo movimento popular de saúde não somente em relação ao evento que foi uma ação pontual, mas também em relação à falta de políticas públicas mais eficazes principalmente para a juventude.

A experiência demonstrou que é preciso superar as barreiras e os estereótipos que construímos em relação ao outro, ao diferente. O que nos leva, ao invés de conhecer para entender, alimentar pré-conceitos que orientam nossas ações e atitudes muitas vezes discriminatórias. Assim, é preciso acreditar mais nos sujeitos sejam eles jovens, idosos, mulhe-

---

11 - Um computador, para o primeiro lugar, uma bicicleta, para o segundo lugar, e um violão, para o terceiro lugar.

res, crianças, negros, pobres e apostar em suas potencialidades para que juntos possamos superar todo e qualquer tipo de ação ou atitude formal ou informal que impeça que todos sejam iguais.

### Principais considerações

A utilização dos saberes e das práticas da medicina popular como um recurso pedagógico mostrou-se um elemento inovador, não só por ter possibilitado o envolvimento dos jovens nas ações propostas como também no diálogo entre escola e comunidade na superação da fragmentação entre realidade dos/as educandos/as e conteúdo curricular. Assim afirmou Arlene educadora do Ciep que com toda a equipe da escola contribuíram para o desenvolvimento desta experiência coletiva: *“sempre trabalhamos com poetas consagrados, este projeto nos despertou para a possibilidade de trabalharmos com os artistas locais”*. E o resultado desta experiência está presente na fala de Aldejar, um dos poetas populares de Travessão homenageados pelos educandos/as durante a feira de saúde: *“como é diferente e gratificante ouvir nossa poesia sendo recitada pelos alunos!”*.

O processo de mobilização e organização da Feira de Saúde se constituiu num instrumento de reencontro dos sujeitos coletivos com sua história e cultura, buscou promover sua auto-estima através da valorização das identidades locais, motivando estes sujeitos a pesquisarem sua realidade, reconhecerem as referências culturais de suas comunidades, e proporem ações para a promoção de seus bens culturais. Segundo Carol – que vem contribuindo com o movimento popular de saúde na região – o jovens demonstraram um interesse diferente do que estamos acostumados a ver nos encontros comunitários anteriores ao projeto da feira: *“havia um espírito de curiosidade misturado com*

*a descoberta de novos saberes, da relação entre o popular e o científico; havia uma organicidade durante a feira de todos os atores envolvidos”.*

Assim, o conhecimento crítico e propositivo aliado à apropriação consciente pelos jovens do seu patrimônio foram fatores indispensáveis no processo de organização e realização da Feira de Saúde Popular. Deste modo, esta experiência visou socializar metodologias participativas de sistematização e documentação de saberes e práticas culturais e populares. Um movimento de interação entre sujeitos diversos em busca de unidade, comunhão e partilha.

Os desdobramentos desta experiência se traduzem principalmente na renovação da articulação entre pessoas, grupos e movimentos que nos motiva a dar continuidade a ações que favoreça a participação dos sujeitos como cidadãos ativos e reflexivos. Além disso, surgiram novas possibilidades de parcerias com instituições de ensino e pesquisa que acreditamos ser também uma ferramenta importante na construção de mundo melhor.

## **Bibliografia**

BASTOS, Fernanda C. de Souza & SILVA, Viviane Ramiro Da. **Juventude como sujeito social e político: potencialidades, dificuldades e desafios.** Anais do I Seminário Internacional sobre Cultura, Imaginário e Imagem da América Latina. Universidade Federal de Curitiba/Paraná, 2009.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

SILVA, Viviane Ramiro da Silva & MARTINS, Alcimaro Honório. **Patrimônio Cultural: Uma abordagem pedagógica a partir da medicina popular. Trabalho apresentado no I Congresso sobre Patrimônio Cultural. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2009.**

TEIXEIRA, Simone & VIEIRA, Silviane de Souza. **Educação patrimonial: novos caminhos na ação pedagógica.** Campos dos Goytacazes, RJ: EDUENF, 2006.

# Cooperativa CEDRO: 10 anos de ATER pública não Estatal no Rio de Janeiro <sup>1</sup>

Alexandre Magno Lopes Gollo<sup>2</sup>

## Apresentação

A CEDRO é uma Cooperativa de Trabalho, com abrangência Estadual, fundada em maio de 1999, em sua maioria por profissionais oriundos do Projeto Lumiar/INCRA (1997/2000) de Assistência Técnica à Reforma Agrária.



Em seus dez anos de existência atravessou crises e viveu oportunidades de contribuições à qualificação da Reforma Agrária e ao fortalecimento de Redes institucionais em prol da Agroecologia (Rede Agroecologia Rio/2000-01; Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro/2007-09); além de efetiva contribuição ao processo de construção do Programa Estadual de ATER/PEATER-RJ/2004-06, no âmbito do desdobramento inicial da Política Nacional de ATER.

No campo das possibilidades de contribuição à construção do conhecimento agroecológico, destacam-se: a vocação pelo trabalho com o

---

1 - Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável Ltda - CEDRO; Profissionais liberais reunidos em uma cooperativa de trabalho em prol da agricultura familiar.

2 - Sócio Fundador. Extensionista

público da Reforma Agrária, que simultaneamente é esteio social e fundiário para a transição agroecológica; a vivência em organização cooperativa – uma “receita” comum entre as soluções socioeconômicas para o desenvolvimento e a participação na coordenação política da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, “envolvimentos” que expressam os principais caminhos de aprendizado que têm sido utilizados pela CEDRO na tentativa de fortalecer a agroecologia fluminense.

Neste artigo, construído a partir da socialização da história da CEDRO entre associados com diferentes tempos de filiação à cooperativa, se expressam algumas das dificuldades práticas no exercício da auto-gestão e das dificuldades burocráticas nas tentativas de relação administrativa com o poder público, analisadas a partir da síntese de reflexão da Equipe Técnica contratada pelo Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária-ATES/INCRA (2009) e da revisão do texto final do II Planejamento Estratégico da CEDRO (2007).

### **A trajetória da CEDRO à luz da avaliação da Equipe contratada pelo programa ATES/INCRA (2009) e do II Planejamento Estratégico (2007)**

Em dezembro de 2007, vinte e dois sócios cooperados da CEDRO reuniram-se no Município de Tanguá/RJ para consecução de um Plano Estratégico para a Cooperativa. Neste evento, a história da Cooperativa foi registrada e avivada em uma “Linha do tempo”, que, atualizada, ora se apresenta.

Ao longo desses anos a cooperativa agregou distintas trajetórias de profissionais, que ora chegaram, ora saíram da CEDRO, numa sucessão de oportunidades e de interesses, que marca o primeiro princípio do coo-



perativismo, que é o da associação livre e voluntária. Atualmente, a CEDRO se encontra com um quadro técnico composto por 48 (quarenta e oito) Profissionais dos campos das ciências humanas, sociais e agrárias.

Antes	Movimentos sociais - CPT - Fórum de técnicos - Projeto Lumiar/Inkra
1999	23 de maio - Fundação da Cedro (26 sócios) - Incubação no Cefet Campos
2000	Primeiros contratos - Embrapa Agrobiologia - P. M. - Angra - Maricultura - Inkra - Ater - Creditícia
2001	Elaboração de projetos
2002	Contratos - Pesagro - Planejamento participativo - P.M. - Paraty - Maricultura
2003	Contratos - Fetag Consultoria - PDAs / Inkra - Tetag - Territórios e cooperativismo - AS-PTA - Apoio social à agricultura urbana
2004	Crise para falta de contratos - I Planejamento Estratégico - Participação no Peater-RJ
2005	Capacitação agregação de sócios - Início da Ates no RJ - Fundação da Unicafe - Contrato Ates - Contrato Instituto Terra
2006	Ates agregação de profissionais - Instituto Terra - Agricultura faixa de dutos - Contrato Prefeitura Cabo Frio - Contrato Fetag - Art - Territorial
2007	Ates - Contrato PRAs Iterj - Credenciamento no Fater - II Planejamento Estratégico
2008	Ates 850 famílias - Consultorias individuais
2009	Encerramento do contrato de Ates - Recredenciamento para ater. no Cedrus-RJ - Agregação de novos sócios - Licitação para Ates 2010 constitui equipe de 20 profissionais

Para o processo de sistematização da experiência “CEDRO: 10 Anos de ATER Pública não estatal no Rio de Janeiro”, foram utilizados recursos de motivação pela Rede interna de Grupo de endereços eletrônicos da Cooperativa; colocação do tema em pauta nas reuniões de Diretoria e da Equipe Técnica a serviço do Programa ATES e resgate de documentos de outros ciclos de diálogo e de reflexão entre os sócios cooperados.

Inicialmente foram escolhidos quatro “campos de atenção” para focalizar o exercício da sistematização do conhecimento que a Cooperativa tem vivenciado, a saber: 1) contribuição e crescimento individual/profissional; 2) o cooperativismo; 3) a transição agroecológica e 4) a percepção dos agricultores; todos estes campos relacionados ao trabalho pelo programa ATES/ INCRA, no processo de avaliação final das atividades, pelo contrato ATES, em agosto de 2009. Oito profissionais participaram dessa avaliação.

Este quadro, ao ser comparado com o resultado obtido a partir do II Planejamento Estratégico da Cooperativa (2007) – que em seu processo de análise para construção do Planejamento em matrizes de ações interna e externa se valeu da metodologia de identificação das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA) – revela a atualidade das reflexões feitas àquela época, por um universo maior de cooperados (22 sócios), conforme registrado anteriormente.

No ambiente externo, as principais ameaças identificadas foram o desconhecimento sobre o cooperativismo e a dependência de contratos com o poder público; enquanto por principais oportunidades quatro, entre sete itens, relacionavam a capacidade de articulação com parcerias para o exercício dos trabalhos que nos são contratados.

**Quadro: síntese da Avaliação com a Equipe ATES/ CEDRO (2009)**

<p><b>Profissional / Individual</b></p> <p>Alta rotatividade de técnicos. Você tem de aprender a lidar com os novos colegas; É gratificante o trabalho com a promoção das famílias; Nas condições do Programa (visitas semanais, 1 técnico para 85 famílias, 1 equipe para três/quatro comunidades; contratos anuais; paralisações por atrasos de até três meses nos repasses financeiros) conseguir mais resultados só por milagre; Precisamos nos capacitar para obter melhores resultados; de 30 profissionais que passaram pelo Projeto, só 01 esteve do início ao fim; A estrutura do Programa limita o trabalho; Em um ano de atuação não consegui alterar os índices de produtividade nos PA's.</p>	<p><b>Transição Agroecológica</b></p> <p>Um desafio para além da ATES, implica filosofia de vida; na situação atual, instruir o uso correto de agrotóxicos já é uma meta difícil; Transição só no sentido objetivo, ou seja, o produtor demandar este apoio. O tema está longe de nossas rotinas nos PA.s; O desafio é exercer o papel de Educador, estimulando a experimentação; As pessoas precisam ser sensibilizadas para a transição à outra sociedade; Cabe ao agricultor a decisão de mudar; Um trabalho importante é a orientação sobre preparo e uso das caldas alternativas; Não existe um Boom pela transição, mas na caminhada percebe-se um trabalho sério, até pela busca de credibilidade no mercado.</p>
<p><b>Cooperativismo</b></p> <p>É uma relação que requer diálogo permanente, sendo uma dificuldade a mais na gestão dos projetos; O trabalho nos proporcionou muitos conflitos e crescimento; temos muito que crescer, para permanecer no mercado; Na CEDRO se percebe o respeito à opinião das pessoas; um desafio é manter a participação na tomada de decisões; Cooperativismo é uma congregação de autonomias; se dá por práticas dialógicas e dialéticas, na maioria das vezes, não sabemos o que é, nem como lidar com isso.</p>	<p><b>Percepção dos Agricultores</b></p> <p>Clamor por soluções imediatas, por presença e por continuidade incompatíveis ao formato do Programa de ATES; No público da Reforma Agrária predomina a falta de perfil para trabalho com a terra; foi bem avaliada a abordagem de Visitas seguidas por trabalhos de capacitação, na Gleba Presidente Lula /PA Cantagalo em Rio das Ostras.</p>

No ambiente Interno, um rol de vinte e duas fraquezas, que podem ser agrupadas em: sentimento de pertença; grau de engajamento dos profissionais; necessidade de definição de papéis e de revisões estatutárias e no regimento interno, contrapõem-se a um conjunto menor de fortalezas, onde o posicionamento crítico, o compromisso com o desenvolvimento social e a disposição à construção participativa dos rumos da Cooperativa bem refletem os Valores e a Missão Institucional afirmadas no Planejamento Estratégico; esta última compilada a seguir.

*“Trabalhamos para promover, de forma participativa, a relação harmônica ser humano-trabalho-natureza, atuando a partir de uma visão cooperativista solidária em parceria com atores que se aproximem dos nossos valores, a fim de promover assessoria técnica, ambiental e social, com ênfase em agroecologia, para a garantia da sustentabilidade em todos os seus aspectos.” (CEDRO, Planejamento Estratégico, 2007).*

Em essência, a construção coletiva da missão institucional de uma organização/ instituição reflete o resultado de um processo reflexivo, que no caso da CEDRO tem características dinâmicas (no que contempla o constante ingresso de novos cooperados) e cíclicas, que têm mantido a diretriz institucional da Cooperativa.

O conjunto das expressões registradas no campo “Transição Agroecológica”, e o quadro geral dessas expressões, refletem ser a CEDRO – Cooperativa de Trabalho – um espaço/ ferramenta para o exercício profissional comprometido com uma perspectiva de mudança na sociedade: cultural, social, ambiental, técnica e política, deveras contingenciada pelas circunstâncias de cada contrato.

Na condição de Entidade prestadora de serviços de ATER, credenciada no DATER/SAF /MDA e no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável CEDRUS-RJ; participe da construção do Programa Estadual de ATER/ PEATER-RJ a CEDRO tem ciência e vivência das dificuldades de implementação dos Princípios da Política Nacional de ATER, que se engessam mais pelas formulações administrativas que impedem um serviço estável e continuado, como deve ser por sua natureza educativa; do que pelo atual estágio de afinidade do público com o manejo da terra, nas suas distintas dimensões produtivas.

Ao longo de sua trajetória, foram dois contratos na área de Maricultura, apoiando alternativas de atividade econômica para famílias de pescadores; diversos contratos no campo da articulação, formação e planejamento participativo; alguns contratos para consultorias individuais, onde todos esses, se por um lado, proporcionaram maior liberdade de execução e construção participativa dos trabalhos, por outro, tiveram seu objeto focado e restrito no tempo de execução, envolvendo a poucos profissionais da Cooperativa na sua implementação.



Cooperados ao final do Planejamento Estratégico da CEDRO, em out./2007.

É no campo da prestação de serviços ao que tem sido denominado de Reforma Agrária no Rio de Janeiro (assim como no País) que a CEDRO tem obtido sucessivas oportunidades de constituir equipes maiores de profissionais, tem exercido maior diálogo com os movimentos sociais (STTR's, FETAG, CPT, Associações e Cooperativas Locais) e com gestores públicos (INCRA, MDA, Estado, Prefeituras, Banco do Brasil) defendendo posições do interesse dos trabalhadores, no processo de assessoria aos assentamentos contemplados pelo Programa ATES/INCRA e mesmo no apoio à elaboração de documentos (Planos) voltados à Recuperação de Assentamentos do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ).



Reunião com Equipe Técnica ATES CEDRO, em jan/2010.

Em todos estes trabalhos a motivação à transição agroecológica tem se feito expressar tanto nos textos produzidos, quanto nas práticas de vivências e de troca de experiências, na rotina dos trabalhos e nos Encontros promovidos pelos distintos movimentos que compõem a articulação pela Agroecologia no Rio de Janeiro. Fazer parte dessa história maior é orgulho e motivação de existência para a CEDRO.

Através de contrato após processo de Licitação realizada pelo INCRA-RJ, em dezembro de 2009, a CEDRO assumiu a prestação de serviços pelo programa de Assessoria Técnica. Social e Ambiental – ATES para vinte e um (21) Projetos de Assentamento no Rio de Janeiro, localizados em diversos municípios e regiões do estado, atendendo a 1.686 famílias assentadas.

# Sistematização Campo e Campus – jovens rurais/quilombolas protagonizando o fortalecimento da agricultura familiar e a construção do conhecimento agroecológico no RJ

Lia Maria Teixeira<sup>1</sup>, Carmen Oliveira Frade<sup>2</sup>, Monica Aparecida Del Rio Benevenuto<sup>3</sup>, Iranilde de Oliveira Silva<sup>4</sup>, Andréia C. Matheus<sup>5</sup>, Fernanda Oliveira<sup>6</sup>, Patrícia Dias Tavares<sup>7</sup>, Luciana Moreira<sup>8</sup>, Marina Praça<sup>9</sup>

## Contexto histórico

A Articulação de Agroecologia no Rio de Janeiro, a partir do acúmulo gerado nas regiões do estado, onde existem diversas experiências agroecológicas, pode identificar demandas de formação e capacitação dos jovens no âmbito da agroecologia. Desta forma, este projeto tem por objetivo possibilitar a construção de uma identidade e protago-

---

1 - Coordenadoras do Projeto pela UFRRJ - Email: [liamar@ufrrj.br](mailto:liamar@ufrrj.br)

2 - Email: [Carmem@ufrrj.br](mailto:Carmem@ufrrj.br)

3 - Email: [monicadelrio@ufrrj.br](mailto:monicadelrio@ufrrj.br)

4 - Bolsista EXP-3 CNPq - Email: [ero\\_pa@yahoo.com.br](mailto:ero_pa@yahoo.com.br)

5 - Bolsista ITI A CNPq - Email: [adreasmatheus@yahoo.com.br](mailto:adreasmatheus@yahoo.com.br)

6 - Bolsista de Extensão UFRRJ e membro do GAE - Email: [fe\\_olivieri@yahoo.com.br](mailto:fe_olivieri@yahoo.com.br)

7 - Bolsista Extensão da UFRRJ e membro do GETERRA - Email: [patriciafloresta@yahoo.com.br](mailto:patriciafloresta@yahoo.com.br)

8 - Bolsista de extensão da UFRRJ e membro do GAE - Email: [luciana\\_nf@msn.com](mailto:luciana_nf@msn.com)

9 - Membro do GETERRA atuante na coordenação da Intervivência - Email: [mpraca88@hotmail.com](mailto:mpraca88@hotmail.com)

nismo juvenil para o fortalecimento do movimento agroecológico, a partir da aproximação com a temática da agroecologia, e compreensão da necessidade de estabelecer um novo modelo produtivo no campo e na cidade. Resgatando assim valores e práticas culturais que busquem a conservação e preservação do meio ambiente. E que os jovens sejam protagonistas direto neste resgate de cultura e valores junto à comunidade e sua organização social.

### **Três experiências deram base para o desenvolvimento do projeto:**

- Atuação com jovens rurais nas comunidades de Casimiro de Abreu, com o projeto Agente Jovens.
- Quilombo do Campinho em Paraty/RJ com o protagonismo juvenil na coleta de palmeira juçara. Buscando a preservação e conservação dos recursos naturais e a permanência dos jovens nos quilombos, mantendo uma estrutura de organização que permita a atuação desses jovens na comunidade, mantendo e resgatando a cultura local.
- Programa de formação de jovens do campo e da cidade organizado pelo MST trabalhando o despertar para a sociedade seja na sua atuação nos movimentos sociais do campo quanto da cidade.

### **Construção do projeto**

Para criar condições de consolidar algumas ações isoladas, a AARJ fez parcerias com instituições como a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com intuito de contribuir na execução das demandas propostas pelo projeto.



A proposta então foi encaminhada para o Edital MCT/CNPq/CT – AG/ MDA – Nº 23/2008 – Programa Intervivência Universitária. Com o objetivo de atender as experiências já identificadas pela AARJ e ampliar para as demais regiões.

### **Metodologia de atuação**

A base metodológica está centrada na **Pedagogia da Alternância** que está relacionada a construção do conhecimento a partir de outro paradigma; protagonismo dos atores que implica em perceber saberes e conhecimentos na transversalidade e na interação de processos sociais, econômicos, produtivos, culturais em ocorrência nonexo local-regional-global.

Esta metodologia se adequa aos objetivos da proposta, uma vez que dialoga com os conhecimentos produzidos pelas comunidades locais/regionais, valorizando-os e articulando-os com o espaço universitário-acadêmico.

### **O acompanhante regional**

A cada região foram indicados pelas organizações de 01 a 02 pessoas que são os acompanhantes regionais durante o Tempo Comunidade. Os acompanhantes por conhecer bem a dinâmica da região contribuem na execução do planejamento feito para o tempo comunidade, fomenta as discussões e ações com comunidade e organizações.

A participação é durante todo o processo de formação da Intervivência, além de fazer esta relação com os jovens também contribuem na coordenação executiva do projeto.

## **Preparando para a Intervivência**

### **Os jovens e as regiões**

As reuniões da AARJ nas regiões contribuíram para a compreensão da importância da construção e atuação do projeto.

Em algumas regiões como das Baixadas Litorâneas, Costa Verde e Norte do estado do RJ, já havia jovens atuando em outros projetos que tem como foco a temática da Agroecologia, desta forma foram indicados por suas organizações/comunidades. A região Metropolitana e Vale Paraíba indicaram os jovens em potencial, que não estão inseridos em projetos diretamente, mas partem de uma realidade que contribuem no debate da agroecologia, seja por experiências do campo ou da cidade.

O projeto também tem por objetivo potencializar experiências agroecológicas já mapeadas que não estão articuladas dentro da AARJ, e apresenta as questões e conflitos sócio-ambientais e agrários da região.

Cada Região pode indicar 05 jovens. A relação de Gênero foi levada em consideração, além das características apresentadas pelo próprio edital do CNPq. Como a faixa etária de 15 a 18 anos, e estar matriculado e cursando o ensino médio ou fundamental, bem como estar desenvolvendo atividades na sua comunidade ou região.

### **Os jovens e sua forma de apresentação**

Após a apresentação dos jovens pelas organizações nas regiões, foram realizados dois espaços de diálogo. Um apenas com os jovens para poder-lhes apresentar o programa de formação, conversar sobre seus

anseios e desejos em relação ao projeto e o que esperavam sobre este processo. O segundo momento foi com os pais para explicar os objetivos e metodologias do projeto, tirar as dúvidas, ouvir as expectativas, acrescentar sugestões à formação dos jovens, e por fim acordar com os mesmos a tarefa de que, no retorno, os jovens precisariam de apoio para o desenvolvimento de suas atividades e atuação em sua unidade de produção familiar, na sua vizinhança, na comunidade e ampliando para a sua região.

Trechos das cartas escritas na dinâmica de apresentação proposta no momento com os jovens:

*“Procuro ser uma pessoa que desenvolve projetos de melhoria para a minha comunidade; eu e mais sete jovens desenvolvemos uma estufa de hortaliças para serem vendidas para outros agricultores; com isso procuramos tirar os jovens da rua, dando uma chance para o trabalho com a terra.”* (jovem projeto campo campus)

*“Participo de cursos; participo de mobilizações pela comunidade. Fui ao 1º seminário de educação do campo e oficinas do PRONERA. O curso de agroecologia será uma experiência inovadora, que eu espero também que seja uma experiência para conhecer outras pessoas, trocando conhecimentos e conhecer a Universidade. Saber melhor sobre Agroecologia e poder ensinar para outras pessoas.”* (jovem projeto campo campus)

*“Está descobrindo seus valores e raízes da cultura Quilombola.”* (jovem projeto campo campus)

Nesta fala o jovem resalta a importância do projeto protagonismo

juvenil<sup>10</sup>, que além de proporcionar espaços de trocas de conhecimentos e culturas, também vem contribuindo para o seu convívio social. Assim como *“espera que haja uma maior valorização da cultura de sua comunidade, e que os jovens e todas as outras pessoas comecem a ter uma participação maior nessa luta”* (jovem projeto campo campus)

## A Intervivência

A Intervivência é o momento que os jovens passam na Universidade um período de 15 dias, discutindo e adquirindo e transmitindo conhecimentos, que por vezes não são tratados como importantes em suas escolas.



Visita ao Sítio dos Pimenta/  
Seropédica-RJ.

Neste período os jovens discutem, participam de oficinas e visitas referentes à Agroecologia, Organização Social, Juventude, Educação do Campo, Cultura e principalmente para troca de experiências entre as diversas culturas e organizações sociais de cada jovem. Ao final da Intervivência é notável a maturidade dos jovens em relação ao seu papel na sociedade, na sua comunidade, e com anseios de retornar a

comunidade e contribuir no que já existe, ou que está em processo de construção do protagonismo comunitário assim como a organização social e a valorização cultural.

## Tempo Comunidade

O tempo comunidade é parte fundamental na execução do projeto,

---

10 - Projeto desenvolvido na região Costa Verde pelo IDACO que atua com jovens quilombolas no resgate e preservação da Palmeira Juçara, nativa da Mata Atlântica, onde os protagonistas deste projeto são os jovens.

este é a continuidade do processo de formação, mantendo o enraizamento com a comunidade ou coletivo de origem e de participação na organização no qual foi indicado. Será o momento de todos/as buscarem criar a sua identidade enquanto juventude na organização que faz parte e no Movimento Agroecológico. Buscando primar neste momento ações que possam articular a comunidade, e outros jovens sejam agregados à este processo de formação, resgate e fortalecimento das organizações sociais que fazem parte.



Visita a Rede Fito Vida/Campo Grande-RJ.

A atuação no Tempo Comunidade foi organizada por região e por afinidade entre os jovens, e as suas perspectivas de atuação, seja na família, na comunidade ou em âmbito de região na sua organização e no movimento agroecológico.

Todas as atividades foram traçadas durante a Intervivência, buscando realizar planejamento de atuação e de acompanhamento, com objetivo de dar suporte na execução das ações ou até mesmo no amadurecimento e reflexões quando as atividades pensadas não poderiam ser desenvolvidas.

### **Problemáticas do Tempo Comunidade**

- A falta de recurso:
  - Fez com que muitos jovens mudassem seus planos de atuação. Muitos conseguiram apoios regionais como doações de mudas, sementes, transportes e etc.
  - Dificultou o acompanhamento a ser realizado no Tempo

Comunidade tanto pela coordenação quanto pelos acompanhantes das regiões.

- As organizações tiveram muitas dificuldades de acompanhamento do projeto, fossem por motivos políticos ou de viés econômico.

### **Avanços no Tempo Comunidade**

- Mesmo com a falta de recursos os jovens não se deixaram desanimar. Muitos foram observando que o planejamento deverá ser bem elaborado de acordo com a realidade em que estão inseridos. Assim houve mudanças em seus trabalhos, mas não deixaram de realizar dando retorno para sua família e para sua comunidade, através de relatos de como foram os dias na Intervivência.
- As parcerias das Associações Locais, de Escolas, de Técnicos e Universidades puderam fazer com que os jovens executassem as tarefas e os planejamentos de atividades a serem desenvolvidas na comunidade e na região.
- A participação dos jovens nos espaços da AARJ, é fundamental.
  - Nas organizações de eventos como aconteceu na região Metropolitana,
  - Participação na escolinha de agroecologia e em eventos como a feira de saúde e medicina popular na região Norte,
  - Discussão sobre a identidade quilombola e a preservação da

mata atlântica e da palmeira juçara como tem acontecido na região de Paraty.

- Discutir a conservação da biodiversidade através das Sementes Crioulas como tem acontecido com os jovens da região Serra Mar,

- No Vale do Paraíba houve uma troca de experiências entre os jovens e os demais assentados a partir do ninho feito com bananeira<sup>11</sup> pelos jovens.

## Conclusão

O projeto apesar de estar em andamento já surte efeito na atuação dos jovens, através da execução das ações planejadas para o tempo comunidade. As parcerias da AARJ com entidades e instituições (UFRRJ, CAIC, Embrapa Agrobiologia, Universidade Estadual Norte Fluminense – UENF, entre outras), são importantes para a execução do projeto e na construção de propostas de continuidade e acompanhamento.

O Tempo Comunidade (em andamento) tem demonstrado a perspicácia dos jovens na busca por seus espaços de discussão, aprimorando parcerias nas suas comunidades e região com objetivo de focar ações existentes que possam contribuir no desenvolvimento das ações propostas, assim como fortalecer o Movimento Agroecológico.

---

11 - Prática utilizada ao início de recuperação de áreas degradadas ou em plantio de hortas, quando fazem plantio de bananeiras em formato de ninho.

**Agradecimentos ao:**

CNPq pelo financiamento do Projeto Campo Campus e disponibilização de Bolsas.

A UFRRJ pela coordenação do projeto; ao Decanato de Extensão por disponibilizar bolsas de extensão à estudantes atuantes no projeto, a Reitoria pelo Apoio logístico durante a Intervivência e ao CAIC por sede as instalações que foram usadas como alojamento e salas de aula.

E a todas as Organizações que fazem parte da Articulação de Agroecologia em cada região, assim como as pessoas que nas regiões dedicam parte de seu tempo em Acompanhamento Pedagógico as atividades dos jovens.



## ABIO – Associação de Agricultores BIOLÓGICOS do RJ: duas iniciativas no pioneirismo da organização de produtores e consumidores de alimentos orgânicos

Em 1984, um pequeno grupo de agricultores reuniu-se na cidade de Nova Friburgo, estado do Rio de Janeiro, para implantar a primeira feira de alimentos orgânicos do Brasil. No ano seguinte, esse mesmo grupo fundou a **Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro - ABIO**, com o objetivo de contribuir para a expansão do movimento orgânico, então incipiente no país.

Desde então a ABIO vem participando dos mais diferentes embates, que passaram pela definição do conceito de “agricultura orgânica”, pelo debate e sistematização de normas técnicas para certificação da produção; pela integração inter-institucional à Rede Agroecologia Rio, além do processo essencial de formação e consolidação de Núcleos de Produtores orgânicos e instituição de canais para a comercialização, constituindo-se numa incansável instituição de representação e difusão das possibilidades da agroecologia.

Seus cerca de 200 associados encontram-se distribuídos em onze (11) Núcleos, presentes no conjunto das regiões do estado do Rio de Janeiro.

ro. Entre as diferentes possibilidades para a sistematização e expressão da experiência da ABIO, duas foram apresentadas e reunidas para esta publicação. A Feira Orgânica e Cultural da Glória e o Sistema Participativo de Garantia, remetem a iniciativas complementares no fortalecimento da transição agroecológica no Rio de Janeiro.

## **A feira orgânica e cultural da Glória**

### **História e contexto**

A Feira Cultural e Orgânica da Glória foi criada em 1994, a partir de uma iniciativa conjunta da ABIO e da COONATURA<sup>1</sup>. Originalmente, a COONATURA ficou responsável pela organização geral da Feira, cabendo à ABIO os aspectos técnicos ligados à produção e a garantia da qualidade orgânica dos produtos comercializados. Com a extinção da COONATURA, a ABIO assumiu a responsabilidade pela iniciativa, mantendo, no entanto, todos os princípios de gestão acordados no momento da sua implantação, os quais serão descritos adiante.

Os anos noventa do século XX, quando a Feira foi criada, foram, também, os anos que marcaram o início do fornecimento de produtos orgânicos para as grandes cadeias de supermercados, em parte provocado pela ABIO. Foram criadas empresas distribuidoras, e uma associação, a Horta Orgânica, dedicou-se a reunir a produção dos agricultores da região Serrana para a venda coletiva a essas cadeias.

---

1 - Associação Harmonia Ambiental, uma cooperativa de consumidores, voltada para o acesso a alimentos de qualidade por meio de circuitos alternativos. Na década de setenta do século passado, a COONATURA implantou uma área de produção de hortaliças orgânicas na localidade do Brejal, município de Petrópolis, que depois se tornou autônoma, e hoje se constitui em no mais antigo e no principal núcleo de produtores orgânicos do estado do Rio de Janeiro.

O entusiasmo inicial provocado pelos grandes volumes escoados através dos supermercados, somado ao direcionamento quase exclusivo da ABIO para as atividades de certificação, contribuiu para o enfraquecimento das iniciativas de venda direta. Esse fato torna ainda mais relevante a permanência da Feira Orgânica e Cultural da Glória, que tem se mantido em funcionamento ininterrupto com suas próprias forças, todos os sábados pela manhã, na Praça do Russel.

O escoamento dos produtos orgânicos via supermercados logo revelou suas limitações: custos elevados, provenientes da exigência de embalagens e de uma logística de distribuição complexa; imposição da mesma lógica que rege a comercialização de produtos da agricultura convencional; competição desenfreada com produtos orgânicos de outros estados; prática de preços elevados ao consumidor, sustentando uma visão de mercado de nicho.

Além da substituição da certificação por um Sistema Participativo de Garantia, (*artigo a seguir apresentado*) por meio do qual se trabalhasse também a construção do conhecimento agroecológico e o assessoramento técnico aos agricultores, a Associação volta a lutar pela implantação de pontos de venda direta de produtos orgânicos em espaços públicos, tomando a Feira Orgânica e Cultural da Glória como referência e inspiração, e instigando seus Associados a protagonizarem essa luta.

## **Organização**

Em 2010, registra-se na participação direta da Feira Orgânica e Cultural da Glória sete agricultores individuais, dois grupos de agricultores e dois comerciantes que atuam como prepostos de grupos de agricultores. Como os agricultores individuais também recebem produtos de outros

agricultores para venda, a Feira envolve cerca de quarenta agricultores de diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro, principalmente a Ser-rana e a Metropolitana. O envolvimento desse número significativo de agricultores é responsável pela oferta diversificada de hortaliças, frutas, ovos, laticínios e produtos apícolas. Complementados por produtos in natura e processados provenientes de outros estados e comercializados por dois feirantes, e por produtos de panificação artesanal, essa diversidade representa um dos fatores de sustentação da Feira.

Apesar de não possuir um espaço reservado para alimentação, a Feira conta com duas barracas voltadas para produtos destinados ao consu-mo no local.

A produção que circula é registrada em formulários, chamados roma-neios, preenchidos pelos feirantes a cada feira. Os romaneios têm como objetivo controlar a origem dos produtos, permitindo a verificação de que todos eles estão submetidos a alguma forma de garantia de cumpri-mento dos regulamentos da produção orgânica. Constituem-se, além disso, em uma fonte de informações para que se trabalhe o equilíbrio da oferta e a complementação dos produtos entre as diferentes regiões; no entanto, têm sido pouco utilizados com esse objetivo, em razão da falta de recursos da ABIO para sistematizá-los e analisá-los.

A Feira da Glória tem funcionado como um pequeno entreposto de produtos orgânicos, no qual vem se abastecer pequenos comerciantes, como lojistas e fornecedores em domicílio. Apesar das limitações de infraestrutura, essa função atende uma necessidade que já vem sendo percebida pela ABIO há tempos: a de implantação de um espaço que reúna a oferta de produtos orgânicos do estado do Rio de Janeiro e fa-cilite a distribuição dos mesmos aos pontos de varejo da cidade .

Uma das principais formas de expressão do sistema de autogestão que vigora na Feira Cultural e Orgânica da Glória, desde as suas origens, está relacionada à entrada de novos feirantes. A solicitação para participar é encaminhada ao Coordenador da Feira, que verifica, junto à ABIO, a garantia da qualidade orgânica dos produtos, e provoca uma reunião para discutir a solicitação, da qual participa o proponente. A decisão cabe exclusivamente ao coletivo dos feirantes.

Historicamente, têm sido admitidos novos feirantes apenas quando se abre uma vaga, ou seja, quando algum feirante antigo deixa a Feira, ou quando se trata de um produto diferente, ainda não ofertado em nenhuma barraca. Este vem sendo um ponto de tensão entre diferentes visões: alguns defendem a abertura e a ampliação da Feira, enquanto outros consideram que a competição não deve ameaçar a viabilização econômica dos atuais feirantes, que construíram e sustentaram a Feira ao longo dos seus quinze anos de existência. A última visão tem prevalecido, e não ocorrem conflitos explícitos em torno da questão: esgotadas as argumentações, as decisões sobre o tema costumam ser tomadas por consenso.

O coletivo de feirantes é, na verdade, responsável pela construção dos acordos que regem o funcionamento da Feira, desde a escolha do Coordenador, até o rateio das despesas. Ao Coordenador cabe executar as decisões tomadas coletivamente, administrar as finanças e prestar contas aos feirantes do uso dos recursos arrecadados. O Coordenador também promove atividades que dinamizam a Feira como um espaço de trocas entre os agricultores e entre estes e os consumidores, como eventos culturais e visitas aos sítios dos feirantes agricultores.

Assim, a ABIO, enquanto Associação de agricultores, constitui-se em um dos elementos do sistema de auto gestão da Feira Cultural e Or-

gânica da Glória. Seu papel é o de facilitar o processo e promover articulações institucionais com os órgãos públicos, inclusive buscando parcerias com vistas à captação de recursos a serem investidos na Feira.

A ABIO atua, ainda, no controle da qualidade orgânica dos produtos comercializados no espaço da Feira, e buscando o aperfeiçoamento desse espaço como uma expressão da agroecologia. Nesse sentido, o trabalho se desenvolve também junto aos Núcleos de Produtores, onde são realizadas oficinas de comércio justo e economia solidária, planejamento da produção e formação de preços, cujos resultados espera-se que se reflitam nas práticas que se desenrolam na Feira, e sirvam como combustível para o exercício da cooperação nas relações com o mercado.

## **Desafios**

Um longo caminho que precisa ser percorrido para que os produtos orgânicos se tornem acessíveis a um número maior de consumidores. A ABIO assume esse desafio, e considera a venda direta em suas diferentes modalidades, e as feiras em particular, como um espaço privilegiado para se refletir sobre esse tema, e para o exercício de práticas inovadoras.

No entanto, para os feirantes que participam da Feira Orgânica e Cultural da Glória, nenhum tipo de administração de preços se coloca como alternativa. Cabe à Associação manter o debate vivo nos Núcleos de Produtores e na própria Feira, provocando os agricultores a lançarem um olhar crítico sobre a lógica de formação de preços que prevalece nos mercados, e apoiando-os na busca pela redução de custos por meio da incorporação dos princípios agroecológicos aos sistemas produtivos e da prática da cooperação e do associativismo na comercialização dos produtos.

## **A experiência na implantação do sistema participativo de garantia – SPG, no Rio de Janeiro**

### **História e contexto**

A luta pelo reconhecimento de mecanismos de garantia de produtos orgânicos alternativos à certificação por auditoria teve início no I ENA – Encontro Nacional de Agroecologia, em 2002. Nessa ocasião, formou-se o GAO – Grupo de Agricultura Orgânica que, constituído por representantes da sociedade civil e do governo, passou a intervir diretamente na construção do marco legal da agricultura orgânica brasileira.

Ao longo de sete anos, até a publicação da Instrução Normativa nº 19 – Mecanismos de Garantia, o Grupo de Trabalho de Sistemas Participativos de Garantia do GAO promoveu, com o apoio de diferentes órgãos governamentais<sup>2</sup>, trocas de conhecimentos e debates por todo o Brasil, com o objetivo de avaliar e demonstrar a eficácia das diferentes experiências em curso no país e no mundo, e de incorporar seus princípios e formas de funcionamento aos instrumentos legais em construção.

A ABIO participou direta e intensamente desse processo, inclusive da coordenação do GT de Sistemas Participativos de Garantia do GAO.

O sistema de garantia adotado pela ABIO, apesar de incluir elementos de auditoria, possuía forte componentes participativos. A ABIO é uma Associação formada por agricultores – que, em última instância, detêm o poder de decisão sobre as regras de funcionamento do sistema. Além disso, as avaliações das unidades de produção do ponto de vista das normas da agricultura orgânica eram, também, tratadas como ferra-

---

2 - Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e PESAGRO-RIO.

mentas para as atividades de assistência técnica e extensão rural que, ainda que de forma incipiente e limitadas pela falta de recursos, eram desenvolvidas nos Núcleos em que os agricultores se organizavam.

Por isso, a ABIO, com suas características específicas, foi reconhecida com uma experiência de certificação participativa, ao lado da ACS-Amazônia (Associação de Certificação Sócio Participativa da Amazônia), da Rede Xique Xique (Rio Grande do Norte) e da Rede Ecovida de Agroecologia, dentre outras.

Os procedimentos adotados pela certificação por auditoria foram elaborados para ser aplicados a processos de produção industriais, cuja característica principal é a repetição. Eles partem do princípio de que, se um processo pré definido for aplicado a um conjunto de matérias primas, o resultado serão produtos idênticos, portadores das características que serão avaliadas. Diferentemente, a agricultura orgânica não se faz a partir de “pacotes” tecnológicos, mas da aplicação dos princípios da agroecologia a uma infinita diversidade de condições ecológicas, sociais e culturais; isso exige uma avaliação mais complexa, cujos procedimentos devem, também, contemplar essa diversidade.

Outra questão intensamente debatida no GAO foi a da neutralidade da avaliação, proporcionada pela “terceira parte independente” (a instituição certificadora), que os sistemas participativos não seriam capazes de prover, comprometendo, assim, a qualidade da garantia. O que as experiências de garantia participativa demonstram, no entanto, é que, como a neutralidade absoluta simplesmente inexistente, o encontro dos diferentes interesses em jogo – às vezes convergentes, às vezes conflitantes – proporcionado pela participação é perfeitamente capaz de alcançar o mesmo resultado buscado pela certificação por auditoria: a garantia da qualidade orgânica dos produtos.



A impossibilidade de as certificadoras atuarem no assessoramento técnico aos agricultores foi um fator decisivo para que os sistemas participativos demonstrassem sua melhor adequação à agricultura familiar e à pequena produção orgânicas. Numa situação de permanente limitação de recursos, não fazer das visitas de avaliação também visitas de troca de conhecimentos acaba por excluir da produção orgânica aqueles agricultores que não têm como buscar por conta própria os meios para corrigir as não conformidades aos regulamentos detectadas nas inspeções.

A convivência no Grupo de Trabalho de SPG do GAO, e com a diversidade de experiências que brotavam pelo Brasil afora, foi decisiva para a opção que a ABIO veio a fazer, na reunião da Assembléia Geral de abril de 2007, pela adoção do Sistema Participativo de Garantia. Em debates realizados nos Núcleos, fortaleceu-se a convicção, por um lado, quanto à inadequação, para a agricultura orgânica de base familiar e para a pequena produção, da certificação por auditoria; e, por outro lado, quanto à eficácia da participação como mecanismo de garantia.

Uma vez promovidos os esclarecimentos e as discussões sobre os diferentes mecanismos de garantia previstos, solicitou-se que os Associados manifestassem sua opção individual por um deles. É importante ressaltar que a opção, seja por qual mecanismo for, não elimina, por si só, o vínculo do agricultor com a ABIO. Assim, em alguns casos, todos os Associados de um Núcleo optaram pela certificação; em outros, em um mesmo Núcleo, alguns Associados optaram pela certificação, outros pelo SPG. Dentre os agricultores familiares e pequenos produtores, a grande maioria optou pelo sistema participativo de garantia.

## Organização

A base do SPG-ABIO são os Núcleos da Associação, atualmente em número de onze, a saber: Nova Friburgo, Itaboraí, Cachoeiras de Macacu, Teresópolis, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Seropédica, Paty do Alferes, Noroeste, Valença e Rio da Prata. No interior dos Núcleos, constituem-se os Grupos, formados pelos Associados que aderem ao SPG-ABIO como membros fornecedores (produtores e comerciantes) e pelos consumidores e técnicos que a ele aderem como membros colaboradores.

No SPG, o papel da ABIO é o de, enquanto pessoa jurídica, representar legalmente o Sistema perante os órgãos públicos, e assumir a responsabilidade legal pelo conjunto de atividades desenvolvidas, e pela garantia delas resultante. Cabe também à ABIO emitir os documentos do Sistema, organizar e guardar os registros e documentos relativos à avaliação da conformidade. Para cumprir essas funções, a ABIO possui, na sua estrutura, um único órgão especificamente voltado para as atividades do SPG, a Comissão de Avaliação, que é acionada apenas quando demandada. A vida do SPG-ABIO se desenrola nos Núcleos.

Cada Grupo deve formar sua Comissão Local de Avaliação, constituída obrigatoriamente por membros fornecedores (produtores e comerciantes) e, sempre que possível, também por membros colaboradores (consumidores e técnicos). A Comissão Local de Avaliação é responsável pela realização das Visitas de Verificação às unidades de produção.

Ao final de cada Visita de Verificação, a Comissão emite, na presença do produtor visitado, o seu parecer sobre a conformidade da unidade visitada aos regulamentos da produção orgânica. A visita e o parecer da Comissão são relatados em reunião do Grupo, que é o responsável

pela decisão final da avaliação. O parecer do Grupo, assinado por todos os membros presentes na reunião, é repassado à Coordenação da ABIO, que emite o Certificado de Conformidade Orgânica do produtor.

São também atividades obrigatórias do SPG-ABIO as visitas entre produtores, chamadas visitas de pares.

Cada Grupo constrói, a partir dos parâmetros da legislação, o seu próprio “Acordo de Funcionamento”, que contém, no mínimo, os critérios para a escolha e a duração do mandato dos membros que compõem a Comissão de Avaliação Local, os mecanismos de controle a serem utilizados pelo Grupo nos intervalos entre as visitas de verificação e as atividades nas quais é obrigatória a participação dos produtores.

Todo esse processo, além de verificar se os regulamentos estão sendo cumpridos, tem como objetivo promover ações de natureza preventiva que garantam o cumprimento dos regulamentos da produção orgânica, assessorar os fornecedores para a resolução das não conformidades e para o aperfeiçoamento dos sistemas produtivos, bem como promover a troca de experiência entre os participantes do Sistema.

Já estão constituídos cinco Grupos do SPG-ABIO: Nova Friburgo, Petrópolis, Seropédica, São José do Vale do Rio Preto e Valença. Um grupo de Tombos/MG, ligado à APAT – Associação dos Produtores Agroecológicos de Tombos também aderiu ao SPG-ABIO. A prática desses Grupos será a matéria prima para a elaboração do Manual de Procedimentos da ABIO, com o qual a Associação dará entrada no seu pedido de credenciamento como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade junto ao Ministério da Agricultura.

## Desafios

Em primeiro lugar, será preciso substituir a “cultura da certificação” pela “cultura da participação”. Do ponto de vista da ABIO, a participação vai muito além da presença de agricultores em encontros e reuniões. Participar significa se apropriar do poder de decisão, o que não acontece automaticamente ao se substituir o mecanismo de garantia certificação pelo mecanismo de garantia SPG. Tem se manifestado, às vezes, no processo de implantação do SPG-ABIO idéias e comportamentos arraigados, que reproduzem o espírito da auditoria no interior de métodos supostamente participativos. O cuidado para que isso não se cristalize e para que o SPG-ABIO não se transforme em uma certificação disfarçada é permanente, e exige um trabalho – e recursos para que ele se realize – sistemático e metodologicamente bem fundamentado.

Em segundo lugar, na medida em que cada agricultor é co-responsável pela decisão de conformidade orgânica da sua própria produção e da produção dos demais membros fornecedores do Grupo, todos precisam ser capacitados e conhecer os regulamentos da produção orgânica, o que também demanda o provimento permanente de recursos.

Finalmente, a qualidade do SPG-ABIO será dada pela capacidade da Associação de promover a inclusão de consumidores e técnicos parceiros ao processo, de incorporar ao Sistema a diversidade de práticas que certamente brotarão dos Grupos, e de facilitar as trocas entre esses Grupos.

## Conclusão

### **Fortalecimento da transição agroecológica no Rio de Janeiro: perspectivas e desafios**

Ressaltamos que as experiências aqui retratadas dizem respeito às famílias e comunidades que encontraram na Agroecologia um caminho para retomar as rédeas de seus destinos. Expressam em suas experiências caminhos e possibilidades de continuarem como agricultores familiares camponeses, tanto nas áreas rurais como nas áreas urbanas e periurbanas do Rio de Janeiro. Assim como muitos reaprendem a possibilidade de tornarem-se agricultores, como forma de ganhar autonomia e reinventar a forma de viver. Os protagonistas aqui em questão envolvem um conjunto de atores sociais, os quais têm em comum as práticas de resistência frente à desterritorialização, à industrialização da vida, e ao avanço do modelo dominante de desenvolvimento.

Um grande desafio que pautamos a partir desta publicação é o fortalecimento da transição agroecológica no Rio de Janeiro. Fortalecer as experiências localmente, gerando um processo em rede que mobilize mais agricultores com mais experiências, e possibilite um fortalecimento em escala regional, estadual e nacional. Verificamos nesse processo de sistematização como diferentes práticas sociais constroem alternativas, acumulando aprendizados.

Sobretudo, ressaltamos que a Agroecologia não é somente um processo vinculado às instituições e técnicas de substituição de insumos sintéticos por insumos “orgânicos”; ela vem sendo construída na força do processo social e dentro de um processo de aprendizagem e de construção do conhecimento, coletivamente. Pautamos duas vertentes de construção do conhecimento agroecológico, uma social e outra institucional, cujo desafio que apontamos é o da aproximação e da construção deste encontro e diálogo. As instituições operam com projetos que tem o desafio de dialogar com os processos sociais, com sua dinâmica espaço-temporal e com a complexidade da vida em sua concretude, bem como com a realidade da vida das pessoas e das práticas sociais camponesas. O desenvolvimento rural é fruto do processo social, e não de projetos que desconsideram e atravessam a dinâmica de organização comunitária. Perceber em conjunto num processo de aprendizado integral, tanto o ensino, a pesquisa, quanto a extensão, experimentando um processo dinâmico em que na formação coletiva se ensina, se pesquisa e se intercambia.

É importante sublinhar que estamos assumindo a valorização de práticas populares, que são compreendidas aqui nesta publicação como um potencial de experiências que individualmente e coletivamente vem construindo conhecimento. Trata-se de um novo conhecimento, histórico em suas práticas, e frequentemente considerado atrasado por não seguir o pacote tecnológico do modelo dominante de desenvolvimento; contudo, inovador nas respostas que vem conseguindo oferecer aos atuais dilemas sociais e ambientais da cidade, do campo, e da terra.

Um processo de construção do conhecimento que requer outro método, que considere um novo olhar para a diversidade e para o protagonismo dos atores sociais e para o território, valorizando o diálogo de saberes, tão pouco praticado por organizações e instituições. Ele

exige a presença de profissionais em formação, de técnicos, professores e pesquisadores que partam da aproximação das experiências agroecológicas, e que permitam vivenciar os processos sociais e construir os participativos. Esclarecidos que é importante desenvolver participativamente metodologias e processos de construção do conhecimento agroecológico a partir de uma intervenção horizontal, comunicativa, dialógica, e na qual pesquisador e pesquisado; agricultor e técnico; professor e estudante; consumidor e agricultor estão juntos, possibilitando mapear o que vem sendo marginalizado, e que é considerado como residual, arcaico, extinto, ou em processo de desaparecimento. A partir deste mapeamento, poder visualizar um processo na contramão da destruição da vida, perceber a existência de um processo em sinergia com a vida, com os ciclos ecológicos, com a renovação da água, com a recuperação da floresta, conjugado à reprodução de modos de vida ligados a terra, de agricultores, pescadores, e populações tradicionais.

Através desta publicação, chamamos a atenção para a necessidade de políticas públicas que tenham um viés agroecológico, e que efetivamente apoiem as iniciativas sociais de base ecológica, desprezando a homogeneização como melhor forma de se alcançar a eficiência. Podemos perceber nas várias experiências aqui retratadas o significado destas para a vida das pessoas, assim como as múltiplas dimensões ali presentes: ecológica, social, cultural, política, ética e econômica. Ao tratarmos de políticas públicas podemos exemplificar que um desafio posto é a concepção de natureza. Vem sendo reconhecida como unânime no conjunto das experiências que tem interface com floresta e vegetação bem conservada, que existe nos órgãos ambientais uma concepção exógena que trata a natureza como uma natureza sem gente. Assim, entende-se que os locais onde a natureza está vigorosa são, por conseguinte, áreas em que o ser humano não é bem vindo. As ações

acabam, portanto, por proibir, criminalizar, ou invisibilizar as populações tradicionais, ou mais ainda, retirando-as de seus locais de moradia. Valorizar as interfaces e a unidade que existem entre manejos tradicionais da terra e populações tradicionais é poder construir uma concepção diferente de natureza, a qual inclui os moradores e agricultores como parceiros, reforçando a ideia da existência de uma racionalidade ecológica na agricultura familiar camponesa.

Concluindo, ressaltamos que estas 21 experiências aqui descritas são uma pequena amostra do processo sócio-técnico vinculado à Articulação de Agroecologia no Estado do Rio de Janeiro, e que se insere num conjunto maior de experiências já identificadas. Isto nos remete ao nosso principal desafio que é o de ampliar a nossa atuação em rede, possibilitando que outras experiências e processos agroecológicos ainda não alcançados por nós, se vinculem de forma autônoma à AARJ. Com isso haveria a possibilidade não só de sua sistematização, como também favoreceria a participação ativa de seus protagonistas no processo, permitindo que as decisões coletivas tenham maior legitimidade e contribuam para a ampliação de uma agricultura familiar fluminense em bases agroecológicas, onde seus modos de vida, seus territórios e sua rica diversidade, sejam respeitados e ampliados. Nessas bases, a agricultura cumpriria não só a função social de produção de alimentos, mas também contribuiria para uma melhor distribuição das riquezas e conservação dos recursos naturais.



### ***Verdejar***

*Morar em Piabas, quando será?*

*A Serra é quem clama, Misericórdia!*

*Entre balas e fumaças, Zona Norte, Rio*

*A Serra se lança no maior desafio*

*Verdejar, já!*

*Já te amo Serra da Misericórdia, te amo!*

*O seu verde precisa verdejar essa redondeza, sem paz, pálida e poluída*

*Te amo Serra da Misericórdia, te amo!*

*Penha, Inhaúma,*

*Olaria, Complexo do Alemão, Ramos, Bonsucesso*

*Engenho da Rainha, Tomás Coelho, Vicente de Carvalho*

*Vila Cosmos, Vila da Penha e Penha Circular*

*Circundam a Serra da Misericórdia*

*Te amo Serra da Misericórdia, te amo!*

*O seu verde precisa verdejar essa redondeza, sem paz, pálida e poluída.*

*Te amo Serra da Misericórdia, te amo!!!*

**Luiz Poeta**



Realização



ARTICULAÇÃO DE  
AGROECOLOGIA DO  
RIO DE  
JANEIRO

Apoio

